

Fábio Gomes de França



**“NUNCA
SERÃO!”**

O BOPE E A CAVEIRA TOTÊMICA

ideia

**“NUNCA
SERÃO!”
O BOPE E A CAVEIRA TOTÊMICA**

FÁBIO GOMES DE FRANÇA

Ideia – João Pessoa - 2020

Todos os direitos dos organizadores. A responsabilidade sobre
Os textos e imagens são dos respectivos autores.

Conselho Editorial

Marcos Nicolau – UFPB
Roseane Feitosa – UFPB – Litoral Norte
Dermeval da Hora – Proling/UFPB
Helder Pinheiro – UFCG
Hildeberto Barbosa Filho – UFPB

Projeto gráfico (2020): Magno Nicolau

Capa: Lindibergue Lacerda Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F814n França, Fábio Gomes de.
“Nunca serão!” O Bope e a caveira totêmica [recurso eletrônico] / Fábio Gomes de França. – João Pessoa: Ideia, 2020.
2,55mb. Pdf.
ISBN 978-65-5608-011-6

1. Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE. 2. Polícia Militar do Brasil. 3. Representatividade do serviço policial. 4. Polícia Militar do Estado da Paraíba. I. Título.

CDU 356.35:351.741 (813)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810



EDITORA

(083) 3222-5986

www.ideiaeditora.com.br

Feito o Depósito Legal

*“É a violência que constitui o verdadeiro
coração e a alma secreta do sagrado”.*
René Girard

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Um <i>Academos</i> no “Clã da Caveira”	6
<i>Francis Albert Cotta</i>	
INTRODUÇÃO	13
1	
O TOTEMISMO E A SACRALIDADE DO SIMBOLISMO MILITAR	23
2	
O MITO DA FACA NA CAVEIRA	55
3	
O “CLÃ DA CAVEIRA”: DISTINÇÃO E <i>ETHOS</i> GUERREIRO NA “CONVERSÃO DOS CONVERTIDOS”	107
ENFIM, O BREVÊ!	170
REFERÊNCIAS	176

PREFÁCIO

UM *ACADEMUS* NO “CLÃ DA CAVEIRA”

*Francis Albert Cotta*¹

Nossa reflexão se inicia com uma narrativa mitológica de uma missão de resgate de refém, transmitida pela oralidade nas culturas grega e romana, cujos personagens foram imortalizados por Homero, na *Ilíada*. Ações como esta fazem parte do universo dos Homens de Operações Especiais e de suas Unidades policiais e militares. O enredo faz pensar nas relações entre a narrativa e leituras; reflexões e práticas; saberes e ações; e entre falas e escutas. Esses aspectos também compõem a trama deste precioso livro, elaborado cuidadosamente por Fábio França.

O mito começa com o desejo de Zeus, rei dos deuses do Olimpo, pela jovem e bela Leda. Sabedor de sua fidelidade ao marido (Tíndaro, rei de Esparta), Zeus se transforma em um belo cisne, e se aproxima de Leda quando ela se banhava no rio Eurotas. A jovem coloca o animal no colo e o acaricia. Meses após o encontro, Leda sente contrações, e do seu ventre

¹ Doutor em História Social da Cultura (UFMG), com estudos pós-doutorais em História Cultural (UFMG) e Ciências Sociais (PUC Minas), especialista em Antropologia (UCAM) e Filosofia (UFOP). Pesquisador no Grupo “Religião, política e espaço público”, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Coursado em Operações Especiais (1998), instrutor em diversos turnos, coordenador do COEsp (2011) e membro da Associação Brasileira de Operações Especiais. Possui experiência operacional de 24 anos no BOPE de Minas Gerais, atuando como líder de Comandos de Operações Especiais.

saem dois ovos, do primeiro nascem Castor e Helena (filhos de Zeus), do segundo, Pólux e Clitemnestra (filhos de Tíndaro). Castor e Pólux se tornaram inseparáveis e foram instruídos pelos melhores preceptores nas artes da guerra. Seus treinamentos os transformaram em atletas robustos. Castor se tornou um excepcional domador de cavalos e exímio cavaleiro. Por sua vez, Pólux era lutador e guerreiro, vencendo o mais temido dos pugilistas, o rei Amycus, filho de Netuno. Corajosos e fortes, enfrentaram e venceram juntos vários desafios.²

Helena, segundo a mitologia foi a mais bela criatura já nascida. Antes de ser levada por Páris, foi sequestrada por Teuseu, herói de Atenas. Diante da situação, os *Dióscuros* (*diós* = deus + *kouroi* = filho, i. é, filhos de deus) Castor e Pólux acompanharam a expedição dos Argonautas e se deslocaram para a Ática com a missão de resgatar a irmã. Inicialmente não foram bem sucedidos em localizar seu cativo. Nesse momento entrou em cena Academus, que vivia nas proximidades de Atenas. O Ateniense informou aos guerreiros espartanos o cativo de Helena, localizado numa fortaleza na cidade de Afidna. Os gêmeos ficaram gratos a Academus, e pouparam suas terras quando eclodiram as guerras contra Atenas. Essa propriedade era conhecida como *Akadémeia*. O local foi, posteriormente, comprado por Platão, onde construiu um estabelecimento de ensino, composto por salas de aulas, alojamentos e o *Museum* (edificação dedicada às musas, que era de fato uma biblioteca).³

Para um *Homem de Operações Especiais* é fácil se identificar com as passagens desse mito e com as características

² COMMELIN, Pierre. **Mythologie grecque et romain**. Paris: Éditions Garnier Frères, 2009, p. 226-227.

³ KERÉNYI, Károly. **Gli dèi e gli eroi della Grecia**. Il racconto del mito, la nascita della civiltà. Milano: Saggiatore, 2003.

dos seus personagens, especialmente Castor e Pólux. Numa dimensão simbólica, o “nascimento de um novo homem” (expressão utilizada pelos concluintes do Curso de Operações Especiais) é uma experiência traumática, tanto na gestação quanto no parto.

Também lhe é peculiar a ideia de ter um “irmão gêmeo”, e a realização de várias atividades juntos, superando os desafios que lhe são colocados durante sua formação (no Curso de Operações Especiais, os alunos sempre atuam em dupla). Eles experienciam um processo no qual são literalmente “forjados” diante do inédito, do impensável, do desafiador que causa espanto, trauma, e exige superação física, técnica e alto grau de resiliência. O que é percebido por aqueles que passaram pelo “rito de passagem” como uma “Pedagogia da Superação”, mesmo que permeada por situações que causam sofrimento.

Usando a metáfora da forja do aço - na qual ocorrem mudanças de temperatura, pressões em busca de uma forma previamente projetada - podem ocorrer efeitos não desejáveis, mesmo que sejam conhecidos pela experiência dos forjadores. Por outro lado, por serem humanos e possuírem livre arbítrio, não se pode desconsiderar o consentimento das ações que atuam e provocam mudanças nos seus corpos, mentes e corações. Por meio desta *faverge* (entendida como uma “arte”) se (re)constrói o operador que será submetido a situações cotidianas de violência com alto grau de pressão psicológica e exigências técnicas específicas. Ao concluir o Curso de Operações Especiais, o operador recebe um punhal, que como ele também foi forjado.

Retornemos ao resgate de Helena pelos espartanos Castor e Pólux. A narrativa mostra que as informações do ateniense Academus foram decisivas para a localização do cativo de Helena. A preservação de suas terras pelos *Dióscuros*,

e a posterior aquisição da propriedade pelo filósofo Platão são aspectos importantes que nos fazem pensar na relação entre a Academia e os Homens de Operações Especiais. *Academos* ou *Hecademos*, do latim, origina-se do grego *hekás* (aquele que age longe) + *dêmos* (povo), que significa “aquele que age livremente, [fora] das pressões do povo”. Dessa forma, Fábio França se apresenta como um *Academos*, que fornece aos Homens de Operações Especiais informações, reflexões e interpretações sobre o terreno simbólico e mitológico no qual fazem suas incursões, e sobre o qual também constituem sua identidade.

Por ser “aquele que age livremente, sem pressões”, Fábio vai além das “crenças e discursos dos nativos”, lançando luz, a partir de outro lugar, sobre o universo hermético que constitui o que ele chamou de “Clã da Caveira”. Com sagacidade, capta peculiaridades do processo de constituição dos Homens de Operações Especiais num exercício de paralaxe. Por meio de uma escrita agradável e fluente demonstra domínio dos conceitos da Sociologia e, em especial, da Antropologia, que são coerentemente aplicados.

Fábio brinda o leitor com uma verdadeira aula de metodologia científica ao realizar uma minuciosa caracterização do seu objeto, sempre embasado por uma literatura especializada. Na sequência, apresenta seu problema de pesquisa, aquilo que consideramos ser a alma da investigação. Portanto, a escolha e sua elaboração objetiva está impregnada pela subjetividade do pesquisador, e emerge de um vórtice de angústias, inquietações e curiosidade. A centralidade de suas questões está no símbolo da “faca na caveira”. Ele busca os significados a ele atribuídos pelos Homens de Operações Especiais; deseja entender a constituição dos processos de distinção a partir do símbolo; e o sentido de “violência” que é despertado pelos operadores especiais.

Após compartilhar diversas possibilidades interpretativas que poderiam ser utilizadas em seu estudo, Fábio França seleciona o referencial teórico, a teoria de base, justificando a aderência do objeto às propostas durkheimianas expostas em sua obra, em especial, no livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. A despeito dessa eleição teórica, de maneira competente, no decorrer do texto são mobilizadas outras teorias para análises específicas de temas relacionados ao objeto de pesquisa.

Os resultados de sua pesquisa se organizam em três capítulos, intitulados: 1) O totemismo e a sacralidade do simbolismo militar; 2) O mito da faca na caveira, e 3) O “clã da caveira”: distinção e ethos guerreiro na “conversão dos convertidos”. Seu texto é denso, elucidativo e possibilita aos que já passaram pelas experiências narradas outros olhares com as lentes da Sociologia e da Antropologia.

Fábio França permanece fiel à perspectiva crítica dos seus estudos anteriores e de sua formação acadêmica, que privilegia a problematização das instituições de segurança pública, as relações sociais de poder e a violência. Neste livro ele retoma a dimensão da “violência” e propõe um diálogo com René Girard em seu clássico *A Violência e o Sagrado*.

Seu compromisso político-intelectual com uma matriz centrada nos Direitos Humanos faz com que ele ouça a polifonia das vozes dos atores sociais presentes em cenas interativas, marcadas pela conflitualidade. Essa escuta faz emergir discursos impregnados pelas vivências, percepções e intencionalidades de diversos atores sociais. Os “lugares de fala” chocam-se como outras percepções e representações, nomeadamente dos Homens de Operações Especiais.

A dimensão deontológica no processo de construção identitária dos Homens de Operações Especiais pode ser observada naquilo que se denomina “os mandamentos”, a saber:

“agressividade controlada, controle emocional, disciplina consciente, espírito de corpo, flexibilidade, honestidade, iniciativa, lealdade, liderança, perseverança e versatilidade”. Eles são princípios relacionados à ética e devem ser o norte, a base da conduta. Por serem considerados importantes eles são memorizados e repetidos cotidianamente durante o Curso de Operações Especiais. É possível observar registros iconográficos desses mandamentos nas paredes de diversas Unidades de Operações Especiais no Brasil, a funcionar como algo que não deve ser esquecido. A completar essa dimensão, a sacralização está presente na oração, repetida todos os dias, mesmo após a conclusão do curso:

Oh Poderoso Deus! Que és o autor da liberdade e o campeão dos oprimidos, escutai a nossa prece! Nós, os homens das Forças Especiais reconhecemos a nossa dependência no Senhor, na preservação da liberdade humana; estejais conosco, quando procurarmos defender os indefesos e libertar os escravizados! Possamos sempre lembrar que a nossa nação, cujo lema é: ordem e progresso; espera que cumpramos com nosso dever, por nós próprios, com honra, e que nunca envergonhemos a nossa fé, nossas famílias ou nossos camaradas. Dai-nos a sabedoria da sua mente, a coragem do seu coração, a força de seus braços e a proteção das suas mãos. É pelo Senhor que nós combatemos e a Ti pertencem os louros por nossa vitória. Pois Teu é o Reino, o poder e a glória para sempre, amém!”

A oração fala do cumprimento do dever, da centralidade da liberdade (mencionada três vezes: Deus é o autor da liberdade, preservação da liberdade humana, libertar os escravizados) e da defesa dos indefesos. As dimensões deontológica, moral, religiosa e familiar são evocadas como base de sustentação para as ações, um lembrete para que “nunca envergonhemos a nossa fé, nossa família ou nossos camaradas”.

Para tanto, clamam pela sabedoria, coragem, força e proteção. O primeiro pedido é pela sabedoria.

Sofia (do grego Σοφία) é o saber, que dá sensatez, prudência e moderação. Portanto, está ligada ao autoconhecimento. Como afirmou Jean-Jacques Rousseau no prefácio do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*(1755): “De todos os conhecimentos humanos, o mais útil e o menos avançado parece-me ser o do homem; aliás, atrevo-me a dizer que até a inscrição do Oráculo de Delos [Conhece-te a ti mesmo] continha um preceito mais importante e mais difícil que todos os livros dos moralistas.”⁴

Este livro é uma contribuição de Fábio França na busca de sabedoria, do saber, e mais especificamente para o autoconhecimento dos Homens de Operações Especiais, espartanos em território ateniense. Um convite para conhecer, por outras lentes, a dimensão simbólica, mítica e a luta pela representação.

⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques (1755). **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Edipro, 2015.

INTRODUÇÃO

“**N**unca serão!” é o brado de resposta utilizado por coordenadores e instrutores dos Cursos de Operações Especiais (COEsp) das Polícias Militares no Brasil quando alunos participantes desses cursos afirmam que são “caveiras” sem ainda sê-lo. Esses cursos se tornaram famosos em nosso país após o sucesso cinematográfico das películas Tropa de elite I e II, o que popularizou, também, os Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o símbolo que os identifica: “a faca na caveira”. Ao buscarmos uma resposta com certa objetividade para a relação que os PMs⁵ do BOPE mantêm com o símbolo da faca na caveira, realizamos uma interpretação nesta obra que nos motivou a melhor compreender a construção de um campo simbólico que envolve o comportamento moral dos policiais das tropas especiais e especializadas⁶ que em muito se diferencia da função impessoal que a profissão PM requer. Na verdade, tal símbolo possibilita a criação de uma nova identidade social assumida pelos PMs que ingressam no BOPE que se torna uma condição existencial.

Ser um “policial caveira” do BOPE é o mesmo que possuir um capital cultural e simbólico que os acompanha em todos os momentos da vida. Se é comum os PMs de modo geral utilizarem o jargão de que são policiais “24 horas por dia”, no

⁵ Dependendo do contexto no qual está sendo empregada, a sigla PM pode tanto se referir à instituição quanto ao profissional policial militar.

⁶ Ver-se-á adiante que ambas as tropas compõem o BOPE, mas se tratam de coisas diferentes.

caso dos caveiras do BOPE parece-nos que existe uma sobreposição de papéis que, após uma nova socialização pela qual eles passam para integrarem o seletivo grupo das tropas especiais, não basta apenas ser PM por todo o sempre. Pra ser um caveira é preciso ter algo a mais, pois torna-se um requisito moral ingressar no BOPE pelo “fardo da farda”.⁷ Farda essa geralmente caracteristicamente na cor preta, a qual estampa a todo o momento o símbolo da faca na caveira, deixando-nos sem saber em qual momento podemos reconhecer de forma clara o homem que a carrega ou o “corpo-arma”⁸ que foi fabricado para produzir violência física considerada legítima em nome do Estado, afinal, ser caveira passa a ser a condição indissociável do homem caveira e do símbolo caveira.

Logo, foi por conta dessa auto-identificação dos PMs do BOPE com o símbolo que eles ostentam que no ano de 2013, em um caso inédito no Brasil, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba (PMPB) causou polêmica⁹ no seio institucional ao proibir o uso do símbolo da faca na

⁷ GOMES, Maíra Marchi. **O lado negro do preto: o fardo da farda:** narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de Polícia. 2010. 476f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

⁸ Entenda-se corpo-arma como um corpo modelado por técnicas específicas para ser usado pelo rendimento de sua força física e para causar medo, ao mesmo tempo em que, pela sua presença física, torna-se também capaz de provocar sensação de segurança no local em que está sendo utilizado, já que, em sentido literal, é um corpo que passa a ser usado como uma arma devido ao rígido treinamento que recebeu. Quanto ao BOPE, falamos de corpos-armas individuais que formam um corpo-arma coletivo. Ver: PEREIRA, Ana Caroline Bonfim. **Corpo-arma:** percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. 132f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

⁹ OLIVEIRA, Jhonathan. ‘Após polêmica, comandante da PM proíbe uso de caveira’, **Jornal da Paraíba** (22/03/2013).

caveira pelos policiais do BOPE.¹⁰ A proibição foi formalizada no Boletim Interno¹¹ da instituição paraibana por meio da Resolução nº 003, na qual se encontra em seu artigo 1º: “Fica proibido o uso, em fardamentos, instalações e viaturas da PMPB, de símbolos e expressões com conteúdo intimidatório ou ameaçador, tais como caveira e animais raivosos, assim como o uso de frases e jargões em músicas e jingles de treinamento que façam apologia ao crime e à violência”.¹² Mesmo não sendo aceita pelos policiais militares do BOPE paraibano, segundo as palavras do Comandante Geral, a decisão foi tomada como resposta a um pedido da Comissão Estadual de Direitos Humanos da Paraíba. Além disso, serviu para adequar a PM paraibana à Resolução nº 8, de 20 de dezembro de 2012, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República¹³, que também destaca em seu Art. XVII o mesmo texto com a proibição encontrada na Resolução da PM paraibana.

¹⁰ O BOPE, no caso do Rio de Janeiro, ficou nacionalmente conhecido após a exibição do filme *Tropa de Elite*, o qual foi lançado em sua primeira versão no ano de 2007, sob a direção de José Padilha e uma segunda versão no ano de 2010. O filme destacou como protagonista a figura do capitão Nascimento (que foi vivido pelo ator Wagner Moura), o qual representou a luta dos policiais contra o tráfico de drogas, as milícias, bem como, contra a corrupção que envolve políticos e policiais militares do Alto Escalão da PM. A película ainda destaca o curso de formação dos “caveiras” (denominação atribuída pelos policiais do BOPE a eles mesmos) e a posterior atuação deles nas favelas cariocas.

¹¹ Documento administrativo policial militar no qual são publicizadas eletronicamente para o público interno todas as decisões emanadas e ratificadas pelo Comandante Geral da instituição (Chefe maior nas Polícias Militares) acerca da gestão de tudo que envolve os policiais militares.

¹² Ver: POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. Resolução nº 003, Boletim Geral, de 21 de março de 2013.

¹³ BRASIL. **Diário Oficial da União**, Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012.

O motivo da proibição ao uso do símbolo da faca na caveira por policiais militares de tropas especiais se problematiza pelo diálogo que tivemos com um major da PMPB. Ele nos relatou, em meados de 2011, que um professor universitário foi palestrar para o Curso de Formação de Soldados, na cidade de Campina Grande. Em meio à sua fala o professor suscitou reflexões acerca da relação entre o serviço de atendimento da Polícia Militar à sociedade e a recepção desta última a esse serviço. Pelas memórias do major o professor teria dito que: “A partir do momento que alguém vem me atender com uma faca na caveira estampada na viatura, isto é uma afronta! Como posso pagar (com os tributos) uma coisa que me oprime? Como o Estado tem algo que me reprime? Como receber o serviço da PM?”.¹⁴ Em outra situação, no Estado de Sergipe, uma professora fez uma denúncia no Ministério Público Estadual mostrando-se indignada porque o Comando de Operações Especiais (COE), digamos que o BOPE sergipano, pintou o símbolo da faca na caveira no muro da sede da tropa especial. Em suas palavras:

“Estou indignada com a imagem pintada no muro do Comando de Operações Especiais (COE - Polícia Militar) de Aracaju. A figura é uma caveira entre duas armas. Reclamo e exijo que retirem esta imagem como símbolo do COE, pois segundo pesquisado no site da Polícia Militar do Estado de Sergipe, a missão do COE é: “Nossa visão: ser um referencial de excelência em intervenções policiais especializadas e orgulho da sociedade sergipana. Nossa missão: realizar a gestão integrada de eventos de defesa social de alto risco e atuar na repressão qualificada da criminalidade organizada, proporcionando um ambiente seguro em Sergipe. Nosso

¹⁴ Informação fornecida por José Maria Pereira da Nóbrega Júnior em palestra ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, em Campina Grande, em 2011 (apresentação oral).

negócio: promover e preservar a paz social por intermédio de ações táticas especiais. Nossos valores: credibilidade, humanização, crescimento, participação e respeito. Já o símbolo da caveira, sabemos que remete diretamente a morte, a veneno, a perigo, a piratas. O que não condiz com o que o COE “diz” ser sua missão e que esperamos, como cidadãos, que seja, de fato, sua missão. Dessa forma, o símbolo da caveira precisa ser retirado urgentemente do muro do COE, pois só excita o terror sem nenhuma necessidade e adequação à função da Polícia Militar.”¹⁵

Diante das postagens contrárias nas redes sociais contra o posicionamento da professora, cuja denúncia raramente ocorre no Brasil, pois em nosso país a maioria das pessoas legítima a autoridade policial isentando-se de cobrar formalmente, como sociedade civil, o exercício de uma polícia legalista, destacamos que parece existir certa afinidade por parte da sociedade com o próprio símbolo. Essa projeção coletiva da sociedade parece revelar o desejo por uma polícia truculenta e de resultados, que se faz representar por símbolos que causam medo e pavor, por mais que os PMs justifiquem o significado do emblema para eles mesmos como se a sociedade civil fosse outra esfera, que não tem o direito de questionar o uso do símbolo.

Nas duas situações de indignação dos professores destacadas devemos observar, por exemplo, que as viaturas usadas pelas tropas especiais de polícia militar geralmente são de cor preta e exibem um símbolo que representa tais grupos (além de uma caveira trespassada por uma faca, esses grupos também adotam comumente animais ferozes como símbolo que os representa), o que demonstra que a prestatividade do serviço policial, por mais que esteja voltada para o

¹⁵ Ver em: <<https://www.facebook.com/istoesser-gipe/posts/439961099547438/>>.

atendimento à sociedade, denota também uma imagem violenta atrelada à ação policial. Essa imagem pública acaba significando para as pessoas em sociedade uma representação de força, combate, virilidade, honra, masculinidade e violência demonstrada pelos PMs. Para estes últimos, não importa que as pessoas em sociedade, que pagam os tributos que serão utilizados para manter as tropas policiais por meio de salários providos pelo Estado, se sintam incomodadas com símbolos que causam mais medo que admiração, pois se torna “naturalizado” o uso de um emblema que caracteriza o papel distintivo da existência das tropas especiais.

Diante dessa discussão, como explicar sociologicamente o significado dado pelos PMs das tropas especiais ao símbolo da faca na caveira que os caracteriza? Como processos de distinção se formam, a partir do uso desses símbolos como o da faca na caveira, entre os PMs das tropas consideradas comuns ou convencionais e as especiais? E qual o sentido de violência que é despertado pelos PMs caveiras do BOPE? Consideramos, para fins de compreensão nesta obra, e baseado na definição dada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que tropas de operações especiais são aquelas que desempenham “atividades militares conduzidas por forças especialmente designadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas operacionais e modos de ação não habituais para as forças convencionais”.¹⁶ Ainda mais, podemos dizer que as operações especiais se traduzem como “o conjunto das ações que um efetivo reduzido, engajado secretamente por um período que pode chegar a muitas semanas, é levado a realizar para obter resultados

¹⁶ DENÉCÉ, Éric. **A história secreta das forças especiais**: de 1939 a nossos dias. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009, p. 234.

estratégicos decisivos em contexto hostil”.¹⁷ Em síntese, tendo em vista que o modelo atual dessas forças de combate foi criado para atuar com certa peculiaridade durante a Segunda Guerra Mundial, compreendemos que,

A lógica operacional consiste no emprego de equipes com menor número de pessoas que se utilizam de recursos especiais como informação, tecnologias e treinamentos específicos para alcançar resultados superiores. Neste sentido, essas equipes podem ser compreendidas como alternativas eficazes frente ao aumento da complexidade e da incerteza dos combates e do risco para civis, onde o controle centralizado tende a ser ineficaz. Quando comparadas às equipes das forças convencionais, as equipes de forças especiais são organizações mais flexíveis, formadas por grupos menores de indivíduos bem treinados, equipados e organizados para lidar com o emprego da força em situações específicas no âmbito civil ou militar. Dentre os principais elementos que caracterizam essas equipes encontram-se, em especial, uma forte coesão em pequenos grupos, devoção a uma causa comum e o exercício da liderança.¹⁸

Dentre essas “devoções a uma causa comum”, e fazendo um deslocamento para localizarmos algumas das características das operações especiais nas Polícias Militares brasileiras, nos chama a atenção nesta obra exatamente a crença no símbolo da faca na caveira como emblema representativo do grupo. Gostaríamos ainda de acrescentar que, ao buscarmos compreender em específico as tropas de elite das Polícias Militares em nosso país, dado a conjuntura específica do seu emprego de forma adaptada ao campo da Segurança

¹⁷ Denécé (2009, p. 234).

¹⁸ ZANINI, Marco Túlio; MIGUELES, Carmen; COLMERAUER, Márcio. **A ponta da lança:** intangíveis em equipes de alto desempenho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 9.

Pública, podemos inferir, também, que estamos a falar de tropas policiais *acionadas para a resolução de ocorrências de alto risco, que demandam soluções que extrapolam a possibilidade de emprego de outros tipos de policiamento desempenhados pelas tropas consideradas convencionais.*

Diante dessa condição “especial” na resolução de situações que envolvem a Segurança Pública no Brasil, a crença no símbolo da faca na caveira se destaca como um componente diferenciador para a existência desses grupos, alinhada ao papel operacional que realizam caracterizando-os como diferentes dos policiais “convencionais”.¹⁹ Ambas as condições conduzem nossas reflexões para o envolvimento afetivo-moral dos policiais militares com o símbolo da faca na caveira, já que os PMs integrantes do BOPE, em todo o país, se mobilizam em defesa do uso do citado símbolo como elemento justificador de suas ações diferenciadas.

Inicialmente nossa interpretação baseia-se na sacralidade do simbolismo militar, o que implica dizer que exista certa aproximação entre características do totemismo como fenômeno religioso em sua gênese com o desenvolvimento da cultura militar ocidental. Para tanto, recobramos a visão durkheimiana exposta na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, na qual, o fenômeno do totemismo explica-se a partir da relação entre a força moral das representações coletivas e elementos simbólicos que as representam. Isto nos leva a perceber, como argumenta o próprio Durkheim, que o sentimento coletivo suscitado pelo soldado moderno em defesa de sua pátria representada por sua bandeira diz muito acerca dessa força sagrada que primordialmente surgiu no seio do

¹⁹ CASTRO, Priscila Aurora Landim de. **Os convencionais e os especiais:** um estudo sobre a construção da identidade do batalhão de operações especiais da PMDF. 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2011.

pensamento religioso considerado “primitivo” e que era representado por símbolos totêmicos.

Em continuidade, debruçar-nos-emos sobre o mito da faca na caveira a partir de um fato ocorrido durante a Segunda Grande Guerra, mas que foi capaz de construir historicamente uma narrativa que hoje fortalece valores morais que se desdobram nas tropas especiais e especializadas de Polícia Militar, o que está diretamente ligado à criação desses grupos. Dar-se-á como sequência à descrição das características das tropas especiais de PM, desde os elementos próprios da formação e ressocialização profissional ao modo como uma pedagogia específica reconfigura identitariamente os policiais militares. Para tanto, destacamos o significado do que convençionalmente chamamos de “distinção policial militar”²⁰, categoria esta que se verifica especialmente por meio de três outras condições: o “*ethos* guerreiro”, a “pedagogia do sofrimento”²¹ e a “honra policial militar”. Percebe-se, então, neste ponto, que a relação de distinção que se estabelece entre os PMs considerados “especiais” e os “convencionais” e entre os PMs de modo geral e a sociedade seja regida por hierarquizações simbólicas.

Por fim, gostaríamos de ressaltar alguns nomes importantes que têm feito parte de nossa trajetória dupla acadêmico-policial, fazendo de ambas as posições um rico

²⁰ Sobre a distinção policial militar ver FRANÇA, Fábio Gomes de. A ‘distinção policial militar’: por uma compreensão da violência policial militar a partir da série ‘*Black Mirror*’. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 235-258, maio/ago 2018.

²¹ FRANÇA, Fábio Gomes de. GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 142-159, ago/set 2015.

experimento de vida que tem nos possibilitado aprender continuamente sobre um objeto que se mostra mais complexo do que a vivência nativa parece demonstrar. Assim, destacamos a amizade e o respeito construídos ao longo do tempo com Jonas do Monte, Luziana Ramalho, Adriano de León, Simone Brito, Lucas Alencar, Fernanda Nummer, Nayhara Hellena, Verônica Santos, Jocerlândio Apolinário, Anderson Duarte, Paulo Cunha, Andréa França, Estevão Sabino, Fernanda Mendes, Nadir Jakelle, Dorgival Renê, Janaína Letícia, Brianna Palitot, William Jack e Édson Bertoldo. Além disso, gostaríamos de agradecer ao capitão Hércules Belmiro, da Polícia Militar da Paraíba, um “caveira” cursado no Distrito Federal que em muito contribuiu através de longas conversas sobre o tema, sempre demonstrando interesse em ensinar e aprender na troca de ideias e experiências. Estendemos também nossos agradecimentos ao amigo de reflexões e histórias compartilhadas Francis Albert Cotta, outro “caveira” da PM mineira, que aceitou prefaciar tão gentilmente esta obra.

Dedicamos especialmente esta obra aos alunos policiais militares da Paraíba, em particular, e aos alunos policiais de todo o Brasil de modo geral, os quais nos servem de inspiração para escritos como este, para que possam melhor refletir sobre os valores culturais que os nutrem institucionalmente falando, o que nos coloca no difícil projeto pedagógico de construir, quiçá, homens e mulheres que enxerguem o exercício democrático para além do automatismo da obediência, mas por meio de uma liberdade crítica e emancipadora.

1

O TOTEMISMO E A SACRALIDADE DO SIMBOLISMO MILITAR

Vivenciar o *ethos* profissional “vinte e quatro horas por dia” ou declarar em juramento como missão a proteção da sociedade “mesmo com o risco da própria vida” são expressões célebres anunciadas pelos militares das Forças Armadas. No caso do Brasil tais expressões também são utilizadas pelos policiais que são reconhecidos pelo emblema do militarismo, no âmbito estadual. Na verdade, esses recursos linguísticos expressam preceitos e valores morais que são compartilhados coletivamente por indivíduos que se reconhecem por enxergarem a profissão que exercem como uma matriz identitária comum no contexto social. Essa moralidade militar está condicionada por tradições e afetos que mobilizam os integrantes dessas instituições em defesa dos símbolos que as caracterizam. Revela-se, então, um sistema de crenças e comportamentos que envolve a relação entre “estruturas mentais” e “estruturas sociais” que deixa pouco espaço para as idiossincrasias de cada militar em particular.

Parece-nos que as instituições militares carregam consigo algo de “sagrado” em relação aos símbolos que as identificam, pois o sentimento de contágio presente em elementos como as bandeiras e as insígnias militares é demonstrado de forma efusiva pelos militares. Trata-se da reverência e do culto a uma força supraindividual que se manifesta para além das imagens simbólicas. Talvez os militares não saibam explicar o que vem a ser essa força, mas certamente sentem-na

quando prestam a continência²² uns aos outros, como símbolo do respeito entre eles. Ou quando cantam o hino nacional, orgulhosos(as) de fazerem parte de um mundo diferenciado. Muitas são as formas pelas quais essa força se espalha, cotidianamente, passando a acompanhar o militar em todos os instantes de sua vida. Vai desde o momento em que ele(a) passa por um curso de formação em uma instituição de caráter militarista até a atuação na atividade profissional que lhe compete no campo militar ou policial militar.

Honra, orgulho, moral, respeito, brio, coragem, vivacidade são palavras que passam a ter significado existencial na esfera militar e que não podem ser compreendidas pelos “paisanos”²³, ou seja, pelos civis ou pessoas comuns. Estas habitam um mundo impuro e desregrado e precisam ser protegidas pelos militares como resposta tutelar do Estado à manutenção da ordem. Se o paisano habita uma sociedade corrompida por valores distintos da ética militar, a alusão a algo sagrado encontrado nessa ética nos faz ver que a impureza paisana aproxima-se do lado profano revelado pelos estudos sobre a religião. Por outro lado, sagrado só pode ser o mundo militar, traduzido como representação do bem e da virtude, na visão dos militares. E no caso dos policiais “caveiras”, não é à toa que um pesquisador que estudou o BOPE constata,

²² Gesto utilizado pelos militares como forma de cumprimento e saudação entre eles e deles para com os símbolos reverenciados na cultura militar como a bandeira nacional, por exemplo. Caracteriza-se por um gesto feito com energia em um único tempo deixando o braço paralelo ao solo na mesma altura do ombro e o antebraço em um ângulo de 45 graus em relação ao braço com a palma da mão estendida para baixo, dedos das mãos unidos numa postura rija e estes últimos tocando ligeiramente a fronte na altura da testa.

²³ CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Ser um *caveira* significava passar a ver, sentir e agir de uma forma diferenciada, o que acabaria por apartar duas condições: o dos *caveiras* e dos *convencionais*;²⁴ como o sagrado e o profano ou o puro e o impuro. Considero o fenômeno da sacralização como uma tendência que evoluiu ao longo do processo histórico do BOPE, e seria resultante do trabalho de alto risco em razão da condição de ter de conviver com a perspectiva da “morte”, como possibilidade ou consequência. Tal fenômeno deveria ser estudado com maior profundidade na perspectiva da Antropologia da Religião.²⁵

A partir desta hierofania militar, qual o significado que adquiriu, enquanto processo socio-histórico, a identificação dos militares como grupo social estabelecido com emblemas que representam as tropas e suas casernas? Quais são as similitudes dos militares com as características sociais apresentadas pelas tribos consideradas primitivas pelo discurso sociológico como aquele apresentado por Durkheim no que concerne às crenças religiosas e aos modos de organização social vinculados a essas crenças? O que se assemelha desses povos considerados primitivos à ética militar moderna? O que tudo isso tem a ver com o símbolo da faca na caveira e o BOPE?

Duas considerações merecem ser feitas inicialmente para justificarmos nosso percurso e o uso que passamos a fazer da categoria “sagrado” em nosso estudo sobre o BOPE. A primeira, dado que nosso ponto de partida baseia-se na perspectiva durkheimiana, é levar em consideração que a moral militar moderna, sob determinados aspectos, apresenta

²⁴ A relação entre policiais caveiras e convencionais será tratada no Capítulo 3.

²⁵ STORANI, Paulo. “Vitória sobre a morte: a glória prometida: o “rito de passagem” na construção da identidade dos operações especiais do BOPE. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008, p. 136-137, grifos do autor.

características das sociedades consideradas primitivas por Durkheim quando realizou seus estudos sobre religião. Nos dois tipos de moralidade (a militar e a antiga), sobra pouco ou quase nenhum espaço para a individualidade ou o individualismo. No caso do soldado moderno, é preciso que ele “seja treinado a dar pouca importância à sua pessoa, uma vez que deve estar pronto a sacrificá-la assim que isso lhe seja ordenado”.²⁶

A primeira premissa nos encaminha à segunda, também baseada no pensamento durkheimiano. A partir da relação entre os símbolos e as coisas sagradas observada no totemismo australiano tem-se que “da mesma forma que o totem é genérico e objeto de veneração, a bandeira representa algo abstrato, o país, a sociedade, e transforma-se em objeto de sentimento e de ação. O sagrado se insere, assim, no interior das sociedades modernas”.²⁷ E mais uma vez temos a possibilidade de ver traços da moral primitiva retratados no mundo das casernas, visto que “o soldado que cai defendendo a sua bandeira não acredita, certamente, estar se sacrificando por um pedaço de pano. É que o pensamento social, devido à autoridade imperativa que encerra, tem eficácia que o pensamento individual não poderia ter”.²⁸

Nesse contexto, uma bandeira também adquire uma condição dramática quando pensada como um símbolo totêmico vinculado a um “sacrifício de sangue”.²⁹ Isso ocorre, por

²⁶ DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 292.

²⁷ ORTIZ, Renato. Apresentação. In.: DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 18.

²⁸ Durkheim (2008, p. 284).

²⁹ MARVIN, Carolyn; INGLE, David W. **Blood sacrifice and the nation: totem rituals and the american flag**. Cambridge UK; New York: Cambridge University Press, 1999.

exemplo, com a bandeira norte-americana que, de certa forma, se vista como um totem, pode ser interpretada como emblema supremo da nação, mas que oculta consigo um segredo: a morte que alimenta sacrificialmente a renovação constante do grupo, nesse caso, da própria sociedade norte-americana. Os milhões de homens que já foram à guerra em nome dos Estados Unidos e tiveram suas vidas ceifadas é a realização mítica de mortes que servem para reatualizar a existência grupal. Como em um processo de liminaridade³⁰, ou seja, de transição, os militares matam e morrem, mas de todo modo mostrando que entre a morte de *insiders* (nós) e *outsiders* (eles) é a sociedade dos primeiros que triunfará coletivamente com o sacrifício violento do sangue derramado em combate.

Se o mito sem violência não tem poder, a violência sem mito não tem ordem. Mito e violência se fundem no sacrifício de sangue. Através de um sistema de rituais de formação de grupos, um mito de sacrifício de sangue organiza o significado de eventos violentos depois do fato. Essa história de sacrifício de criação retrospectiva é o *mito do totem*. O mito transforma violência desordenada em violência ordenada que gera o grupo. Os principais elementos incluem a violência transformadora que cria uma fronteira, a bandeira que significa essa transformação, e a fronteira então gerada. Os episódios de formação do grupo incluem a crise sacrificial que desencadeia uma busca por fronteiras, a viagem ritual à fronteira da morte, a travessia onde *insiders* e *outsiders* trocam identidades e a resolução da crise. O sucesso destes episódios depende de um sacrifício voluntário que mantém o segredo de que o totem se alimenta para existir.³¹

³⁰ Retomaremos o conceito de liminaridade no Capítulo 3 quando estivermos falando especificamente do BOPE.

³¹ “If myth without violence has no power, violence without myth has no order. Myth and violence fuse in blood sacrifice. Through a system of

Tudo isso significa dizer que as “vítimas sacrificiais”³² existem para manter vivo o mito totêmico fortalecendo a coesão coletiva e eliminando aqueles que podem tornar impura a existência grupal. Por isso a violência ser utilizada como componente gerador da ordem, estando presente não apenas nas regiões liminares de fronteira onde o sacrifício ocorre, mas também sendo literalmente incorporada pelos corpos físicos que a percebem no símbolo totêmico físico que cultuam. Nessa relação de puro-impuro, nós e eles, desenvolve-se um “sistema de distinções culturais que constitui um grupo, a vida e a morte são as distinções finais visitadas em corpos, a matéria-prima dos grupos. A violência remove membros do grupo, causando sua morte.”³³ Na verdade, “a violência constitui o verdadeiro coração e a alma secreta do sagrado”.³⁴ Assim, se os militares são profissionais na administração e

group-forming rituals, a myth of blood sacrifice organizes the meaning of violent events after the fact. This retrospective creation- sacrifice story is the *totem myth*. Myth transforms disordered violence into ordered violence that engenders the group. Key elements include the transformative violence that creates a border, the flag that signifies this transformation, and the border so engendered. Group-forming episodes include the sacrificial crisis that sets in motion a quest for boundaries, the ritual journey to death's border, the crossing where insiders and outsiders exchange identities, and the resolution of the crisis. The success of these episodes depends on a willing sacrifice who keeps the secret that the totem eats its own to live” (MARVIN e INGLE, 1999, p. 63, tradução nossa).

³² GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

³³ “System of cultural distinctions that constitutes a group, life and death are ultimate distinctions visited on bodies, the raw material of groups. Violence removes members from the group by causing their death” (MARVIN e INGLE, 1999, p. 72, tradução nossa).

³⁴ Girard (1990, p. 47).

produção da violência em nome do Estado³⁵ e se são socializados para enxergarem em elementos como as bandeiras algo sagrado que deve ser respeitado e protegido, parece-nos que temos um fenômeno pelo qual totemismo e simbolismo militar podem ser interpretados como uma verdadeira “sacralidade simbólico-militar”.

Mas, pela inexistência de pesquisas sobre a relação entre símbolos militares e fenômenos totêmicos (símbolos esses diferentes de uma bandeira nacional, que também faz parte da reverência dos militares), destacamos um estudo que acreditamos ser o pioneiro nessa área, que na verdade se trata de um artigo escrito em 1924 pelo antropólogo Ralph Linton.³⁶ Ele escreveu o texto a partir de suas experiências vividas durante a Primeira Guerra Mundial quando combateu na Europa junto à 42ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária do Exército Norte-Americano, que recebeu a denominação de “Arco-Íris”. Para ele, existiam certas semelhanças quanto às crenças e práticas das Divisões militares que observou com os “complexos totêmicos”. Assim, quanto à Divisão Arco-Íris, ela teria sido organizada a partir da junção de unidades de vários Estados, de maneira que foi arbitrariamente escolhida por Oficiais do Exército a denominação Arco-Íris porque os vários recrutados vinham de regimentos cujas cores podiam ser encontradas no arco-íris.

Inicialmente, ainda na América, o nome não adquiriu importância, o que veio ocorrer quando a 42ª Divisão chegou à França para combater, pois se desenvolveu um sentimento coletivo de fraternidade entre os militares e um reconhecimento pessoal com o nome, ao ponto de quando eram

³⁵ HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**: teoria política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

³⁶ LINTON, Ralph. Totemism and the American Expeditionary Force. **American Anthropologist**, N. S., 26, 1924.

indagados sobre quem eles eram quase todos respondiam: “Eu sou um Arco-Íris!” Houve assim uma inter-relação entre os indivíduos e a organização e, passados alguns meses, certas crenças (como verdades irrefutáveis) passaram a ser compartilhadas entre os militares da Divisão como a de que sempre surgia um arco-íris no céu quando eles entravam em ação de combate.

Após contato com outra Divisão que possuía a Estátua da Liberdade como símbolo, logo os militares da 42ª Divisão Arco-Íris, mesmo sem autorização, passaram a pintar um arco-íris em aparatos militares, o que depois se consolidou oficialmente. Posteriormente, o emblema passava a ser usado (especialmente nos ombros dos fardamentos dos militares) juntamente com o nome para caracterizar a Divisão Arco-Íris. Em meio a outras Divisões que também despertaram para o uso desses elementos simbólicos durante a Primeira Guerra, o significado da adoção de uma insígnia e de um nome como representação grupal gerou a proteção dos membros do grupo quanto ao uso privado apenas por eles dos elementos que os identificavam, ficando vedado a membros externos; essa posse quanto ao uso desses símbolos derivou de um animal, fenômeno natural ou objeto; e ainda criou-se uma reverência ao sentido dado a esses símbolos.

Foi a partir dessas constatações que o fenômeno da 42ª Divisão Arco-Íris passou a ser comparado ao fenômeno totêmico dos clãs australianos e melanésios e com mais ênfase às tribos indígenas norte-americanas. Algumas características diferem o totemismo original de seu congênere militar como as regulações matrimoniais, as crenças nos antepassados ou os ritos em reverência ao totem, porém, em ambos os tipos de “complexos totêmicos” existem tendências sociais que os aproximam, pois, “a facilidade e rapidez com que os complexos do Exército se desenvolveram sugerem que as

tendências subjacentes a eles estavam profundamente arraigadas e apenas aguardaram uma chance para se expressar. A importância da difusão no crescimento desses complexos é sugestivo”.³⁷ Além disso, “as condições do Exército podem proporcionar uma pista para o verdadeiro significado de alguns fenômenos totêmicos. O fato frequentemente citado do australiano que declarou ser um canguru é um exemplo disso. O autor³⁸ repetidamente escutou soldados declararem que eles eram pores-do-sol, gatos selvagens, etc.”³⁹ Ao final, o que deve ficar claro é que o fenômeno observado entre os militares norte-americanos durante a Primeira Grande Guerra apresenta características do totemismo, não podendo ser considerado um sistema totêmico por si mesmo.

³⁷ “The ease and rapidity with which the army complexes were developed suggests that the tendencies underlying them were deep-seated and only awaited a chance for expression. The importance of diffusion in the growth of these complexes is suggestive” (LINTON, 1924, p. 300, tradução nossa).

³⁸ O próprio Ralph Linton.

³⁹ “The army conditions may afford a clue to the true significance of some totemic phenomena. The often quoted example of the Australian who declared he was a kangaroo is a case in point. The author repeatedly heard soldiers declare that they were sunsets, wild cats, etc” (LINTON, 1924, p. 300, tradução nossa).



FIGURA 1: Símbolo da 42ª Divisão Arco-Íris.

FONTE: WOLF, 1919, p. 18.

No caminho para melhor entendermos como características do fenômeno totêmico podem ser percebidas na cultura militar podemos dizer que, depois que Émile Durkheim escreveu *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (FEVR) em 1912, redirecionando suas pesquisas para analisar o fenômeno religioso e reinterpretando a perspectiva kantiana quanto às categorias do pensamento humano à luz da Sociologia do conhecimento, muito já se discutiu no campo socioantropológico sobre o assunto. O que deve ser dito, no entanto, é que o autor realizou seus esforços no sentido de pesquisar sociologicamente. Sabemos que seu interesse voltou-se para o totemismo das tribos “primitivas”⁴⁰ australianas e de algumas tribos norte-americanas explicando-as a partir dos escritos de etnógrafos que realizaram pesquisa de campo e conheceram a realidade dos mencionados povos. Tivemos, portanto, ao longo de todo o século XX, uma geração de

⁴⁰ Utilizaremos a expressão povos ou tribos primitivas ao modo como Durkheim fez uso para estudar as sociedades que ainda não possuíam escrita, mesmo sabendo que essa palavra carrega consigo uma série de problemas ético-epistemológicos no que concerne aos estudos socioantropológicos.

autores, especialmente no campo da Antropologia, que rediscutiram fenômenos como o próprio totemismo, o mito, os ritos, as crenças e as religiões, em suas diversas nuances.

Para além da problemática que envolve diversos sociólogos e antropólogos acerca dos estudos sobre o totemismo,⁴¹ nossa “interpretação” centra-se em um fenômeno contemporâneo. A nosso ver, tal fenômeno tem demonstrado algumas características próximas à forma como os membros das sociedades consideradas primitivas estudadas por Durkheim se relacionavam com os totens que eles cultuavam. Nosso foco, como já destacado anteriormente, são as tropas especiais de Polícia Militar e as relações de seus membros com o símbolo da faca na caveira. Óbvio que tal objeto de estudo apresenta suas particularidades e, são elas que serão demonstradas ao longo desta obra.

Como forma de ilustrar o nosso argumento, tecemos adiante considerações sobre duas das principais concepções sobre o totemismo, realizadas no século XX. A primeira refere-se a uma interpretação freudiana sobre o totemismo.⁴² Por meio de uma explicação histórica, recobrando Darwin, no estado social primitivo dos homens, os quais viviam em pequenas hordas, o ciúme do macho mais forte e mais velho (o pai) em relação às mulheres do grupo fazia dele o líder em relação aos outros homens (os filhos), o que impedia que houvesse promiscuidade entre eles. Os homens mais jovens,

⁴¹ MONTERO, Paula. A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: Desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 98, p. 125-142, mar. 2014; SANCHEZ, Pascal. The elementary forms in twentieth-century anthropological thought. **L'Année Sociologique**, v. 62, p. 483-500, 2012/2.

⁴² FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

assim, após encontrarem mulheres de outras hordas, passaram a praticar a exogamia, impedindo o contato sexual com mulheres de mesma consanguinidade, bem como, dando origem ao tabu do incesto. De qualquer forma, a explicação para o incesto não se estende para a origem do totemismo na horda primitiva darwiniana, já que a argumentação de Freud se atém a mostrar que o totemismo e a exogamia se desenvolveram ao mesmo tempo, visto ser comum existirem restrições totêmicas para todos os homens nas tribos primitivas.

Na verdade, na visão freudiana, os irmãos expulsos pelo pai, que era o chefe da horda primitiva (aquele que ficava com todas as mulheres para si) se unem e o assassinam, devorando-o como em um sacrifício, pondo fim à ordem primeva. Por serem canibais o ato de comer o pai serviu-lhes como forma de identificação para adquirirem parte de sua força. No entanto, os irmãos possuíam um sentimento ambíguo em relação ao pai, pois eles o odiavam e o amavam ao mesmo tempo, de modo que,

O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo; tudo como ainda hoje vemos nos destinos humanos. Aquilo que antes ele impedira com sua existência eles proibiram então a si mesmos, na situação psíquica da “obediência *a posteriori*”, tão conhecida nas psicanálises. Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas. Assim criaram, a partir da *consciência de culpa do filho*, os dois tabus fundamentais do totemismo (o parricídio e o incesto), que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem os infringia tornava-se culpado dos dois crimes que inquietavam a sociedade primitiva.⁴³

⁴³ Freud (2013, n. p).

Um desses crimes, o incesto, passou a ser proibido porque os irmãos passaram a evitar a rivalidade entre eles pelo domínio das mulheres, o que ocasionou a organização social, ao tempo em que, o culto ao totem surgiu como um “contrato” com o pai assassinado, pela presença do sentimento de culpa, de maneira que o totem passou a ser reverenciado tornando-se a religião mais primitiva. Em outra interpretação, Claude Lévi-Strauss também contribui com uma análise sobre o totemismo a partir de uma revisão do que até então tinha sido escrito sobre o fenômeno (ele escreveu sua obra em 1962).⁴⁴ Ao criticar autores como o próprio Freud, Durkheim, Franz Boas, Radcliffe-Brown, Malinowski, Evans-Pritchard dentre outros, os quais, em suas explicações, criaram apenas uma “ilusão totêmica”, Lévi-Strauss indica que o fato dos homens terem utilizado especialmente os animais para lhes servir de totem não pode residir em uma explicação arbitrária (logo especulativa) ou utilitária (como o fez Malinowski ao chegar à conclusão de que os homens tinham como totens os animais que lhes serviam de alimento).

Baseando-se em uma nova proposição de Radcliffe-Brown, na tentativa de chegar a uma concepção generalista própria à ciência, assim encontrada no estruturalismo, “os animais do totemismo deixam de ser, somente ou sobretudo, criaturas temidas, admiradas ou cobiçadas: sua realidade sensível deixa transparecer noções e relações concebidas pelo pensamento especulativo a partir dos dados da observação. Compreendemos enfim que as espécies naturais não são escolhidas por serem ‘boas para comer’ mas por serem ‘boas para pensar’”.⁴⁵ Assim, destacando o pensamento filosófico de Bergson e Rousseau, Lévi-Strauss destaca que o totemismo se

⁴⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Totemismo hoje**. Petrópolis: Vozes, 1975.

⁴⁵ Lévi-Strauss (1975, p. 94).

trata, a partir da constatação de pares de oposições entre os diversos totens e clãs, de uma forma particular de pensamento sobre o mundo (que não é inferior à forma do homem moderno raciocinar) utilizada pelos antigos em diferentes localidades (como Austrália ou América do Norte). Esse pensamento dos povos antigos se torna objeto de explicação a partir dos dados empíricos fornecidos pelas diversas pesquisas realizadas sobre o totemismo em contraposição às explicações fornecidas por essas mesmas pesquisas que se valeram de resultados especulativos e ilusões que não deram efetivamente conta, de forma objetiva, do fenômeno totêmico.

No entanto, ao pensarmos o fenômeno da faca na caveira nas PMs sob o prisma freudiano, não teríamos condição de explorar objetivamente a relação entre os PMs e o símbolo porque estamos tratando de um objeto e não de um animal como o faz Freud em seu texto sobre o totemismo ao discorrer sobre o fato de que o totem representaria a figura do pai da horda primeva assassinado e devorado pelos filhos. Ao relacionar casos psicanalíticos com crianças para exemplificar o temor ou adoração que elas tinham a animais, o que se trataria de um fenômeno de deslocamento inconsciente da figura de autoridade paterna para o animal, a visão psicanalítica não nos sugere como pode se dar esse deslocamento para um objeto inanimado. Poderíamos, talvez, forçosamente sustentar o argumento de que um objeto como a faca na caveira, pelas relações que se estabelecem entre os PMs a partir do respeito a ele, representa o princípio de autoridade do pai e o poder que ele exerce, utilizando do mesmo deslocamento inconsciente que ocorre com animais pelas crianças. Mas acreditamos que a análise por esse caminho nos colocaria em contradição diante do que é demonstrado acerca do totemismo na perspectiva freudiana.

Do mesmo modo, acreditamos que a abordagem lévi-straussiana sobre o totemismo, no caso específico de estudarmos um deslocamento desse fenômeno à luz de uma interpretação sobre o símbolo da faca na caveira nas PMs, torna-se incompleta se buscarmos no fenômeno, como forma de atingir certa objetividade, apenas uma maneira particular de pensamento que possibilite a organização de uma coletividade social a partir de dualidades. Vislumbramos algo mais abrangente que envolva não apenas como o mundo passa a ser organizado a partir da maneira que o pensamos com base em uma crença diríamos que, simbólica, mas também descortinar como traços de comportamento passam a ser modificados coletivamente gerando pensamentos e ações que envolvem laços de fraternidade, sentimentos de bravura e coragem, formas de hierarquização e distinção social, reconhecimento social sustentado pela honra, como também a naturalização de certos comportamentos violentos pela defesa de um ideal.

Nesse caminho, acreditamos que os passos adotados por Durkheim nas FEVR podem nos ajudar a compreender melhor a relação que os PMs estabelecem com o símbolo da faca na caveira pelas características que identificamos em nossa análise. Em certo sentido, partimos do princípio de que, para Durkheim, é a partir do pensamento religioso das tribos totêmicas que as categorias do pensamento humano como tempo, espaço, gênero e espécie se universalizaram. Logo, sobre o nosso estudo, “na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve, necessariamente, haver certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, apesar da diversidade das formas que umas e outras puderam assumir, apresentem, por toda parte, o mesmo

significado objetivo e também, por toda parte, exerçam as mesmas funções”.⁴⁶

Claro que nas FEVR Durkheim remetia-se à religião quando buscou explicar a presença de um “mesmo significado objetivo” presente nos símbolos, crenças, ações rituais e cotidianas coletivamente compartilhadas pelos povos primitivos. Para ele, as representações coletivas impingem uma força moral aos indivíduos que legitima a existência social, fato que já tinha sido constatado em estudos anteriores e que se tornou a mola mestra de sua obra. Isto não impede, pelo contrário, abre caminho e enriquece nosso olhar para observarmos que o nosso objeto também contém algo de sagrado, o que faz do símbolo da faca na caveira bem mais que um simples emblema. E por mais que existam críticas⁴⁷ à proposta durkheimiana quanto à universalidade de suas proposições especialmente nos estudos sobre o totemismo, ainda assim, não podemos negar certas similitudes em relação ao fenômeno que estamos estudando. Os laços de solidariedade e a força moral da coletividade sentida pelos indivíduos nas sociedades consideradas primitivas por Durkheim dizem muito dos valores morais compartilhados pelos militares.

Podemos então considerar que tanto as PMs como suas tropas especiais e especializadas podem ser vistas como comunidades imaginadas, ou seja, “as construções discursivas – monumentos, cerimônias, símbolos, língua, história, memória – ordenam e constroem uma homogeneidade nas comunidades imaginadas, que ocultam a heterogeneidade e as

⁴⁶ Durkheim (2008, p. 33).

⁴⁷ Para as críticas ao estudo do totemismo feito por Durkheim ver Lévi-Strauss (1975).

contradições existentes na coletividade”.⁴⁸ Ainda mais, por meio de condições sociais construídas imaginariamente,

As instituições militares e policiais militares constituídas em comunidades imaginadas produzem ao longo do tempo uma ordem que confere aparente unidade à coletividade. As solenidades e os símbolos institucionais são parte da identidade da instituição e tendem a ocultar as diferenças institucionais e as múltiplas identidades assumidas pelos agentes institucionais em suas experiências de vida. No entanto, também são construtoras de diferenças, pois adaptam e reproduzem um ideal de masculinidade que é vinculado a uma concepção de honra identificadora do militar e dessas instituições.⁴⁹

Por enquanto, ainda não trataremos de como se desenvolvem nessas tropas de PM elementos como “diferenças institucionais”, “masculinidade” e “honra”, o que veremos adiante, mas já podemos destacar que os símbolos institucionais como a faca na caveira, de certa forma, estão relacionados a essas condições. Tentaremos entender como os “ritos são maneiras de agir que surgem unicamente no seio dos grupos e que se destinam a suscitar, a manter, ou a refazer certos estados mentais desses grupos”.⁵⁰ Antes, porém, entendamos a perspectiva durkheimiana empreendida em seu clássico sobre religião e conhecimento destacando, pela densidade da obra, os aspectos relativos ao totemismo.

Antes de escrever as FEVR, Durkheim já tinha consolidado em outras obras uma série de conceitos que

⁴⁸ SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)**. 2011. 282f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 29.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 29.

⁵⁰ Durkheim (2008, p. 38).

acompanharam sua trajetória até o clássico sobre o totemismo. Sua busca sempre teve a preocupação de tornar a sociologia uma ciência “séria”, ao modo como eram vistas as ciências naturais e seu modelo de objetividade e neutralidade do pesquisador diante do objeto. Foi assim que ele chegou à constatação de que os fatos sociais são o objeto de estudo da sociologia e de que eles, para serem explicados, devem ser tratados como coisas. Esta premissa serviria para afastarem-se as pré-noções do senso comum. Além disso, garantia-se também a não participação subjetiva do pesquisador no trato dos fatos sociais e comprovava-se que as concepções metafísicas próprias da filosofia e o subjetivismo estudado pela psicologia não diziam respeito aos estudos sociológicos.⁵¹

O que os fatos sociais passaram a revelar quando são tratados como “coisa” é que existe uma força presente na coletividade, ou melhor, na sociedade, pelo modo como esta se impõe aos indivíduos e suas particularidades. As leis que regem a sociedade demonstram que os fatos sociais são, acima de tudo, coercitivos e exteriores aos indivíduos. Tal coercitividade se exerce por forças morais que reforçam a ideia de que a sociedade é transcendente aos indivíduos e os antecede. Sentimos essas forças pela forma como as instituições agem através do Direito, dos princípios religiosos e suas doutrinas, pela educação escolar, pelas regras atinentes às profissões, bem como, pela forma como os costumes são vivenciados. Neste último caso, o uso de determinadas vestimentas, as regras familiares e as redes de fofoca são bons exemplos a se observar.

Torna-se explicável que a autoridade moral imposta pela sociedade aos indivíduos deixa claro que ela é algo *sui*

⁵¹ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

generis. Ela está fora dos indivíduos, fazendo com que cada um, de algum modo, seja obrigado a garantir a existência do meio social ao obedecer às regras sociais estabelecidas (já que todos nascemos em um mundo com regras pré-estabelecidas). Ao mesmo tempo, temos o desejo de pertencer à coletividade, inclusive se mobilizando para coibir comportamentos que venham a ferir a moral coletiva. Logo, seria a sociedade que garante a participação de cada um em seu seio, tornando-se impossível uma afirmação contrária, ou melhor, só estamos no mundo por sermos seres sociais, visto que a sociedade tem uma existência própria.

Este corolário mostrou o positivismo do pensamento durkheimiano e centrou sua perspectiva de análise inicialmente na “morfologia social”, ou seja, nas formas de organização da sociedade engendradas por uma “consciência coletiva” e nos fatos sociais. A partir destes últimos tornava-se capaz de prever, pela determinação de leis sociais, uma relação de causa e efeito que ao final revela a presença da sociedade em nossas vidas. A força moral da coletividade seria determinante para a manutenção do próprio estado social das coisas e dos homens. Como dito, a sociedade é-nos transcendente, existindo fora de nossas consciências individuais, mas, também, nos é imanente, estando presente de alguma forma em cada um de nós. Ao nascermos, passamos a seguir as prescrições impostas pelos diversos grupos para evitar as sanções que nos perseguem e que nos obrigam a agir.

A sociedade nos ordena porque ela é exterior e superior a nós; a distância moral que existe entre ela e nós faz dela uma autoridade perante a qual a nossa vontade se inclina. Mas como, por outro lado, ela nos é interior, como ela está em nós, como ela é nós, por esta razão nós a amamos, nós a desejamos, se bem que com um desejo *sui generis* já que, não

importa o que façamos, sempre ela é nossa apenas em parte, e nos domina infinitamente.⁵²

Os estudos sobre o suicídio⁵³, bem como, aqueles acerca da divisão social do trabalho e as formas de solidariedade social, tanto nas sociedades primitivas como nas modernas, são exemplos⁵⁴ de fatos sociais. São fenômenos capazes de comprovar a força da moralidade coletiva de acordo com o modelo teórico-metodológico proposto por Durkheim. Sabemos, porém, que a abordagem adotada por Durkheim não deixa de caracterizar o estado das coisas e o cenário intelectual em que ele se encontrava em meio a uma sociologia nascente. De qualquer forma, seus achados de pesquisa foram utilizados *a posteriori* para favorecer novos estudos ou servir de crítica para outros. Destacam-se, nesse contexto, um evolucionismo que o fez sempre utilizar como analogia para seus argumentos os fenômenos químicos e biológicos do corpo humano, com destaque para a noção entre o normal e o patológico, além de certo determinismo que não deixou espaço para as ações sociais particulares em certo sentido. Não é à toa que ele define a consciência coletiva como “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade”⁵⁵, o que descaracteriza um olhar para indivíduos particulares. A definição de consciência coletiva visa torná-la o mais objetiva possível, já que, o método estatístico

⁵² DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 2007, p. 71-72.

⁵³ DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁵⁴ DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵⁵ Durkheim (1999, p. 50).

foi uma ferramenta cara para as considerações metodológicas e proposições teóricas de Durkheim.

Para além das críticas ao arcabouço teórico durkheimiano, resta-nos compreender um ponto nodal de seu pensamento, ou seja, a passagem da ênfase dada à morfologia social para o estudo das “representações coletivas”. Esta situação encontra-se exatamente nas FEVR, a partir do momento que tal deslocamento propiciou a análise da construção das formas de pensamento dos povos por ele considerados primitivos por meio das crenças e ritos religiosos baseados no totemismo. Entenda-se por representações coletivas “os fenômenos mentais compartilhados pelos quais as pessoas organizam suas vidas e os constituintes fundamentais de qualquer **cultura**”.⁵⁶

No caso do símbolo da faca na caveira reverenciado pelas tropas especiais e, de certo modo, as tropas especializadas de PM, acreditamos revelar-se uma estrutura mental compartilhada pelos policiais que se traduz nas crenças, nos símbolos, nos ritos, na marcação dos corpos, nas ações cotidianas. Se nossa intenção é compreender o que se oculta por trás desse símbolo, para além da própria representação dele coletivamente materializada, então, o pensamento durkheimiano nos ajuda a ver que,

As representações coletivas continuam uma “consciência coletiva” ou “percepção social” externa aos indivíduos de uma sociedade: ela preexiste a eles e persiste depois que eles morrem. Os indivíduos nascem num mundo já formado de representações coletivas e, por meio de sua **socialização**, as apreendem e desenvolvem um senso de compromisso moral para com elas. Isso significa que as representações são vivenciadas como tendo caráter obrigatório e, portanto, são

⁵⁶ SCOTT, John. Representações coletivas. In.: SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 175, grifo do autor.

capazes de restringir as ações dos indivíduos e os relacionamentos que constroem com os outros.⁵⁷

É para explicar esse “caráter obrigatório” das representações coletivas sobre os indivíduos que Durkheim se debruça sobre o pensamento religioso, particularmente sobre a religião que ele considerava a mais simples e mais primitiva até então conhecida, ou seja, o totemismo. Se o totem pode ser visto como um símbolo, logo se infere, a partir de Durkheim, que a sociedade se materializa no mundo social de forma simbólica, assim fazendo-se sentir pela força moral que impinge aos indivíduos. Só que, para alcançar o seu objetivo Durkheim dedica o primeiro e último capítulos das FEVR para tentar explicar, talvez, o que seria um dos dois principais argumentos do livro, visto que o outro era mostrar que a religião trata-se de fenômeno eminentemente social, ou seja: como as ideias e os conceitos elaborados mentalmente são organizados por meio de modelos fornecidos pela sociedade, o que enseja formas de classificação e hierarquias sociais que não dependem nem das sensações particulares dos indivíduos nem de ideias preconcebidas *a priori*.⁵⁸

Tal condição levou Durkheim a uma reinterpretação do modelo kantiano sobre a origem do conhecimento humano. Ele refuta, ao mesmo tempo, a concepção de que as categorias do pensamento humano como tempo, espaço e gênero surgem da síntese entre as experiências sensíveis, ocorridas da relação do sujeito com o mundo que o circunda através dos sentidos em um tempo-espaço dado, e condições *a priori* que caracterizam o entendimento humano. Se as

⁵⁷ Scott (2010, p. 176, grifo do autor).

⁵⁸ DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In.: MAUSS, Marcel (Org.). **Ensaios de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

operações mentais ocorrem individualmente em cada um de nós como uma experiência particular, isto significa dizer que os modelos propostos pelo empirismo (dados da experiência) e pelo idealismo (condições do entendimento) devem ser desacreditados por não possuírem comprovação objetiva. Essa possibilidade encaminhou Durkheim a enxergar os estados mentais dos indivíduos (a “ossatura da inteligência”⁵⁹, como ele afirma) como fatos sociais que demonstram uma existência *sui generis*, podendo ser tratados de forma científica, sociologicamente falando.

Ao contrário de ser uma construção individual de cada um, as categorias do pensamento devem ser vistas como representações coletivas pelo fato de que essas representações “são produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzi-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber”.⁶⁰ Esta condição faz com que o indivíduo, ao participar da sociedade, seja pensando ou agindo, coloque-se além de si mesmo, o que nos reduz, enquanto seres individuais, às condições funcionais e corporais do organismo. Em contrapartida, como seres sociais, somos capazes de representar as condições morais e intelectuais impostas pela força coletiva. O primado da razão é nos retirado ficando para a sociedade o papel de nos fornecer a matéria para o pensamento lógico e para os conceitos por meio de uma “razão impessoal”. Disto decorre “em uma palavra, há algo de social em nós, e como a vida social compreende simultaneamente representações e práticas, essa

⁵⁹ Durkheim (2008, p. 38).

⁶⁰ Durkheim (2008, p. 45).

impessoalidade estende-se naturalmente às ideias bem como aos atos”.⁶¹

Foi nesse caminho que Durkheim vislumbrou o estudo do totemismo e das religiões a partir de uma dualidade vista como oposição, ou seja, a noção de sagrado e profano. Pelas categorias de sagrado e profano o pensamento religioso pode ser analisado de modo a vermos que é ele que inicialmente, entre os povos primitivos e o fenômeno totêmico, serviu de referência para que as coisas do mundo também fossem vistas e organizadas de forma dual. No caso das categorias lógicas do pensamento, essa dualidade se estende e verifica-se no próprio homem pelas concepções de corpo e alma. O primeiro, de origem profana, seria a morada dos instintos e sensações corporais atinentes à satisfação do organismo, logo, condição particular de cada um, o móbil que nos diferencia individualmente. Quanto à alma, nela encontra-se a sede do intelecto, da razão e do conhecimento. Ela e a divindade confundem-se, fazendo-nos enxergar nela um elemento sagrado que a diferencia de qualquer condição particular, aproximando-a da existência social, ou melhor, da sociedade e da sua moralidade impositiva.⁶² Para percebermos nessa dualidade uma síntese adequada para o problema suscitado pelo kantismo como colocado anteriormente, temos então que os homens, na verdade, abrem mão de sua individualidade com certo sofrimento para compartilhar do sentimento coletivo. Ao corpo, ligam-se as coisas profanas, restando à sociedade

⁶¹ Ibidem, p. 525.

⁶² O estudo desenvolvido por Hertz (1980) sobre a polaridade religiosa e sua influência sobre o uso social das mãos direita (vista como sagrada) e, esquerda (que carrega algo de profano), é outro exemplo de como a dualidade religiosa entre o sagrado e o profano permeia as formas como as representações coletivas encontraram na religião seu modelo primordial de organização da sociedade.

dar conta do sentimento que orienta as consciências particulares a desejarem experienciar em regime de cooperação das coisas sagradas.

As ideias e os sentimentos elaborados por uma colectividade, qualquer que ela seja, são investidos, devido à sua origem, de um ascendente e de uma autoridade que fazem com que os indivíduos que os pensam e que neles acreditam os representem sob a forma de forças morais que os dominam e que os apoiam. Quando estes ideais impelem a nossa vontade, sentimo-nos conduzidos, arrastados por energias singulares que, manifestamente, não vêm de nós, mas que se nos impõem, para com as quais temos sentimentos de respeito, de temor reverencial, mas também de reconhecimento devido ao conforto que recebemos; pois elas não se podem comunicar a nós sem fazerem apelo ao nosso tom vital. Mas, por outro lado, as representações colectivas não se podem constituir senão encarnando-se em objetos materiais, coisas, seres de todas as espécies, figuras, movimentos, sons, palavras, etc., que os traduzem exteriormente e os simbolizam; pois só exprimindo os seus sentimentos, traduzindo-os através de sinais e simbolizando-os exteriormente, as consciências individuais, naturalmente fechadas umas às outras, podem sentir que comunicam e que estão em harmonia. As coisas que desempenham esta função participam necessariamente dos mesmos sentimentos que os estados mentais que elas representam e, a bem dizer, materializam.⁶³

O totem seria exatamente uma das formas de “materialização” das representações coletivas e, no totemismo, visto por Durkheim como a religião mais simples, é pelos membros de um clã que o totem é cultuado e reverenciado. O clã consiste em um grupo de indivíduos que se unem por um laço de parentesco especial e não por consanguinidade. Este

⁶³ DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a acção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1975?], p. 300.

parentesco diz respeito ao fato dos membros do clã serem designados coletivamente pelo mesmo nome e acreditarem manter relações particulares com uma determinada espécie de coisas materiais. Entre essas coisas, o totem serve para designar coletivamente o clã, de modo que o totem do clã também é o mesmo de cada um de seus membros. Como explica-nos Durkheim, a palavra totem remete-se especificamente ao uso feito pelos Ojibway, uma tribo algonquina, nomenclatura essa utilizada para se referir às coisas que nomeiam o clã, mas que foi adotada pelos etnógrafos de forma definitiva para explicar o fenômeno totêmico. Os objetos que servem de totem para as tribos australianas e algumas norte-americanas estudadas por Durkheim geralmente são plantas ou animais, com destaque para os últimos. Verifica-se também o uso, em pequena escala, de coisas inanimadas como a água, a chuva, as nuvens, o sol, o inverno.

Se Durkheim parte do princípio de que as coisas, de modo geral, devem ser classificadas em sagradas e profanas a partir do totemismo, o que faz desse dualismo a essência da religião, ao contrário, ele critica a explicação de seus contemporâneos quanto às características que definem o fenômeno religioso. Para ele, a religião consiste em *“um sistema solidário de crenças seguintes e de práticas relativas a coisas sagradas, proibidas; crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem”*.⁶⁴ Portanto, se a ideia de igreja remete-nos a enxergar a religião como fenômeno coletivo como sugere Durkheim, além de diferenciar a religião da magia, pois esta última não depende da reunião de uma comunidade moral de pessoas para ser exercida, de maneira inversa, as noções de sobrenatural e de divindade não servem para explicar o fenômeno religioso.

⁶⁴ Durkheim (2008, p. 79, grifos do autor).

Se entendermos por sobrenatural algo que surge de forma inusitada na natureza, como o regime de chuvas que não ocorre no momento esperado em uma época dada, tem-se, então, de levar-se em consideração que existe uma ordem natural das coisas. A questão é que, a noção de uma natureza regida por leis só veio a ser debatida modernamente pelas ciências positivas, o que invalida a existência do sobrenatural de forma anterior ao que é natural. Na verdade, para os primitivos, as ações dos deuses na natureza, distantes de serem milagres, como entendidos no mundo moderno, não passam de um grande deslumbre diante dos fenômenos naturais. Temos aí um sentimento de espanto que em nada diz respeito ao sobrenatural. E, se o sobrenatural caracteriza-se por um evento excepcional, a religião, ao contrário, se funde pela regularidade, ou seja, os deuses devem estar relacionados à “marcha habitual do universo, o movimento dos astros, o ritmo das estações, o crescimento anual da vegetação, a perpetuidade das espécies”.⁶⁵ Quanto à divindade, Durkheim conclui que existem religiões, como o budismo, por exemplo, que necessariamente não se fundam pelo culto a algum deus ou deuses, ou melhor, “todas as virtudes religiosas não emanam de personalidades divinas e há relações culturais que têm objetivo diferente do de unir o homem a uma divindade”.⁶⁶

No entanto, as crenças e os ritos são categorias centrais na elucidação do fenômeno religioso, pois ambas explicitam a distinção entre coisas sagradas e profanas. Enquanto as crenças são “estados de opinião” que funcionam como representações, os ritos são formas de ação, mas ambos se caracterizam por exprimir o sentimento de sacralidade presente na tribo. As relações entre as coisas sagradas e profanas

⁶⁵ *Ibidem*, p. 59.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 67.

vão desde as ideias compartilhadas coletivamente pela crença nos deuses, mitos e nos espíritos dos antepassados, por exemplo, a variados objetos de cunho pessoal (árvores, pedras, peças de madeira) que ensejam a mobilização dos indivíduos na manutenção do sentimento de sacralidade. Em alguns ritos, geralmente cabe a uma autoridade tribal o contato com os objetos sagrados, mas também é de conhecimento da tribo a proibição de determinados atos que se mostram profanos.

É por meio das crenças e dos ritos expressos pela dualidade entre o sagrado e o profano que Durkheim concebe a religião e, ao mesmo tempo, refuta a tese de doutrinas como o animismo (crença nos seres espirituais) ou o naturismo (culto dos elementos da natureza como o vento, os astros, as plantas e animais), que foram utilizadas para explicar a origem do fenômeno religioso. Em ambas, “se a religião consistisse em amar espíritos irreais, ou forças naturais transfiguradas pelos homens, ela corresponderia a uma alucinação coletiva”.⁶⁷ Isto porque o animismo baseia-se na crença de que o homem é um ser duplo que possui uma alma que se desprende do corpo durante o sonho. Mas, com a morte, a alma desprende-se definitivamente do corpo tornando-se espírito e, este último, por possuir características humanas, pode penetrar nos corpos dos vivos beneficiando-lhes ou prejudicando-lhes.

Acontece que o homem acaba por criar um mundo imaginário sendo vítima e beneficiário de forças espirituais que passaram a ser objeto de culto, inicialmente rituais mortuários para os antepassados. Só que, os espíritos davam conta apenas dos fenômenos humanos e, pelo fato dos primitivos não distinguirem as coisas animadas das inanimadas a

⁶⁷ ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 501.

crença nos espíritos estendeu-se ao culto à natureza e às coisas do universo. Mas os próprios autores que defenderam o animismo não chegaram a um consenso quanto à passagem para o naturismo, pois, para Spencer, ao contrário de Tylor, a incapacidade do homem de discernir entre as coisas vivas e as inanimadas não se sustenta como explicação. A passagem para o culto à natureza ocorreu devido à denominação dada pelo homem a si mesmo de nomes de animais ou plantas, por exemplo. Teria chegado um momento no qual homens e animais acabaram confundindo-se por terem a mesma nomenclatura, assim como sucedeu com todos os outros fenômenos naturais que passaram a carregar almas reencarnadas.

Quanto ao naturismo, visto como uma religião elementar, Durkheim se deteve especialmente sobre os escritos de Max Müller para fundamentar sua crítica. Para este último, o naturismo pode ser caracterizado como religião pelas experiências sensíveis vividas pelos homens. A linguagem teria sido o elemento que possibilitou aos povos primitivos enxergarem os fenômenos da natureza enquanto deuses, inclusive fazendo-os serem vistos através de formas pessoais aparentadas ao homem como encontrado nos mitos. Se os homens nomeavam as coisas para depois pensá-las, as palavras, portanto, propiciaram uma “existência verbal”, nos termos de Durkheim. Os vocábulos, “em razão de sua origem, só podiam designar as diferentes forças da natureza através de suas manifestações que mais se assemelham a ações humanas: o raio foi denominado *alguma coisa* que cava o solo ao cair; o vento *alguma coisa* que geme ou que sopra; o rio *alguma coisa* que corre”.⁶⁸ Porém, indaga Durkheim, se essa metáfora linguística, que acabou por povoar o pensamento religioso primitivo, surgiu do maravilhamento do homem diante das forças da

⁶⁸ Durkheim (2008, p. 112).

natureza, como então ser uma religião se, ao contrário da impotência humana perante o sagrado, o princípio religioso provém o homem de confiança diante do divino para poder resolver os seus conflitos no mundo?

Se não podemos vislumbrar a origem do pensamento religioso a partir da crença em elementos que não encontram correspondência na realidade, já que o mundo dos espíritos ou as forças da natureza não revelam a presença do sagrado por si só, o que restou a Durkheim foi chegar à constatação de que “só a sociedade é uma realidade sagrada por si mesma. Ela pertence à ordem da natureza, mas a ultrapassa. É ao mesmo tempo causa do fenômeno religioso e justificativa da distinção espontânea entre profano e sagrado”.⁶⁹ A sociedade, sim, pode ser vista como um “sistema de forças operantes”⁷⁰ que encontrou inicialmente no fenômeno religioso seu veículo de legitimação e, em específico, no totemismo, as bases para materializar-se simbolicamente. Isto nos faz ver, segundo Durkheim, que foi a sociedade que ofereceu o modelo para os homens, por viverem agrupados, desenvolverem o pensamento lógico, bem como, os modos de convivência entre eles classificando e hierarquizando as coisas do mundo e eles mesmos.

A religião totêmica, enquanto vista como a religião mais simples e elementar, segundo Durkheim, encontra em suas crenças e ritos a presença do sagrado a partir da reunião de uma coletividade, ou como já dito: o clã. Se a consanguinidade não é o que define os laços de parentesco dos membros de um clã e sim o mesmo nome adotado por todos a partir da reverência e culto a um totem, por outro lado, desenvolveu-se a ideia de deveres parentais comuns como o de luto ou a

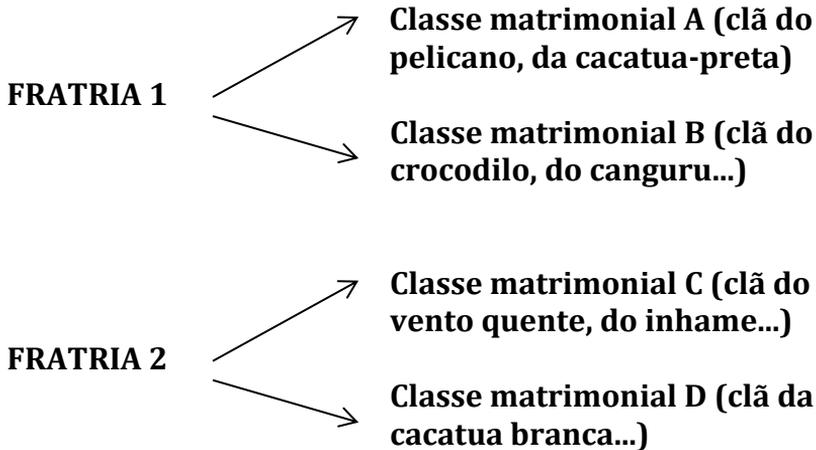
⁶⁹ Ibidem, p. 503.

⁷⁰ Ibidem, p. 526.

proibição de casarem entre si por serem do mesmo clã. Quanto à forma de se adquirir o nome totêmico, ele pode ser herdado pela criança através da mãe, do pai ou de um antepassado. Observa-se também que quando um grupo de clãs se reúne por laços de fraternidade configura-se uma fratria.

A regra geral, pelo menos na Austrália, como observou Durkheim, é que cada tribo não possua mais do que duas fratrias e, cada uma delas possui seu próprio totem, que geralmente é um nome de animal como ocorre com a tribo Gourn-ditch-Mara, cujas fratrias são chamadas Krokitch (cacatua-branca) e Kaputch (cacatua-preta). A partir das fratrias distribuem-se os diferentes clãs com seus respectivos totens, o que nos indica formas de classificação dessas tribos. Além disso, os totens dos clãs subordinam-se aos das fratrias, o que equivale a dizer que, mesmo que a fratria possua vários clãs, os membros de um clã em específico só podem pertencer a uma única fratria. Se não podia existir a interpenetração de indivíduos de fratrias diferentes, o que ocorria apenas em pequena escala, os totens das fratrias funcionavam como gêneros que tinham nos totens dos clãs uma forma de espécie.

Temos ainda as classes matrimoniais, que são subdivisões das fratrias e possuíam dupla função: como cada fratria podia ter entre duas e quatro classes matrimoniais, os membros da classe de uma fratria só poderiam estabelecer matrimônio com membros de apenas uma classe da outra fratria e é por este fato que tais classes são denominadas de matrimoniais. Além disso, as crianças nascidas em uma classe matrimonial podem pertencer à mesma fratria dos pais, mas não será de uma mesma classe matrimonial deles. As gerações se sucedem alternadamente entre as classes. Em uma fratria, os pais são de uma classe, os filhos de outra e os netos retornam para a classe dos avós.

ESQUEMA ILUSTRATIVO⁷¹

Essas formas de classificação no mundo totêmico como esboçado por Durkheim são indicativas de como grupos humanos organizam-se com base na reverência a um elemento simbólico materialmente representado que traduz para todos do grupo a força que mantém coesa a coletividade. Vejamos como podemos perceber formas de classificação baseadas na crença coletiva de forma mais específica entre os membros das tropas especiais das Polícias Militares para que possamos começar a compreender as similitudes delas com o que esboçamos até aqui sobre o totemismo de acordo com a perspectiva durkheimiana. Para tanto, conheçamos melhor a origem do mito que deu origem ao símbolo da faca na caveira e como se constituiu a ideia de um “clã da caveira” a partir do BOPE.

⁷¹ Adaptado de Durkheim (2008).

2

O MITO DA FACA NA CAVEIRA

Retomando o conflito institucional ocorrido na Polícia Militar da Paraíba no ano de 2013 e descrito na introdução desta obra, a proibição por parte do Comandante Geral da Corporação quanto ao uso do símbolo da faca na caveira pelos PMs paraibanos do BOPE resultou em uma mobilização por parte dos últimos nutrida por indignação e revolta.⁷² A decisão foi tomada, como já dito, para cumprir a Resolução da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, de 2012, mas acabou por fazer com que um Tenente-Coronel da PM paraibana, ex-comandante do Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), escrevesse um texto com 78 páginas argumentando de que outras instituições também usam símbolos como a espada pela Justiça e a cobra pela medicina, ou o machado pelos bombeiros, o que legitimaria o uso da faca na caveira pelas tropas especiais policiais militares.⁷³ O interessante do argumento presente no referido texto fica por conta da correlação entre os símbolos

⁷² GOMIDE, Raphael. ‘Retirada da caveira como símbolo do Bope gera crise na PM da Paraíba’. Último Segundo, (03/04/2013).

⁷³ OLIVEIRA, Onivan Elias de. **O símbolo da caveira e de animal nas forças especiais militares e policiais no Brasil e as interpretações: uma (in)justiça para quem interpreta diante de contextos imaginários ideológicos**, 2013. Disponível em: <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2013/04/Artigo-Onivan-Simbolo-Caveira.pdf>>.

destacados e valores morais atribuídos a supostas interpretações ambíguas dadas pelas pessoas acerca desses símbolos institucionais.

No caso da figura feminina sentada com uma venda nos olhos e segurando uma espada no colo representando a Justiça brasileira, a interpretação leiga, segundo o Tenente-Coronel, pode chegar à conclusão de que a venda ocular diz respeito à inércia judiciária em não julgar os crimes praticados pelos ricos. De modo contrário, a espada pode ser interpretada como o símbolo de julgamento dos pobres e menos favorecidos socioeconomicamente, que sempre são condenados com mais rigor, judicialmente falando. Quanto ao machado, símbolo do Corpo de Bombeiros da Paraíba, o Tenente-Coronel retrata em seu texto que aquele instrumento pode ser visto pela interpretação das pessoas como sinônimo de destruição nas ações bombeirísticas, o que se torna uma “verdade injusta” diante de uma profissão conhecida como sendo praticada por “anjos da guarda”.

Nesse caso, o discurso nativo policial militar pode ser percebido através do texto do Tenente-Coronel como manifestação de indignação frente à decisão tomada pelo Comandante da Corporação paraibana em suprimir o uso do símbolo da faca na caveira. O argumento do texto se mostra distante de critérios lógicos e objetivos ao considerar que o uso da faca na caveira pelos PM seja apenas questão de interpretação. Na verdade o que não foi percebido nem pelo Tenente-Coronel autor do texto, nem pelos integrantes do BOPE paraibano foi a força da expressão cultural presente no símbolo como vimos no totemismo, o que se diferencia de uma simples interpretação. A leitura da situação sobre a proibição do símbolo realizada tanto pelo Tenente-Coronel quanto pelos PMs do BOPE só revela o perspectivismo do olhar deles em relação ao que eles queriam defender. E se caso fosse sugerida a troca do

símbolo, por exemplo, para uma pomba da paz, elemento esse que pode transmitir valores bem mais democráticos, acreditamos que dificilmente seria aceito o novo símbolo, devido ao machismo institucional PM afeito à rusticidade e virilidade.

Para os policiais militares que sentiram sua honra lesada por não mais poderem utilizar o símbolo, restou a incapacidade de perceberem objetivamente a força presente em elementos simbólicos, o que se verifica nas palavras de um Major, então Comandante do BOPE paraibano à época da proibição: “Para nós, policiais militares, a caveira simboliza poder, força e invencibilidade. Um poder que, segundo a sociologia, é a habilidade de impor a vontade da lei sobre os outros. A força que representa a superação do treinamento e do rigor da vida policial militar, além do Estado forte que representamos, [...] e, por fim a invencibilidade de nossa caveira, simbolizando que a Polícia Militar deve ser invencível frente à criminalidade em nosso Estado”.⁷⁴

Vislumbramos nas palavras do Major, sociologicamente falando, a sua leitura equivocada ao usar da sociologia para dizer que o poder, simbolizado pela caveira, “é a habilidade de impor a vontade da lei sobre os outros”, i. e., o militar localiza o poder como uma instância positiva legitimadora da imposição da ordem de acordo com a lei. Na verdade, a ambiguidade presente na compreensão de um símbolo como este, assim como apontado pelo Major, ratifica a naturalização de uma instância de poder positiva como estudado pela perspectiva foucaultiana,⁷⁵ o que caracteriza formas de controle social mais sofisticadas e menos aparentáveis, exatamente por estarem visíveis explicitamente em formas discursivas

⁷⁴ Gomide (2013).

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

diversas, incluindo, nesse caso, símbolos institucionais. O que se revela é uma dimensão moral compartilhada coletivamente que passa a fazer os policiais militares defenderem a “mística” presente no mito da faca na caveira, de maneira que se consolida um embate ideológico entre as forças do bem (as Polícias Militares) e as forças do mal (os criminosos). As primeiras devem, como asseverou o Major, “ser invencível frente à criminalidade em nosso Estado”.

Em um dos portais eletrônicos que destacam a reportagem sobre a proibição pelos PMs do BOPE da Paraíba quanto ao uso do símbolo da faca na caveira como emblema do Batalhão encontramos que “o **mito** teria nascido quando um comando francês⁷⁶ (unidade de operações especiais cujo símbolo era uma adaga) durante a 2ª Guerra Mundial cravou sua adaga em uma caveira que enfeitava a mesa de um oficial nazista alemão. Esse gesto de “faca na caveira” – hoje um brado – simbolizaria a vitória sobre a morte”.⁷⁷ Não por acaso a expressão “*Vitória sobre a Morte! Nossa Glória Prometida*” ter se tornado a máxima que identifica as tropas especiais das Forças Armadas e das Polícias Militares. Mas o que aguça o nosso olhar para a reportagem é o fato dela destacar que a história acerca da origem da expressão “faca na caveira” trata-se de um mito.

Entendem-se como “comportamentos mitológicos” aqueles que revelam o “desejo de reencontrar a intensidade com que se viveu, ou conheceu, uma coisa pela primeira vez; de recuperar o passado longínquo, a época beatífica do ‘princípio’”, além de que, esse evento primeiro pode ser rememorado ritualmente. Os mitos⁷⁸, ao contrário das explicações

⁷⁶ Mais a frente essa informação será retificada, já que as fontes que utilizamos citam um comando britânico.

⁷⁷ Gomide (2013, online, grifo nosso).

⁷⁸ ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

próprias do século XIX que os viam como “fábulas” ou “ficções”, devem ser encarados como uma “história verdadeira”, os quais adquirem e fornecem sentido ao comportamento e à existência humanos. Longe de estar próximo de uma definição simples, o mito pode ser visto como uma história sagrada que se remete aos tempos primordiais nos quais entes sobrenaturais fizeram com que uma realidade passasse a existir, desde o Cosmo a um comportamento humano. Trata-se, portanto, da narrativa sagrada de uma criação. Os mitos descrevem o surgimento da sacralidade ou da sobrenaturalidade no mundo, transformando e conformando o homem à condição de “ser mortal, sexuado e cultural”.⁷⁹ Assim, o mito torna-se verdadeiro por conta de seu lado sagrado, já que, por exemplo, o mito da morte comprova-se pela existência da mortalidade humana. O que está em jogo é a reprodução de condutas humanas baseadas nas mesmas ações produzidas pelos ancestrais em tempos remotos.

Uma certa tribo vive da pesca, e isso porque, nos tempos míticos, um Ente Sobrenatural ensinou seus ancestrais a apanhar e a cozer os peixes. O mito conta a história da primeira pescaria, efetuada por um Ente Sobrenatural, e dessa forma revela simultaneamente um ato sobre-humano, ensina aos homens como devem efetuar-lo por seu turno e, finalmente, explica por que essa tribo deve nutrir-se dessa maneira.⁸⁰

Os mitos se revestem de um conhecimento que carrega consigo um “poder mágico-religioso”, que deve ser reatualizado por meio dos ritos ou repassado aos neófitos em cerimônias de iniciação. Como efeito desse processo, “conhecer a origem de um objeto, de um animal ou planta, equivale a adquirir

⁷⁹ Eliade (2016, p. 11).

⁸⁰ Eliade (2016, p. 16).

sobre eles um poder mágico, graças ao qual é possível dominá-los, multiplicá-los ou reproduzi-los à vontade”.⁸¹ É por esse mote que os PMs das tropas especiais e especializadas refutam as críticas a eles levantadas quando são questionados acerca do uso de símbolos como o da faca na caveira. Geralmente eles se posicionam ao dizerem que, no caso deles, existe uma história, um mito, que legitima o propósito da existência de tais grupos nas PMs com o seu respectivo símbolo.

A história por trás do mito da faca na caveira remete-nos ao contexto do uso da palavra *Totenkopf*, que é de origem alemã e significa literalmente “caveira”, além de referir-se a crânio e ossos cruzados e símbolos de cabeça de morte. Um crânio humano com ou sem mandíbulas, cruzado na parte de trás por dois ossos (femorais), o qual é reconhecido como um antigo símbolo internacional para a morte, como para sinalizar perigo, indicar substâncias venenosas ou para identificar a pirataria.

Historicamente não se tem como precisar a origem do símbolo da caveira como insígnia militar, mas registros apontam que ele foi usado durante a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648) nos capacetes dos Cronberger Cuirassiers, que compunham o Regimento de Cavalaria Bávara comandado pelo Coronel Adam Philipp Freiherr von Kronberg und Hohen-Geroldseck que pertenceu à Liga Católica comandada pelo Conde de Tilly.⁸² Durante o reinado de Frederico II, o Grande, que reinou na Prússia de 1740 a 1786, houve uma reestruturação do Exército, que passou a ser treinado com base na disciplina militar possibilitando a criação em 1741 do Hussardo (*Husaren-Regiment*), que eram Unidades de Cavalaria

⁸¹ Ibidem, p. 19.

⁸² HØLSCHER, Joost. **Death's head: the history of the military & crossbones badge.** [S. l.: s.n.], 2013, ISBN 978-90-820326-0-4.

Ligeira.⁸³ Além disso, eram Regimentos constituídos predominantemente por húngaros.

Dentre os vários Regimentos que foram criados o de nº 5 foi comandado pelo Coronel Von Ruesch, que adotou um uniforme negro com um crânio e dois ossos cruzados em posição de destaque como símbolo do Regimento estampado na frente dos mirlitons (espécie de chapéu), o que pode ser reconhecido como o primeiro Exército moderno a adotar oficialmente o símbolo da caveira com os ossos cruzados.⁸⁴ A inspiração para Frederico II ter passado a adotar o emblema da caveira no seu Regimento Hussardo provavelmente diz respeito ao fato dele ter observado os uniformes dos pandures húngaros (soldados de infantaria irregular incorporados ao Exército Austro-Húngaro no século XVIII) na Batalha de Mollowitz, de modo que ele mandou um chapeleiro de Berlim copiar o modelo de um mirliton negro capturado de uma unidade pandur que exibia uma caveira na cor branca.⁸⁵ Fontes históricas apontam que o símbolo foi usado nos campos de batalha durante a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748) e na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), visto que ambas tiveram participação do Exército prussiano.

Em 1808, o Regimento Hussardo nº 5 foi reformado dando origem aos Regimentos nº 1 e nº 2, mas o símbolo da *Totenkopf* continuou sendo utilizado. Durante as guerras napoleônicas, o Duque Frederico Guilherme de Brunswick-Wolfenbüttel, Comandante dos Regimentos Hussardos nº 1 e nº 2 foi morto em combate. Em sinal de luto, todos os hussardos prussianos passaram a usar o uniforme preto com um grande crânio e ossos cruzados. Ainda assim, outras explicações

⁸³ Idem, 2013.

⁸⁴ HÖLSCHER, 2013.

⁸⁵ Idem, 2013.

apontam para o fato de que o símbolo da caveira não continuou sendo usado como homenagem ao luto de Frederico Guilherme, mas enquanto ele esteve vivo, como forma de sinalizar a vingança contra os franceses.



FIGURA 2: General de campo alemão August Von Mackensen⁸⁶ em traje hussardo com a totenkopf em seu cobalque⁸⁷ (foto tirada provavelmente no período da Primeira Guerra Mundial).

FONTE: Ver nota de rodapé 81.

⁸⁶ Ver em: https://www.google.com.br/search?q=general++von+mackensen+toten-kopf&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=IDhZsCTYpJf4xM%253A%252CZJo3dGflWp5vlM%252C_&usg=_3SarA-GsTwl5UicB3rHKt0yE4m4M%3D&sa=X&ved=0ahUKEwizj-2m6tbXAhVBUZAKHbrdACIQ9QEIOzAI#imgdii=7fIALiUIw6gKfM:&imgsrc=3D0l6x32creXIM:

⁸⁷ Boné militar feito de pele animal.

O hábito no uso da *totenkopf* persistiu pelo século XIX e chegou ao século XX tendo sido utilizado pelos soldados alemães durante a Primeira Guerra Mundial. Exércitos de outros países também utilizaram uma caveira com ossos cruzados como símbolo, mas importa-nos destacar como esse emblema ganhou notoriedade no período nazista alemão, pois foi a partir daí que sua utilização sofreu desdobramentos que alcançaram os Batalhões de Operações Policiais Especiais no Brasil.

Essa história tem início com a situação política vigente na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial, já que, com a derrota alemã e a imposição do Tratado de Versalhes, o país encontrava-se em uma grande recessão econômica e conflitos espalhados por todo o território alemão entre os radicais conservadores de direita influenciados por uma ideologia militarista e por segmentos sociais motivados por uma perspectiva comunista, socialista e nacionalista. Posteriormente, sabemos que o nacionalismo militar imposto pelo regime nazista de Hitler saiu vitorioso, mas antes que essa vitória ocorresse, sabe-se também que muitas organizações paramilitares (*Freikorps*) atuavam na época até que o nazismo se estabelecesse como força dominante. A história do símbolo da caveira nesse período tem início quando Hitler, juntamente com outros companheiros do Batalhão de Substituição do Segundo Regimento da Infantaria Bávara, no ano de 1919, planejou fundar um partido revolucionário, assim como outros soldados alemães espalhados pelo país que desde o início da Primeira Grande Guerra ressentiam-se dos civis. Essa busca baseava-se na ideia de que “o novo “partido” deveria ser, em resumo, não uma fração parlamentar, e sim uma formação de soldados

políticos, decididos a retificar o erro de ser “apolítico” do antigo exército e seguir civis incompetentes até a derrota’.⁸⁸

A junção entre grupos militares e paramilitares organizados por particulares tinha a intenção de lutar contra a esquerda revolucionária no regime político provisório vigente na Alemanha a partir de 1919. Os líderes desses grupos, guiados pela tradição militar prussiana, agiram sob o disfarce de serem “unidades de restauração da ordem”, mas buscavam, na verdade, adquirir o aumento de prestígio e poder contrapondo-se à elite militar que saiu derrotada da Primeira Grande Guerra.⁸⁹ Foi essa combinação de adestramento militar e política conservadora de direita, ou um “militarismo político”, que pode ser compreendida como a gênese do partido nazista.⁹⁰ Para que o empreendimento de domínio da Alemanha desse certo foi preciso o uso da força física contra os opositores. Inicialmente criou-se a SA (*Sport-Abteilungen*), que eram usadas contra os comícios realizados pelos opositores e principais rivais do partido nazista. Mais tarde Hitler, baseado no ideal elitista militar das trincheiras, adotou o termo *Sturm-Abteilungen* ou “tropas de assalto”. Com o passar do tempo, em meio às constantes disputas pelas lideranças das tropas paramilitares, Hitler resolve cuidar de sua segurança pessoal, de modo que ele,

Designou um esquadrão de doze guarda-costas como *Stabswache* (guardas do quartel-general), composto por velhos camaradas e indivíduos que dependiam pessoalmente dele. Ele já tivera um ou dois guarda-costas antes, e a ideia de formar uma guarda do quartel-general a partir daí provavelmente se cristalizou gradualmente em 1922. Mas então, na

⁸⁸ KOEHL, Robert Lewis. **História revelada da SS**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015, p. 15, grifos do autor.

⁸⁹ Koehl (2015).

⁹⁰ Idem, 2015.

primavera de 1923, sua perigosa política de jogo duplo com o exército e com as outras ligas de combate o tornaram mais temeroso e, portanto, com menos vontade de confiar sua segurança e a do seu quartel-general unicamente a “soldados políticos”. **A *Stabswache* usava bonés de esquiador negro, com uma caveira e ossos cruzados.**⁹¹

Pelo que se vê a criação da *Stabswache* do partido nazista de Hitler é a primeira fonte que temos acerca do uso da caveira com ossos humanos cruzados como insígnia por forças com viés militar no período que antecede a chegada dos nazistas ao poder político na Alemanha. O uso do emblema, de certa forma, era para manter a tradição dos hussardos prussianos.⁹² Após a tentativa fracassada do “*putsch*” (golpe de Estado) liderado por Hitler em Munique em 09 de novembro de 1923, que redundou em sua prisão e na morte de 16 nazistas pela polícia bávara, as Tropas de Assalto e o próprio partido nazista proscreveram na maioria dos estados (“*Länder*”) alemães.⁹³ Após a saída de Hitler da prisão (já que passara apenas nove meses preso), no ano de 1925, foi tomada a providência de restabelecimento de um quartel-general para o Partido Nazista. Um dos motoristas pessoais de Hitler e antigo integrante da *Stabswache*, Julius Schreck, organizou o novo grupo de guardas do quartel-general juntando outros motoristas de Hitler, alguns guarda-costas pessoais e antigos companheiros de prisão de Hitler que já tinham servido em 1923 na *Stosstrupp Hitler* (a tropa de choque hitlerista montada para apoiá-lo na atividade política e na possibilidade de um *putsch*, além da proteção contra a traição de seus aliados bem como de integrantes das Forças Armadas).

⁹¹ Ibidem, p. 25, grifo nosso.

⁹² Hølscher (2013).

⁹³ Koehl (2015).

Ainda em 1925, Hitler decide recomendar para que os líderes locais do Partido Nazista formassem grupos de guardas pequenos similares ao antigo *Stabswache*, os quais receberam a denominação de *Schutzstaffeln* (Esquadrão de Guardas) e deveriam possuir dez membros de confiança do partido local e, novamente, “deviam usar quepes negros com uma caveira e ossos cruzados, a insígnia do antigo *Stosstrupp Hitler*.⁹⁴ Observamos que o símbolo da caveira com ossos cruzados passou a ser utilizado desde a *Stabswache* e a *Stosstrupp Hitler* continuando a tradição na recém-criada *Schutzstaffeln*, que ficou comumente conhecida como SS.

A partir da criação da SS em 1925 tivemos praticamente quase uma década de disputas e de estratégias acerca de como o poder político na Alemanha poderia ser conquistado, lição essa aprendida por Hitler que resolver abrir mão das investidas armadas após o fracasso do *putsch* de 1923 e sua consequente prisão. A experiência o fez querer ascender ao comando da nação alemã por meios legais através de eleições. Destacamos que foram anos de disputa porque de um lado estavam as antigas tropas paramilitares, as SA, lideradas por Ernst Röhm e suas pretensões pelo poder político-militar. De outro lado estava a SS que passou a ganhar espaço com o comando dado por Hitler em 1929 a Heinrich Himmler, que buscou a organização de uma força militar independente das Forças Armadas alemãs que assegurasse a proteção do regime nazista e cujos integrantes fossem leais ao *Führer*. Tal fato passou a se concretizar com a chegada de Hitler ao poder máximo na Alemanha em 1934. Além disso, com a ascensão de Hitler como chanceler do governo alemão, o caminho ficou livre para o crescimento da SS por todo o país após a “Noite das facas longas”, que ocorreu entre 30 de junho e 01 de julho

⁹⁴ Ibidem, p. 39.

de 1934, na qual vários líderes SA foram executados, inclusive Röhm, por meio de uma armação arquitetada sob a liderança de Himmler que preparou um dossiê falso que mostrava que Röhm pretendia derrubar Hitler do poder.



FIGURA 3: Reichsführer SS Heinrich Himmler usando uniforme com o símbolo da caveira em seu quepe.

Fonte: KOEHL, 2015, n. p.

Com o crescimento da SS a partir de 1930, o expurgo de 1934 que culminou na morte de Röhm e, finalmente, a transformação em 1936 de Himmler no Comandante Geral da SS, bem como, o Chefe geral de toda a Polícia alemã, desenvolveu-se um sistema burocrático-operacional complexo pautado na ideia de que a SS deveria ser a elite militar do III Reich cujos membros deveriam ser de uma raça ariana pura, de descendência nórdica. Essa concepção criou um sistema de seleção que levava em consideração as gerações passadas dos candidatos à SS até 1750 (assim como a escolha de suas esposas), o que acabou se fragilizando com a necessidade de mais combatentes para serem usados no front com o desenrolar da guerra. Em 1940, no início da guerra, a SS tornou-se formalmente uma força armada independente do Exército com a criação da *Waffen-SS*, que lutou ao lado das Forças Armadas alemãs, além de contribuir com a guarda dos campos de concentração e extermínio e realizar serviços policiais comuns e secretos (inteligência e espionagem). A SS tornou-se uma complexa rede responsável por inúmeras funções no nazismo cujas runas com os dois S e a *totenkopf* eram os símbolos que identificavam seus membros.⁹⁵

De forma específica em relação ao uso do emblema da caveira com ossos cruzados como marca distintiva da SS, desde 1933, com a criação dos primeiros campos de concentração para presos políticos, tivemos também a criação específica da *Totenkopfverbände* (Formações da caveira), que eram os grupos de guarda responsáveis pelos campos. Esses guardas passaram a usar o símbolo da caveira nos colarinhos

⁹⁵ GRUNENBERGER, Richard. **A história da SS**. São Paulo: Record, 1970. KEEGAN, John. **Waffen-SS: soldados da morte**. Rio de Janeiro: Editora renes Ltda., 1973; KOEHL, 2015; MANVELL, Roger. **SS e gestapo: a caveira sinistra**. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda., 1974.

de seus uniformes.⁹⁶ A partir de 1940, com a criação da *Waffen-SS*, os guardas dos campos de concentração foram remanejados para atuarem diretamente na guerra e foram substituídos por membros *SS* mais velhos. Na guerra, dentre as 38 divisões da *Waffen-SS*, sua terceira Divisão Blindada também foi denominada de *Totenkopf*, ou seja,

Os homens da organização *Totenkopf*, responsáveis pela guarda nos campos (não confundir com a divisão das *Waffen*, de mesmo nome), estavam intimamente comprometidos com o regime brutal e degradante dos campos, sobretudo nos primeiros tempos, quando vieram a formar os efetivos da divisão *Totenkopf* original com 3 *Standarten* (Regimentos). Outros *Totenkopfstandarten* isolados foram empregados em atividades repressivas que muitas vezes incluíam deportação e extermínio, antes de serem incorporados às *Waffen SS* como combatentes. E durante toda a guerra houve constantes transferências nos dois sentidos, entre as guarnições de guardas dos campos e as tropas nas *Waffen SS*, em quase todos os níveis.⁹⁷

Como percebemos, a força do símbolo da caveira na *SS* foi de grande relevância no regime nazista, já que o emblema, além de ser utilizado de forma geral por seus membros, também denominou grupos de atuação específicos que ganharam o nome do próprio símbolo. Mas registros apontam que o símbolo também foi utilizado pelas Divisões Panzer blindadas do Exército, que tradicionalmente vestiam-se completamente de preto como os hussardos prussianos. No entanto, a 3ª Divisão panzer *SS* da *Waffen-SS* também denominada de *Totenkopf* substituiu as runas *SS* normalmente usadas no colarinho do uniforme pelo símbolo da caveira (o que a diferenciava das

⁹⁶ MANN, Chris. **SS-Totenkopf**: the history of the ‘death’s head’ division 1940-45. London: Amber Bookd Ltd, 2011.

⁹⁷ Keegan (1973, p. 149).

demais Divisões, pois cada uma delas adotou um símbolo diferente) e ganhou notoriedade pelas violentas atuações durante a guerra, o que passou a relacionar o símbolo e essas atuações à ideia de morte e destruição. As unidades Panzer da *Luftwaffe* (Força Aérea alemã), incluindo as unidades de elite *Fallschirm-Panzer-Division 1* também passaram a usar a *Totenkopf*, sendo que o esquadrão de bombardeio *Kampfgeschwader 54*, da *Luftwaffe*, atuando durante a Segunda Guerra Mundial, também recebeu o nome da unidade “*Totenkopf*”, ao mesmo tempo em que usava uma insígnia de ossos cruzados similar a utilizada pelas unidades da SS.



FIGURA 4: Avião Junkers Ju 88 da Kampfgeschwader 54 Totenkopf fotografado em novembro de 1940 na França. Observa-se o símbolo Totenkopf na lataria da aeronave.

Fonte: German Federal Archive, Cód ident. 101I-405-0593-36 (fotografia de Striemann).⁹⁸

⁹⁸ Disponível em: <https://ww2db.com/image.php?image_id=10642>.

Diante da história de formação, ascensão e atuação das tropas SS antes e durante o regime nazista na Alemanha, especialmente pelo caráter violento adotado por seus guardas nos campos de concentração e extermínio e contra seus inimigos nos campos de batalha, podemos dizer que é a partir do final da Segunda Guerra Mundial que surge o mito da faca encravada na caveira que era símbolo da SS nazista. Não existe registro documental para comprovar a existência do mito, o que reforça ainda mais a ideia de um mito contemporâneo que tem sido transmitido ao longo dos anos por tradição oral desde a Segunda Guerra. Tal condição nos levar a considerar que, nesse sentido, o mito trata-se de uma fala⁹⁹ que funciona como uma mensagem, capaz de criar um sistema de comunicação condicionado historicamente e possuindo significado.

Pelo que sabemos, após a capitulação da Alemanha para as forças aliadas os *Commandos*¹⁰⁰, que era uma força especial britânica cujo símbolo era um punhal ladeado por asas com a frase “Who dares wins” (“Quem ousa vence!”), invadiram um dos quartéis-generais dos *Totenkopf*.¹⁰¹ Existia um

⁹⁹ BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

¹⁰⁰ Segundo Denécé (2009), os *Commandos* trata-se de uma tropa britânica especializada que foi criada em 1940 por Winston Churchill para ser utilizada de forma estratégica contra os nazistas. Churchill teria criado essa tropa especial inspirado nas observações que fez dos *Kommandos* na Guerra dos Bôeres na África do Sul, quando era um oficial de imprensa e foi feito prisioneiro. Assim, “para o Churchill de 1940, a solução, com certeza, estava lá: unidades pequenas, integradas por homens supertreinados, audaciosos, resolutos, equipadas apenas com as melhores armas que pudessem carregar, capazes, principalmente, de tomar a iniciativa. Pouco numerosos, os comandos podiam surgir onde o inimigo não os esperava, e empreender ações pontuais, rápidas, à noite” (DENÉCÉ, 2009, p. 41).

¹⁰¹ COTTA, Francis Albert. Breves reflexões sobre a simbologia do crânio transpassado pelo punhal de *Comandos* nas Forças Especiais de Polícia no

crânio sobre a mesa do comandante alemão de modo que, “para sacralizar a vitória da vida e da liberdade sobre a morte (representada pelos campos de concentração nazista) um soldado *Comandos* teria cravado seu punhal sobre o crânio e desse ato surgiu a expressão “Vitória sobre a Morte!”¹⁰² Essa história acabou sendo absorvida pelo senso comum militar e é usualmente utilizada como explicação para a origem do símbolo da faca na caveira.

Em relação ao Brasil, informações¹⁰³ indicam que entre julho de 1942 a janeiro de 1943 foi realizado um curso de Comandos com a participação de 40 integrantes (10 Oficiais e 30 sargentos) da então Força Pública de Minas Gerais. Eles foram treinados para auxiliar as tropas norte-americanas para tomar de “surpresa” o Arquipélago dos Açores, o qual serviria de base de apoio para a luta na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, o primeiro curso em nosso país com a denominação de Curso de Operações Especiais ocorreu em 1957, realizado pelo Exército brasileiro, que adotou a insígnia da caveira atravessada por uma faca.

No tocante às Tropas Especiais das PMs no Brasil, de forma específica, a criação dessas tropas pela PM do Rio de Janeiro torna-se emblemática. Mesmo que não possa ter sido a primeira força policial militar a realizar ações de “operações especiais”, ainda assim, podemos dizer que foi a primeira que passou a utilizar o símbolo da faca na caveira como emblema. A criação deveu-se a um fato ocorrido em 1974, quando quatro apenados se rebelaram no Presídio Evaristo de Moraes. Na ocasião o diretor do presídio, que era um Major da Polícia

Brasil. In.: GRECO, Rogério. **Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. Niterói-RJ: Impetus, 2014.

¹⁰² Ibidem, p. 372.

¹⁰³ Idem, 2014.

Militar, juntamente com outros funcionários e também policiais militares foram feitos reféns pelos presos.

Convocou-se então o Grupo de Operações Especiais (Goesp) da Secretaria de Estado de Segurança Pública para atuar na resolução da situação, o qual tinha sido criado em 1969 e era formado por policiais civis e militares para lutar contra guerrilheiros. O Goesp era comandado pelo Capitão Paulo Cesar Amêndola de Souza, que não foi a favor da invasão do presídio. No entanto outro grupo, o Destacamento de Atividades Especiais da PM, acabou realizando a invasão, o que teve como consequência a morte de todos os presos rebelados, assim como de todos os reféns.¹⁰⁴

A experiência negativa no Presídio Evaristo de Moraes mostrou que a PM do Rio de Janeiro não estava preparada para resolver crises daquela natureza, o que levou o Capitão Amêndola a estudar ocorrências envolvendo reféns em outros países. A partir daí ele criou, em 19 de janeiro de 1978, o Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NUCOE) para atuar em situações críticas que demandassem conhecimento e preparação adequados. O novo núcleo teve como objetivo precípuo a realização de um processo de seleção e treinamento com caráter rígido, assim como o emprego e o controle dessa tropa seguiriam o mesmo parâmetro.¹⁰⁵ Dada a conjuntura política da época, devemos ressaltar que “o novo núcleo foi criado num contexto onde o “subversivo” político era o grande inimigo da polícia militar e os “crimes comuns” não recebiam a mesma atenção e empenho por parte da corporação.”¹⁰⁶ Vê-se que o NUCOE foi fundado com base nos

¹⁰⁴ Storani (2008).

¹⁰⁵ Idem, 2008.

¹⁰⁶ FRANCISCO, Renata de Souza. **Tropa de elite no feminino: a participação feminina no batalhão de operações policiais especiais do Rio de Janeiro – BOPE**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)

princípios presentes no período autoritário da ditadura. Inclusive o Capitão Amêndola é apontado pelo projeto “Brasil nunca mais”, coordenado pela arquidiocese de São Paulo, como um dos torturadores de presos políticos durante a ditadura militar.¹⁰⁷ Até mesmo a primeira sede do NUCOE eram barracas militares montadas entre os prédios do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PM do Rio de Janeiro.¹⁰⁸

Ainda em 1978 foi realizado o I Curso de Operações Especiais (COEsp). Diante das dificuldades estruturais e financeiras, a equipe de instrutores comandada pelo Capitão Amêndola improvisou muitas coisas que foram utilizadas para o treinamento, mas logo ficou claro, pelas palavras do Comandante, que o grupo deveria possuir uma “mística” que o caracterizasse, que além da rusticidade e sacrifício coletivo começou a se descortinar em elementos simbólicos. Isso pode ser notado na canção do grupo, criada também pelo Capitão Amêndola em 1978, a qual traz em uma de suas estrofes que a “*Vitória sobre a morte é a nossa glória prometida*”¹⁰⁹, remetendo-se ao mito fundador da insígnia da faca na caveira.

O símbolo da faca na caveira foi adotado pelo grupo em 1980, no qual temos um disco preto significando o luto permanente circundado por uma borda circular em vermelho, que representa o sangue derramado em combate. O crânio humano está no centro do disco com uma faca encravada de cima para baixo como já vimos, uma alusão à vitória sobre a morte em um combate. Ao invés dos ossos cruzados por trás do crânio, foi feita uma adaptação: duas garruchas douradas

– Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013, p. 47.

¹⁰⁷ Francisco (2013).

¹⁰⁸ Storani (2008).

¹⁰⁹ Ibidem, p. 42, grifo do autor.

simbolizam as Polícias Militares. Quanto ao fato dos policiais do BOPE serem denominados de “caveira”, em pleno reconhecimento com o símbolo que ostentam, parece que o apelido passou a ser utilizado por detentos nos presídios do Rio de Janeiro depois de, em 1980, os vinte policiais do então NU-COE, utilizando apenas bastões, terem debelado uma rebelião de quase quatrocentos presos no Presídio Cândido Mendes. Desde então, toda incitação à rebelião era avisada de que os “caveiras” seriam chamados para resolver.¹¹⁰



FIGURA 5: Símbolo do BOPE da PMERJ
FONTE: STORANI, 2008, p. 42.

Inicialmente, em 1982, o NUCOE foi denominado de Companhia de Operações Especiais (COE), pertencendo ao Batalhão de Polícia de Choque, só vindo a chamar-se Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), em 1991.¹¹¹ Na sua

¹¹⁰ STORANI, Paulo. **Vá e vença**: decifrando a tropa de elite. Rio de Janeiro: BestSeller, 2018.

¹¹¹ Storani, 2008.

fundação, o NUCOE deixava claro que a intenção de criação do grupo era para destacar que se tratava de uma tropa diferenciada, de “operações especiais”, que nesse caso se assemelha ao desempenho do que os Commandos realizavam no Exército britânico. Tanto que o próprio curso também foi criado a partir da mesma concepção de que deveria ser voltado para “operações especiais”. A prova cabal dessas considerações é que o então NUCOE era composto por policiais “voluntários, dotados de comprovada integridade moral e alguns possuíam especialização nas Forças Armadas, tais como o Estágio de Operações Especiais, Curso de Guerra na Selva ou o Curso de Contra Guerrilha – CONGUE (origem do Curso Especial de Comandos Anfíbios – ComAnf).”¹¹² Mas o que se percebe é que, com a mudança de nomenclatura para Batalhão de Operações Policiais Especiais, ou seja, o BOPE, como dito em 1991, a palavra “Policiais” parece indicar uma tentativa de aproximação com atividades de Segurança Pública, já que, ao contrário, as operações especiais, como desenvolvida na Segunda Guerra Mundial e até mesmo antes dela ao longo da história, eram voltadas para atividades de sabotagem e contra-guerrilha ao inimigo, como forma de desarticular o poderio oponente.¹¹³

Nesse sentido, tem ganhado força um diálogo entre componentes das tropas especiais de todo o Brasil acerca de como classificá-las¹¹⁴, o que, inclusive, nos ajuda a argumentar posteriormente sobre o que chamamos de “distinção

¹¹² PACHECO, Thiago da Silva. A construção da diferença: o BOPE e seus agentes nas estruturas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 6, n. 5, p. 64-75, 2014, p. 66.

¹¹³ DENÉCÉ, 2009.

¹¹⁴ Agradecemos neste ponto ao Capitão Hércules Belmiro, do BOPE da Polícia Militar do Estado da Paraíba que nos repassou oralmente em 03/04/2020 a informação sobre a existência desse debate que se construiu nos últimos anos.

policial militar” e seus desdobramentos entre integrantes do BOPE e os demais policiais militares não pertencentes ao Batalhão. De um lado temos organizações que são conhecidas por Batalhões de Operações Policiais Especiais e que englobam todos os outros grupos especializados após a junção físico-administrativa. Por outro lado temos as “tropas de elite” (que julgam que deveriam ser classificadas como Batalhões de Operações Especiais), que geralmente se tratavam de Companhias administrativamente independentes, em alguns casos subordinadas a um Batalhão de Choque, e que são legitimamente, digamos assim, os locais onde trabalham os verdadeiros “caveiras”, aqueles que passaram pelo COEsp, mas que agora precisam estar subordinadas à direção maior do BOPE enquanto um Batalhão de várias Companhias.

Parece-nos então que esse conflito está residindo na configuração simbólica que o enreda, ou seja, de que não se torna justo igualar a todos na esfera administrativa PM, tanto aqueles que participaram do difícilíssimo COEsp e que obtiveram o símbolo da faca na caveira com “sangue, suor e lágrimas”, como outros policiais que agora são chamados de especiais por fazerem parte do BOPE sem serem de “operações especiais” e nem possuem o símbolo da faca na caveira. No fundo, possuir ou não o símbolo da faca na caveira obtido como insígnia do COEsp parece ser o balizador do conflito. Ainda mais, como mostramos, a sigla BOPE carrega consigo uma dimensão mais próxima da Segurança Pública, ao contrário se for suprimida a palavra “Policiais” da nomenclatura, o que remeteria ao passado das operações especiais que em muito se distancia da finalidade do que as tropas de elite PM realizam.

Nesse embate, que envolve dimensões organizacionais, morais e simbólicas, torna-se evidente que o plano emotivo por parte dos “policiais caveiras” parece não perceber

que um simples detalhe como o uso da palavra “Policiais” na denominação do BOPE é um referente importante para destacar as diferenças de finalidade de quem produz operações especiais de um lado, e operações policiais especiais por outro. No primeiro caso, estamos falando das unidades militares das Forças Armadas que atuam em situações de guerra, paz e conflito com o objetivo de desarticular e destruir o inimigo através de espionagem, sabotagens, infiltração, técnicas de guerrilha entre outras ações que, por serem realizadas em nome do Estado podem ser julgadas por órgãos internacionais de justiça a exemplo da Corte Penal Internacional.¹¹⁵ No segundo caso, estão as tropas de operações policiais especiais, as quais possuem como fundamento a atuação interna visando ao cumprimento da lei e à proteção da sociedade. Nesse sentido, sua função precípua não é destruir o inimigo como em uma guerra, apesar de que, ideologicamente falando, essa crença acaba ganhando força, mas agir contra organizações criminosas, resgatar reféns, sobreviver em ambientes inóspitos, prender criminosos, acabar com situações de conflito como rebeliões em presídios, dentre outras, fazendo da morte um recurso de legítima defesa própria ou de outrem, já que essas atuações seguem as prescrições jurídicas do país ao qual pertence o grupo policial.¹¹⁶

Outro ponto a ser observado em relação ao debate construído nos últimos anos entre os próprios PMs do BOPE pelo Brasil diz respeito ao uso das expressões tropas “especiais” ou “especializadas” de polícia, o que não significaria a mesma coisa, já que, em muitas situações ambas as palavras são usadas indiscriminadamente como sinônimas. Na verdade, “especiais” deveria remeter-se apenas novamente aos

¹¹⁵ Zanini; Migueles; Colmerauer (2014).

¹¹⁶ Idem, 2014.

“policiais caveiras” que trabalham na execução de operações especiais, enquanto “especializadas” deveria significar as outras tropas cujos PMs compõem o policiamento de choque, policiamento com cães ou policiamento em motocicletas, como veremos adiante. Nosso argumento encaminha-se na construção de uma perspectiva, digamos que, conciliadora, na qual a sigla pode muito bem ser BOPEE, com o acréscimo de um “E” para indicar Batalhão de Operações Policiais Especiais e Especializadas, o que denotaria ao mesmo tempo o Batalhão que reúne todas as tropas, mas ao mesmo tempo deixaria claro que policiais especiais e especializados são coisas diferentes. Acreditamos que essa diferença deve ser de ordem técnica devido à função desenvolvida mas, como vimos, o balizador moral para os policiais caveiras das operações especiais é o valor simbólico da faca na caveira que adquire força para essas diferenciações, o que corrobora com nosso argumento levantado sobre o totemismo e a criação de classificações no capítulo anterior.

Em meio a essa complexa trama histórica e de nomenclatura, podemos dizer que o BOPE passou, *a posteriori*, a ser criado nas demais PMs brasileiras e cada uma delas tem suas particularidades históricas que está fora de nosso alcance delinear devido ao imenso empreendimento. Até anos atrás, quando se falava em tropas especiais, os policiais militares sempre se referiam ao grupo de policiais chamado para atuar quando não existiam mais alternativas. Por exemplo, em ocorrências envolvendo reféns ou quando era preciso subir os morros e favelas para enfrentar os traficantes de droga fortemente armados. Essa explicação ainda permanece, só que, nos últimos anos, com a criação por outros Estados dos Batalhões de Operações Policiais Especiais, passaram a dividir o

mesmo espaço físico da estrutura organizacional as consideradas tropas de elite e outros grupos especializados como os de motopatrulhamento tático, de policiamento com cães e as tropas de choque.

Vamos entender melhor a problemática que envolve esses grupos na esfera organizacional. Atualmente, como já dito, quando remetemo-nos ao BOPE, em muitos casos, estamos a falar de todos esses grupos policiais militares que passaram a integrar um único Batalhão. Alguns Estados possuem grupos similares, que desempenham as mesmas atividades e também usam elementos simbólicos que os identificam, mas sem ser, necessariamente, o símbolo da faca na caveira ou a utilização do nome BOPE. Exemplo disso ocorre em São Paulo onde temos subordinadas a um Batalhão de Choque a Companhia do Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), responsável por desarme de explosivos e ocorrências com reféns, assim como a Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), cujos integrantes usam o símbolo da faca na caveira e executam ações como a incursão em áreas periféricas de alto risco de forma similar aos operações especiais (“caveiras”) do BOPE do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, para fins de esclarecimento, destacamos que, as Polícias Militares copiaram o modelo organizativo de suas estruturas físicas do Exército, por isso o adjetivo militar acompanhando o substantivo policial. Isto foi reforçado durante o período de exceção (1964-1985) e foi mantido constitucionalmente com a abertura político-democrática, visto que, ao lado das Corporações bombeiro-militares as PMs são Forças Auxiliares e reserva do Exército brasileiro.¹¹⁷ Além disso, as PMs estão subordinadas, juntamente com as Polícias

¹¹⁷ Ver art. 144, § 6º da Constituição Federal de 1988.

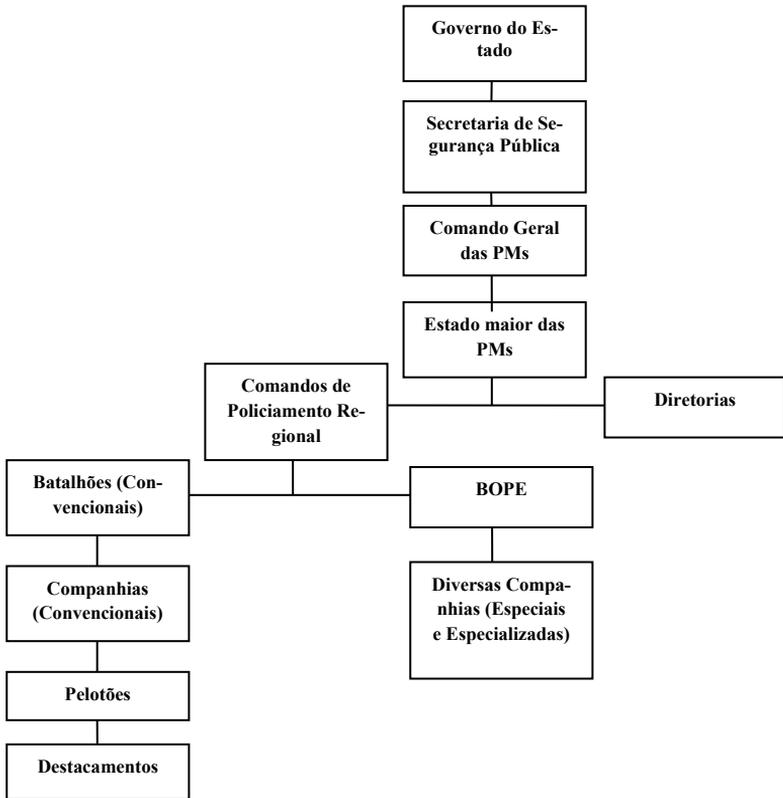
Civis e Bombeiros Militares, aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, que se fazem representar atualmente pelas Secretarias de Segurança Pública Estaduais e seus respectivos secretários.

De forma específica acerca das PMs, geralmente, em todo o país, tais instituições são divididas em órgãos de direção, apoio e execução, de modo similar ao Exército. Nos órgãos de direção e como instância maior das PMs tem-se o Comando Geral, cuja função, representada pelo Comandante Geral, é administrar a Corporação como um todo, seguido pelo Estado-Maior e as diversas Diretorias, Ajudância Geral (atende as necessidades de material e pessoal do Comando Geral), Comissões e a Procuradoria Jurídica. Os órgãos de apoio, que desempenham atividades-meio, ou seja, burocráticas, dão suporte às necessidades de material e pessoal para toda a Corporação. Na sequência, no plano operacional (órgãos de execução), temos os Comandos de Policiamento Regionais (acreditamos que nesta esfera as denominações variem de acordo com cada Estado da Federação) e os respectivos Batalhões, Companhias, Pelotões e Destacamentos.

O BOPE de cada Estado da Federação localiza-se nos organogramas institucionais exatamente como um Batalhão. Mas, existem casos no Brasil em que tropas especiais podem funcionar como pelotões independentes estando subordinados diretamente ao Comandante Geral e não a um Comandante de Batalhão. O que se percebe é o quanto as PMs são “organizações complexas” em suas estruturas administrativas e em seu funcionamento. Abaixo, para um melhor entendimento sobre como localizar o BOPE nesta teia organizacional, traçamos um esquema didático. Ele traduz de modo aproximado como as PMs se organizam. Isto porque cada organização policial militar, em particular, pode utilizar

denominações diferentes em setores específicos ou possuir instâncias operativas próprias em áreas determinadas como as de ensino, por exemplo. Ainda assim, por mais que possuam particularidades, podemos traçar esse esquema porque o modelo usado pelo Exército passou a ser o referencial comum a todas as PMs estaduais e a do Distrito Federal.

Figura 6



FONTE: Elaboração própria.

Para o que nos interessa, no que chamamos de Diversas Companhias na Figura 6, que é o quadro subordinado diretamente ao BOPE, teríamos as Companhias de Choque, de policiamento com cães (comumente conhecido por Canil no universo policial militar), o motopatrulhamento tático (mais conhecido por ROTAM), o Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), apenas para citar algumas de modo generalizado. No entanto, por mais que tenhamos vinte e seis PMs estaduais e a do Distrito Federal que funcionam nos mesmos moldes, a teia organizativa das PMs é multifacetada. Por isso falarmos de um modelo organizativo aproximado, pois, mesmo que todas tenham o Exército como referência, a realidade apresenta certos contrastes.

Em São Paulo, como dito, o GATE é uma Companhia subordinada a um Batalhão de Policiamento de Choque. Já no Paraná existe o BOPE, não existindo o GATE como em São Paulo, e sim a Companhia de Operações Especiais (COE) que desempenha funções ao mesmo tempo do GATE e COE paulista. O BOPE paranaense subdivide-se em: Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), que realiza patrulhamento tático ostensivo e é equivalente às Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a ROTA paulista¹¹⁸; Companhia de Operações Especiais (COE), empregado em resgates, sequestros, desarmamento de artefatos explosivos e controle de rebeliões que eclodem em presídios; Companhia de Polícia Cirotécnica (CANIL); Companhia de Polícia de Choque.

Na PM do Distrito Federal (DF) o BOPE fez o caminho oposto ao que tem ocorrido na quase totalidade das PMs brasileiras, ou seja, deixou de ter sob sua subordinação a Companhia de Controle de Distúrbios Cíveis, que se tornou o Batalhão de Polícia de Choque, e a Companhia de Policiamento com Cães, que também se tornou o Batalhão de Policiamento

¹¹⁸ A ROTA não é considerada uma Tropa Especializada de PM.

com Cães. Enquanto isto, na Paraíba, também existe o BOPE, de modo que suas Companhias são o GATE, a de Policiamento de Choque, o CANIL e a de motopatrulhamento tático. O GATE paraibano está, consoante lei, subordinado diretamente ao Comando Geral da Corporação, mas, “por empréstimo”, mediante Portaria institucional, funciona subordinado ao BOPE.

De qualquer forma, diante de tantas informações que envolvem o BOPE, o que estamos analisando neste trabalho, em específico, é o vínculo entre o símbolo da faca na caveira e as tropas especiais de polícia militar pela abrangência e generalidade do fenômeno, o qual se encontra na maioria das PMs brasileiras. Como já observado, quando mobilizados em defesa dos símbolos culturais que os caracterizam, todos os PMs “especiais” que atuam no BOPE e têm a faca na caveira como símbolo bradam explicitamente que são “caveiras”. Antes de terem respeito por serem policiais militares merecem respeito por serem diferenciados. Abaixo, seguem os dados que indicam nos Estados da Federação que adotam a nomenclatura do BOPE e o símbolo da faca na caveira como emblema, o ano de criação de cada Batalhão em específico, bem como, a legislação que regulamentou a criação.

Como a literatura sobre o tema é escassa, o que dificulta o levantamento de dados históricos, ainda assim consultamos diversas fontes na internet como sites das próprias Polícias Militares que reservam espaço para falar sobre suas Unidades administrativas e operacionais¹¹⁹ (as tropas

¹¹⁹ Administrativo e operacional são categorias nativas utilizadas pelos PMs, respectivamente, para caracterizar o serviço burocrático realizado nos quartéis e o serviço desempenhado nas ruas, no policiamento ostensivo ou nas ações especializadas. Além disso, tais categorias mobilizam opiniões antagônicas, pois, de acordo com as crenças compartilhadas pelos policiais de rua, ou seja, os que se consideram operacionais, os policiais que trabalham com papéis não servem para policiar as ruas, o que se trata de uma visão pejorativa construída e reforçada por elementos como o *ethos* guerreiro. Este *ethos* alia-se ao policiamento das ruas, o qual é

especiais e especializadas são classificadas neste último caso, mas não deixam de ter um mínimo de organização administrativa para tratar especialmente dos assuntos internos, já que, no âmbito organizacional, estão subordinadas em última instância ao Comandante Geral das respectivas PMs (nesse caso, óbvio que seguem os preceitos da hierarquia e disciplina, que são os pilares da organização das instituições militarizadas como as PMs). Consultamos ainda portais diversos que fazem referência a essas tropas especiais e especializadas. Esta condição revela, de certo modo, fatos históricos não existentes em trabalhos acadêmicos, os quais poderiam facilitar o acesso a dados compilados de documentos oficiais utilizados na burocracia institucional das PMs.

Tabela 1

(Os espaços em branco se referem às informações não obtidas ou que estão detalhadas nas notas de rodapé)

Unidade da Federação	Ano de criação¹²⁰ antes da adoção da nomenclatura de BOPE	Ano de adoção do nome BOPE	Lei de criação a partir da denominação BOPE
ACRE	1990 (Companhia de Operações Especiais) ¹²¹	2008	Lei 2001, de 31/03/2008-Portaria 425/DRHM

considerado pela maioria dos PMs operacionais o real serviço de polícia. Além disso, o *ethos* guerreiro contribui para potencializar o senso bélico inerente ao militarismo policial militar.

¹²⁰ A primeira data diz respeito à criação dos órgãos que inicialmente desempenhavam algumas funções especializadas de PM como os Batalhões de Choque, mas que depois cederam espaço para o surgimento do BOPE.

¹²¹ A COE foi criada em 1990 através do Decreto nº 155, mas só passou a funcionar de forma efetiva em 1996.

ALAGOAS	1976 (Pelotão de Choque)	2001	Lei 6.230, de 19/04/2001
AMAPÁ ¹²²		2002	Lei 6.803, de 06/12/2002
AMAZONAS ¹²³	Sem dados disponíveis		
BAHIA	1983 (Companhia de Operações Especiais)	2014	Lei 13.201, de 09/12/2014
CEARÁ ¹²⁴	(Grupamento de Ações Táticas Especiais)	2019	Decreto 32.974, de 18/02/2019
DISTRITO FEDERAL	1971 (Companhia de Operações Especiais)	1999	Decreto 20.329, de 22/06/1999
ESPÍRITO SANTO ¹²⁵			
GOIÁS	1989 (Companhia de Operações Especiais)	2014	
MARANHÃO	1986	2017	Decreto 10.669, de 29/08/2017
MATO GROSSO	1988 (Companhia de Operações Especiais)	2003	Decreto 988, de 23/07/2003
MATO GROSSO DO SUL	(Companhia Independente)	2013	Decreto 13.753

¹²² No Amapá temos o BOPE, mas os seus integrantes não têm a faca na caveira como símbolo.

¹²³ No Amazonas, temos o BOPE que utiliza como símbolo a faca na caveira.

¹²⁴ Não tivemos acesso ao ano de criação do GATE no Ceará, mas os PMS do atual BOPE no Estado Cearense utilizam o símbolo da faca na caveira.

¹²⁵ No Espírito Santo temos a Companhia Independente de Operações Especiais e não a denominação de BOPE nem o uso da faca na caveira como símbolo.

	de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais)		
MINAS GERAIS	1987 (Companhia de Operações Especiais)	2016	Diretriz de Operações PM n.º 6/87. Cf. Boletim Geral da PMMG, n.º 17, de 27/1/1987
PARÁ	1993 (Companhia de Operações Especiais)	2020	Lei Complementar 126, de 13/01/2020
PARAÍBA ¹²⁶	1996 (Grupo de Ações Táticas Especiais)	2008	Lei Complementar 87
PARANÁ ¹²⁷	1964 (Companhia de Operações Especiais)	2010	Decreto 8.627
PERNAMBUCO	1989 (Companhia Independente de Operações Especiais)	2017	Lei nº 16.058, de 06/06/2017
PIAUÍ	1990 (Companhia Policial Militar de	2012	Decreto 6.199, de 27/03/2012

¹²⁶ A Lei Complementar 87, que instituiu o BOPE na Paraíba, foi aprovada em 2008, mas o Batalhão só passou a funcionar em 2012. Em 2013, o uso do símbolo da faca na caveira foi proibido como já mencionamos.

¹²⁷ A PM do Paraná utiliza a nomenclatura de BOPE, mas não tem o símbolo da faca na caveira como insígnia do batalhão. No entanto, A Companhia de Operações Especiais (COE), que é subordinada ao BOPE, tem a faca na caveira como símbolo.

	Operações Especiais)		
RIO DE JANEIRO	1978 (Núcleo da Companhia de Operações Especiais)	1991	Decreto 16.374, 01/03/1991
RIO GRANDE DO NORTE		2006	Decreto 19.253, de 25/07/2006
RIO GRANDE DO SUL ¹²⁸	1988 (Comando Tático 9)	2018	Decreto 54.424, de 20/12/2018
RONDÔNIA		2018	Decreto 22.956
RORAIMA	1990 (Canil PM)	2008	Decreto 8.930, de 09/05/2008
SANTA CATARINA	1994 (Batalhão de Operações Especiais)	2005	Portaria 501, de 25 de outubro de 2005.
SÃO PAULO ¹²⁹			
SERGIPE ¹³⁰			
TOCANTINS ¹³¹			

FONTE: Elaboração do autor a partir dos diversos sites das Polícias Militares estaduais e portais diversos dos Batalhões de Operações Policiais Especiais.

¹²⁸ No Rio Grande do Sul os integrantes do BOPE se consideram os “caveiras do gelo”.

¹²⁹ Não existe em São Paulo nenhum batalhão de tropas especiais com o nome de BOPE, pois elas estão subordinadas a um Batalhão de Choque. Dentre elas temos o GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) e COE (Companhia de Operações Especiais). A faca na caveira não é o símbolo principal, mas é usado pelos PMs do COE.

¹³⁰ Em Sergipe não existe o BOPE, mas o Comando de Operações Especiais (COE), o qual utiliza a faca na caveira como símbolo.

¹³¹ Em Tocantins, a tropa de elite da PM utiliza uma adaptação do símbolo da faca na caveira e chama-se Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), tendo sido criada pelo decreto nº 1.723, de 14 de março de 2003.

Quanto ao nosso objeto de estudo, vê-se como modelos de classificação e hierarquia são operados pelos membros do BOPE para a manutenção da estrutura do Batalhão, para além dos já existentes na própria estrutura hierárquica policial militar entre os postos e as graduações. O próprio Batalhão, enquanto uma coletividade ou reunião de indivíduos fornece os critérios de divisão e segmentação. Não por acaso, os policiais se dispõem nas diferentes Companhias (de choque, motopatrulhamento tático, de policiamento com cães, para citar algumas), de modo que se torna improvável, quase impossível, um policial que trabalhe no choque prestar serviços no CANIL, simultaneamente. De forma alguma isto significa dizer que os policiais não tenham a capacidade de prestar serviços nas diversas companhias, em forma de rodízio, por exemplo, o que poderia dotá-los de um maior conhecimento sobre as diversas facetas da profissão policial militar e deixá-los mais habilitados para uma gama maior de funções.

Nos cursos de formação para PMs, por exemplo, os alunos têm contato com disciplinas (tanto no nível dos soldados como para Oficiais)¹³² variadas, tanto de ordem teórica quanto prática, tornando-os conhecedores das diferentes atividades que podem ser encontradas nas PMs. No entanto, após formados, tanto os soldados quanto os tenentes¹³³, se quiserem ingressar no BOPE e exercerem as atividades nele desenvolvidas, precisam fazer um curso específico que,

¹³² As duas formas de ingresso nas instituições PMs são através de concurso público para soldado ou para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), sendo este último geralmente feito também por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todo o Brasil, já que o CFO trata-se de uma Graduação. Nos Estados nos quais a entrada no CFO apresenta como critério o candidato possuir o Bacharelado em Direito, realiza-se concurso público.

¹³³ Função que assumem os alunos do CFO após formados.

segundo a crença nativa, será o meio necessário para habilitá-los a atuar em uma Força Especial de polícia. Essa condição indica que as prerrogativas desses cursos criam critérios de classificação que estão presos à outra ordem de valores, que não apenas técnicos. Ingressar no BOPE, afinal, passando por um novo tipo de socialização dentro da própria instituição é poder carregar consigo não só a denominação de policial caveira, como também, o próprio símbolo da faca na caveira em sua farda, por exemplo.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA
BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS

VI CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS 2019

PLANO DE MATÉRIA
 Ações Táticas Especiais, Tiro de Precisão, Rapel Tático, Explosivo e Arrombamento Tático, Operações Helitransportadas, Paraquedismo Policial, Operações Rurais, Operações Ribeirinhas, Montanhismo, Mergulho, entre outras...

TESTE FÍSICO
 1. Corrida de 12 (doze) minutos;
 2. Flexão em barra fixa;
 3. Flexão de braços sobre o solo;
 4. Teste Abdominal;
 5. Marcha Acelerada a pé;
 6. Teste de Transporte de carga;
 7. Subida em corda vertical;
 8. Natação 200 (duzentos) metros;
 9. Flutuação (fardado).

INFORMAÇÕES
 Início: 01 de Abril de 2019.
 Vagas: 60 para Oficiais e praças.

CONTATO
 BOPE: 69 3216-5548
 Cap Henrique: 69 9 9974-4293
 Cap Piazarollo: 69 9 9275-5954
 Email: bopepmro@gmail.com
 Site: http://www.pm.ro.gov.br

www.facebook.com/bopepmro
 @bopepmro #bopepmro

Seja você também um **CAVEIRA!**

FIGURA 7: Cartaz de inscrição para o COEsp da Polícia Militar de Rondônia.

FONTE: RONDÔNIA AGORA (2018).

Observemos como no exemplo acima do cartaz para ingresso no curso do BOPE de Rondônia, as informações técnicas como as disciplinas a serem estudadas no curso e as

provas que compõem o teste físico de entrada estão presentes juntamente com o símbolo da faca na caveira em destaque. Desse modo, podemos dizer que existe um “clã da caveira”¹³⁴ que em muitas características se assemelham aos clãs totêmicos estudados por Durkheim. Como veremos, se o *ethos* guerreiro presente na lógica de atuação dos membros do BOPE faz da violência a última *ratio* ou a *raison d’être* do Batalhão, as condições simbólicas vinculadas à faca encravada na caveira e à reverência a ela prestada têm muito a nos dizer quando analisamos tal fenômeno a partir do totemismo. As palavras de um PM caveira do BOPE do Rio de Janeiro nos esclarece:

*Eu sempre entendi o Bope como unidade de guerra. A minha visão é essa. Porque nós precisamos ter uma última ratio. Um último argumento. O Bope não é uma unidade para ser utilizada em ações marcadamente preventivas. O Bope é treinado e capacitado para rugir. Ele é um tigre, que tem que ser mantido sob controle e solto em alguns momentos. O Bope era e é para entrar onde há desorganização ou conflito, e trabalhar para resolver esse conflito. Se a resolução do conflito estiver de tal ordem agreste, violenta, que você precise usar a unidade com a sua expressão mais violenta no sentido de resolver o problema, o Bope tem que agir assim.*¹³⁵

Torna-se notório que a utilização de metáforas animais é algo naturalizado pelo policial caveira, sendo que não é qualquer animal. Nesse caso, o tigre que rugir trata-se, óbvio, de um animal selvagem, caçador e perigoso. Em acréscimo, se a palavra caveira serve também para nomear tal policial mostrando a que grupo específico ele pertence, fica estabelecido um elo de ligação e indistinção entre o indivíduo e seu totem, pois,

¹³⁴ Francisco (2013).

¹³⁵ Francisco (2013, p. 84, grifos nosso).

A identificação é tal que o homem assume os caracteres da coisa ou do animal de que é assim aproximado. Por exemplo, em Mabuiaç, as pessoas do clã do crocodilo passam por ter o temperamento do crocodilo: são ferozes, cruéis, sempre prontas para a batalha. Entre certos Siús, há uma secção da tribo chamada vermelha e que compreende os clãs do leão das montanhas, do búfalo, do alce, todos animais que se caracterizam por seus instintos violentos; os membros destes clãs são, por nascimento, gente de guerra, ao passo que os agricultores, gente naturalmente tranqüila, pertence a clãs cujos totens são animais essencialmente pacíficos.¹³⁶

Essa “identificação” com o totem, ao ponto dos indivíduos desenvolverem características inerentes ao animal totêmico, nos leva à constatação de que, quando um animal ou planta enquanto totem nomeia um determinado clã ao mesmo tempo em que lhe serve de emblema, desperta a noção aos membros desse clã de que “os sentimentos despertados em nós por uma coisa comunicam-se espontaneamente ao símbolo que a representa”.¹³⁷ Isto significa dizer que, a materialidade do totem, por ser mais simples de compreender do que a complexidade da força abstrata que ele representa traduz melhor os sentimentos despertados em nós devido à crença que desenvolvemos pelo contato e contágio com ele. Passamos a explicar a nós mesmos os sentimentos que nutrimos pelo símbolo, apenas porque ele pode ser visto concretamente em forma de totem, ou seja, “ele que é amado, temido, respeitado; é a ele que se é grato; é a ele que as pessoas se sacrificam”.¹³⁸ As palavras de um “policia caveira” (sargento) do BOPE do Rio de Janeiro demonstram esse sentimento:

“Quando *saímos* [do BOPE] para a missão e *nos* deparamos com a *caveira* [brasão da unidade que fica na saída do

¹³⁶ Durkheim e Mauss (2001, p. 401-402).

¹³⁷ Durkheim (2008, p. 275).

¹³⁸ Durkheim (2008, p. 275).

batalhão] meu sentimento é que ela representa *nossa* força [...] *nossa* unidade está na relação de um para todos, *somos* uma equipe [...]. *Nosso* sentimento é que juntos *somos* capazes de cumprir qualquer missão no pior dos confrontos, [...] quando todos [os convencionais] recuam *somos nós* que avançamos [...] *nós* abrimos o caminho, [...] *nós* lideramos [...] *fomos* preparados para isso e a gente busca sempre fazer o melhor.”¹³⁹

Como emblema, os totens eram usados como um verdadeiro brasão do clã, sendo comparados aos símbolos heráldicos dos reinados feudais, os quais eram encontrados em todos os lugares e objetos como castelos e armas e cuja lógica se estendeu às nações modernas caracterizando identidades familiares. Desse modo, nos clãs totêmicos, os totens eram desenhados nos escudos de guerra e representados em capacetes, ou podiam ser colocados sobre as tendas que serviam de moradia, por exemplo. Nos clãs nos quais as artes plásticas são consideradas mais desenvolvidas, como os da América do Norte, segundo Durkheim, os totens passaram a ser esculpidos em postes elevados com até 15 metros de altura, combinando, em alguns casos, figuras animais e humanas. Pintados com cores vivas eram encontrados nas entradas das casas. Mas essas características variam entre os diversos clãs, pois em outros os totens eram encontrados nos interiores das casas, nas canoas ou nos monumentos funerários.

Outro ponto a ser considerado é que em festas religiosas dos clãs australianos e norte-americanos os totens também eram encontrados sobre os corpos dos membros do clã e não apenas nos objetos. Vestimentas cerimoniais e máscaras representavam o animal totêmico no todo ou em parte. Os cabelos eram cortados de modo a imitar o totem e a tatuagem, em algumas tribos, era utilizada com frequência, assim como

¹³⁹ Storani (2008, p. 138, grifos do autor).

a pintura corporal de desenhos durante ritos festivos. No clã da caveira das tropas especiais policiais a situação não é diferente e a marcação dos corpos com tatuagens do símbolo da caveira torna-se algo comum, afinal, “a melhor maneira de se provar a si mesmo e de provar a outrem que pertencemos ao mesmo grupo é imprimir sobre o corpo a mesma marca distintiva”.¹⁴⁰



FIGURA 8: Tatuagem em braço de um PM do BOPE.
FONTE: Storani (2008, p. 135).



FIGURA 9: Outro PM caveira tatuado.
FONTE: Mendonça (2007).

Tem-se então que, o totem trata-se de coisa sagrada e estava inscrito nas coisas e nos corpos dos membros dos clãs, ao ponto das tribos cultuarem objetos eminentemente sagrados como os *churingas*. Estes objetos eram pedaços de pedra polida ou peças de madeira em variadas formas, mas geralmente no formato oval ou alongados, que possuíam um buraco em uma das extremidades trespassado por um fio de cabelo ou pêlo de opossum (um tipo de animal). Eles produziam um determinado som quando girados no ar suspensos pelo fio e eram guardados em lugares especiais chamados de *ertnatulunga*. Este último deveria ser visto como “o santuário do

¹⁴⁰ Durkheim (2008, p. 289).

grupo totêmico e verdadeiro lugar de refúgio”.¹⁴¹ Tanto o *churunga* como o *ertnatulunga*, por serem considerados sagrados, não poderiam ser vistos ou tocados (profanados) por mulheres e jovens homens não iniciados como adultos.

A dinâmica a ser observada é como os membros dos clãs orientavam e construíam suas práticas com base na crença totêmica. A organização das tribos se dava de acordo com o modelo construído coletivamente a partir do símbolo cultuado, visto que ele estava em todos os lugares, desde os objetos aos corpos dos membros dos clãs. No caso dos *churungas*, sua sacralidade, devoção e reverência devem-se ao fato de que, para além de serem objetos de pedra ou madeira, eles carregam consigo o desenho do totem e tornam-se fonte de luto por sua perda.

Na verdade, como já ficou claro, o totem do clã é a representação material da força impessoal e moral que constitui o próprio clã enquanto entidade coletiva. Essa força, que Durkheim encontrou sob várias denominações entre as tribos por ele estudadas (entre as tribos da Melanésia, por exemplo, era chamada de *mana*), encontra-se dispersa em todos os lugares físicos, nos objetos e nas crenças dos indivíduos sem que eles compreendam seu poder de contágio e influência nas consciências individuais, mas a sintam todas as vezes que têm contato com o símbolo que a representa, de modo que “de todos os lados, o que se oferece aos seus sentidos, são as múltiplas imagens do totem. [...] Colocada no centro da cena, ela (a imagem totêmica) se torna representativa. É sobre ela que se fixam os sentimentos, porque ela é o único objeto concreto a que eles podem se apegar”.¹⁴² Esta percepção fica clara em estudo realizado no BOPE do Rio de Janeiro¹⁴³ quando a pesquisadora nos diz que “em todos os ambientes da unidade, a cor

¹⁴¹ Durkheim (2008, p. 161).

¹⁴² Durkheim (2008, p. 276).

¹⁴³ Francisco (2013, p. 52).

preta e os desenhos de caveira predominam, não deixando o indivíduo esquecer em momento algum que ele faz parte da instituição.”



FIGURA 10: Braçadeira de um integrante do BOPE.
FONTE: FOPESP, online.



FIGURA 11: Viatura do BOPE de Alagoas.
FONTE: JÁ É NOTÍCIA (2016).



FIGURA 12: BOPE de Santa Catarina
FONTE: BOPE Santa Catarina 2015¹⁴⁴



FIGURA 13: Sede do BOPE do Rio de Janeiro.
FONTE: Blog Assuntos Militares (2015).

¹⁴⁴ Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qvi-6xEdIPQ>>.

O que temos de considerar a partir dessa reflexão é que, o caráter simbólico do totemismo, representado pela dualidade entre sagrado e profano, torna-se uma “interpretação” plausível para pensarmos as formas de representação criadas pelos homens a partir de símbolos. Pensar simbolicamente é reconhecer que os símbolos carregam consigo, independentemente do momento histórico, algo de “sagrado”. E se olharmos para a modernidade e as instituições que surgem com ela, como foi o caso das Forças Armadas e das instituições PM, ver-se-á que a explicação entre emoções suscitadas por símbolos e sua existência material como representação de algo maior (a sociedade, a pátria, as instituições) encontra legitimidade, dada a forma emotiva que faz da esfera militar um ambiente culturalmente moldado por símbolos.

Não por acaso, ao falar de outros “instrumentos litúrgicos” ligados ao totem e ao *churinga*, ou seja, o *wanina* e o *nurtunja*, Durkheim afirma sobre o primeiro que “tem aspecto de verdadeira bandeira”.¹⁴⁵ Sobre o segundo, relatam os mitos que no tempo fabuloso dos antepassados, indivíduos do mesmo totem exploravam as terras da tribo em caravanas, as quais possuíam cada uma o seu *nurtunja*. Ao acamparem, fincavam na terra o *nurtunja*, que possuía um *churinga* suspenso em seu topo, ou seja, “era uma espécie de estandarte que servia de ponto de referência para o grupo”.¹⁴⁶ Mas antes de serem comparados a estandartes, o *wanina* e o *nurtunja* eram elementos sagrados por também representarem materialmente o totem do clã. Eis que na modernidade e no mundo dos militares,

O soldado que morre por sua bandeira, morre pela sua pátria; mas de fato, na sua consciência, é a idéia da bandeira

¹⁴⁵ Durkheim (2008, p. 165).

¹⁴⁶ Ibidem, p. 166.

que está em primeiro plano. Essa idéia pode até determinar diretamente a ação. Se um estandarte isolado fica nas mãos do inimigo, a pátria não estará perdida por isso, e no entanto, o soldado morre para recuperá-lo. Perde-se de vista que a bandeira é apenas um signo que não tem valor em si mesma, que serve apenas para lembrar a realidade que representa; tratam-na como se ela própria fosse essa realidade.¹⁴⁷

É a força das representações coletivas que impele o soldado a agir para recuperar a bandeira de sua pátria¹⁴⁸, força essa invisível, que faz da bandeira mais que um “pedaço de pano” pelo qual o soldado precisa e deve sacrificar-se. Certamente, o militar não compreende que a eficácia dessa força emana do pensamento coletivo, a qual de maneira imperativa subjuga o pensamento individual conduzindo o indivíduo à ação e modelando a realidade contextualmente.

No campo das explicações histórico-arqueológicas, o argumento sobre o uso de símbolos, bandeiras e insígnias nos campos de batalha no enfrentamento entre tropas militares desde o período pré-histórico até o início do século XX¹⁴⁹ contenta-se com o uso utilitário dos emblemas. Por mais que

¹⁴⁷ Durkheim (p. 275-276).

¹⁴⁸ Riley (2014) nos ajuda a compreender este fenômeno ao estudar como a bandeira estadunidense pode ser comparada a um símbolo totêmico ao descrever a criação de uma Capela que foi construída para homenagear os mortos do voo 93, que seria um dos aviões a serem usados no ataque do 11 de setembro de 2001, mas que caiu antes de atingir o alvo. Segundo o autor, a bandeira americana é usada em todos os lugares da capela como representação do herói nacional morto, sendo cultuada por meio de ritos efusivos (com imagens patrióticas e cantos nacionalistas) que envolvem familiares dos passageiros mortos e visitantes da capela. Na verdade, por uma perspectiva durkheimiana, trata-se, para o autor, de uma “religião civil americana”, na qual os passageiros do voo 93 tornaram-se heróis por meio de um sacrifício de sangue em nome da nação.

¹⁴⁹ SANZ, Fernando Quesada. **Estandartes militares em El mundo antiguo**. Madrid: Signifer Libros, 2007.

tenham surgido como símbolos totêmicos, com caráter mágico, ao serem utilizadas nos campos de batalha, as insígnias militares inicialmente adquiriram uma função prática e funcional.

Na antiguidade, a formação de nuvens de poeira e os gritos dos movimentos de homens, cavalos e veículos de roda, demandavam formas de orientação nos combates. As falanges, que chegavam a ser compostas por cerca de centenas a milhares de homens e perduraram por milênios na antiguidade, é um bom exemplo do porquê de se usar estandartes de forma tática nas batalhas. Isto se devia ao fato de que, as lutas, deflagradas em campos secos no período de verão aconteciam gerando grandes nuvens de poeira. Desse modo, as insígnias propiciavam a visualização dos homens e o seu reconhecimento.

As evidências históricas constataam que até a Primeira Guerra Mundial persistiu a função tática e prática do uso de bandeiras e estandartes nos campos de batalha. Isto ocorria especialmente para evitar “fogo amigo” e para demarcar territórios inimigos conquistados. Entre os séculos XIV e XIX, nas batalhas nas quais se utilizavam a pólvora negra como artefato de guerra, criava-se um campo ofuscado pela fumaça que impedia os homens de enxergarem seus inimigos e uns aos outros entre os aliados, exigindo-se, assim, símbolos visíveis de identificação como as bandeiras. Ainda assim, na época das nuvens de fumaça de pólvora negra, as nuvens de poeira não haviam abandonado os campos de batalha, o que se verifica nas palavras de um Coronel que, em 1757, na Batalha de Praga, se viu em meio a uma nuvem de poeira causada pelos cavalos de sua própria tropa:

“Me ocurrió un suceso muy extraordinario en esta batalla, en la segunda carga... se levantó la mayor nube de polvo que

nunca he visto; era imposible ver la cabeza del caballo que montaba. Ordené una variación a la izquierda; luego ordené tocar a reunión; un trompeta obedeció, a cuatro yardas de mi posición [casi cuatro metros]. Mis húsares se acercaron, y cuando se levantó el polvo me encontré con que el corneta que había obedecido mi orden pertenecía al enemigo. De esto puede deducirse en que confusión estábamos...”¹⁵⁰

Como visto nas palavras do Coronel, suas ordens para tocar a trombeta servem-nos de referência para indicar que, também desde a antiguidade elementos auditivos como clarins e tambores eram utilizados para servirem de referência às tropas. Outro dado interessante é que, durante os séculos XVII e XIX as bandeiras adquiriram um tamanho considerável. Em 1589, por exemplo, as bandeiras de guerra espanhola chegavam a medir entre 3,34 a 3,76 metros. Com o advento do uso da pólvora e de armas automáticas e de repetição na segunda metade do século XIX, as guerras modernas passaram a acontecer em campos de batalha vazios. As lutas corporais travadas entre os homens cederam espaço para outra lógica combativa, aquela que proporcionava os efeitos da devastação causada pelo uso das novas armas, sem que os inimigos pudessem ser vistos. Viam-se apenas corpos mutilados e cidades destruídas.

Como o uso de bandeiras e estandartes nos campos de batalha ao longo do tempo trata-se de um processo histórico, e como todo processo de ordem histórica está sujeito a transformações pela dinâmica das relações sociais estabelecidas entre os homens, a função tática e prática no uso de bandeiras e insígnias nas guerras sofreu modificações adquirindo outras conotações. O primeiro ponto a destacar é que o inimigo visava capturar a bandeira em combate não apenas pelo papel prático que ela desempenhava, mas também pelo seu valor

¹⁵⁰Sanz (2007, p. 86, grifos do autor).

simbólico, o que fazia da função de ser o responsável de portar a bandeira uma atividade perigosa. Por ser uma função honrada, carregar a bandeira que representava a tropa cabia a homens veteranos e moralmente diferenciados, geralmente oficiais de baixa graduação, mas que comprovavam ter experiência nos campos de batalha. Logo, a mística dos porta-bandeiras à frente das tropas militares estendeu-se por todo o medievo até chegar à modernidade, de modo que um Dicionário militar de 1749 destacava que “*El Alférez de infantería... en cualquier puesto que se halle, debe primeramente morir, que abandonar su bandera*”.¹⁵¹

Nesse contexto, desde os emblemas táticos, usados pelas pequenas unidades, até o uso de símbolos maiores que representavam o espírito de unidade, bem como, um credo religioso (uma cruz, por exemplo), foram, pois, as bandeiras personalizadas e heráldicas que identificavam o rei no campo de batalha que conseguiram sobreviver passando pela antiguidade até chegar à modernidade. Foram essas bandeiras que, desde o colapso das formas antigas de Estado e do Império Romano no Ocidente que acabaram por serem transformadas em estandartes reais no medievo e depois nos principais símbolos dos Estados-nação, ou seja, em bandeiras nacionais.

O que estamos a destacar é que, para além de serem utilizadas visivelmente nos acampamentos, nas marchas e nos campos de batalha para traduzir ordens e instruções superiores, além de orientar os soldados, as bandeiras e insígnias transformaram-se em elementos psicológicos que garantiam a unidade das tropas. Em muitos casos eram estampadas imagens de animais como águias, lobos, cavalos e javalis, como acontecia no Império Romano. Os estandartes eram as formas concretas de uma força intangível, eminentemente moral, de modo que “*los soldados, siempre supersticiosos,*

¹⁵¹ Sanz (2007, p. 89).

llegaran a considerar las insígnias como encarnación del espíritu de la unidad, con valor incluso religioso, hay un paso que se dio, por ejemplo, en Roma”.¹⁵²

Ao final, as explicações histórico-arqueológicas, por mais que não queiram, acabam por revelar as mesmas constatações aludidas por Durkheim quanto ao caráter “religioso” dos símbolos a partir dos estudos sobre o totemismo. As bandeiras e insígnias militares possuem um “espírito”, que nada mais pode ser que a força das representações coletivas, que neste caso garantem a sobrevivência e a unidade das tropas. O que devemos fazer é inverter a explicação para observarmos que, nestas condições, antes que exista a passagem do uso prático dos estandartes para uma consideração moral deles, ao contrário, o caráter tático e prático dos símbolos e estandartes militares só passavam a ser usados como forma de organização dos campos de batalha exatamente porque a vitória garantiria o sucesso do grupo vitorioso, logo, também, sua sobrevivência como coletividade. Se o que está em jogo é a existência de uma coerção moral a partir de uma força não compreendida, mas sentida pelos soldados, então, temos um imperativo moral que,

Afecta a no sólo la autoestima de todos y cada uno de los miembros de la unidad – no sólo del portaestandarte -, sino a la misma esencia de la unidad, algo intangible pero perfectamente real para el soldado. La pérdida de las enseñas equivale a la del espíritu de la unidad, a la destrucción de su moral; si es deshonrosa, o incluso si no lo es, esta pérdida puede incluso acarrear la disolución de un conjunto de hombres que han perdido la fibra moral que les mantenía unidos. Por consiguiente, y aplicando la inversa, la captura de las enseñas del enemigo se convierte en objetivo importante en sí mismo, y en particular la toma de las más importantes, esto es, las heráldicas del monarca enemigo, las enseñas nacionales cuando existen, y las

¹⁵² Ibidem, p. 90.

que son propias y únicas de cada gran unidad, como el águila legionaria. Eventualmente la captura de estas enseñas pueda causar una severa desmoralización em el enemigo e incluso su colapso y desbandada... aunque también puede provocar el efecto contrario, una agresiva e desesperada carga para recuperar el objeto – y el honor – perdidos.¹⁵³

Recobrando a situação que ocorreu na Paraíba acerca da proibição do uso do símbolo da faca na caveira pelos integrantes do BOPE, as palavras do Comandante do grupo, em entrevista à época do fato, descrevem bem como essa “força intangível” atua, ou melhor, “*Eu tenho minhas convicções, fiz um treinamento específico de seis meses para conquistar o distintivo da caveira*”.¹⁵⁴ O que importa, portanto, é a utilização do distintivo porque equivale a uma conquista, pois sua proibição representa a perda do “espírito da unidade” e a “destruição de sua moral”.



FIGURA 14: Integrantes do BOPE do Rio de Janeiro com o símbolo da faca na caveira ao fundo e no uniforme.

FONTE: GOMIDE, 2013.

¹⁵³ Sanz (2007, p. 90).

¹⁵⁴ PORTAL G1 PARAÍBA. ‘Comandante da PM da Paraíba proíbe uso de caveira como símbolo’ (22/03/2013).

No entanto, bem antes das tropas de elite e das relações estabelecidas entre os policiais e o símbolo da faca na caveira, as PMs surgiram no Brasil ainda em meados do século XIX, mas já com características militares.¹⁵⁵ Não existe literatura na área sociológica que demonstre especificamente em sua gênese o uso estratégico dos símbolos militares pelas PMs no Brasil, mas isto não nos impede de lançarmos explicações plausíveis sobre o fato. Por mais que saibamos que foi preciso o desenvolvimento de técnicas socializadoras¹⁵⁶ nas nascentes Polícias Militares para garantir a adesão dos indivíduos às regras grupal-institucionais estabelecidas, assim como uma organização burocrática, como vimos, as formas de solidariedade social só se sustentam pela existência material de símbolos que fortalecem a autoridade moral da coletividade. Os símbolos auxiliam no desejo de pertencimento ao grupo.

Na passagem de uma solidariedade mecânica para outra de tipo orgânica, se na primeira os laços se estreitavam pela coerção clânica em pequenos grupos, na segunda forma a especialização moderna das atividades profissionais ensejou o aumento da individualidade como forma de preservar a própria sociedade tendo como causa central a divisão do trabalho.¹⁵⁷ Só que, este fenômeno é mais complexo do que

¹⁵⁵ Para um maior entendimento sobre o processo histórico de criação e desenvolvimento das forças policiais no Brasil desde o período colonial até o modelo atual adotado a partir do regime imperial ver: COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012; FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda., 1974; HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

¹⁵⁶ Foucault (1987).

¹⁵⁷ Segundo Durkheim (1999), para entendermos a maior complexidade das formas de organização e manutenção da sociedade moderna é preciso analisarmos que esta se diferencia das sociedades primitivas pelos vínculos de solidariedade estabelecidos entre os indivíduos por meio dos modelos jurídicos que as regulam. No modelo primitivo, tínhamos a

parece à primeira vista, pois, a obrigatoriedade para fazer os indivíduos estarem presentes nas instituições modernas demandou a criação de regulamentos formalizados notabilizando a entrada em cena da burocracia. Tivemos, portanto, um desenlace histórico interessante quanto às instituições militares. Como já dito, nas instituições militares atuais podemos encontrar características regidas por solidariedade mecânica ao mesmo tempo em que são organizações burocrático-modernas. Percebemos que no mundo da cultura militar existe, simultaneamente, a interrelação entre aspectos do modelo simbólico de base totêmica e os regimes burocráticos centrados em técnicas disciplinares socializadoras que encontraram nas casernas militares seu modelo *par excellence* de desenvolvimento e consolidação. No entanto, essa organização simbólica fomentou diferenciações, ou melhor, distinções, que no caso do BOPE não está preso ao modelo hierárquico policial, mas ao fato dos PMs do BOPE pertencerem ao clã da caveira.

solidariedade mecânica, a qual era marcada por um direito coercitivo que apagava a individualidade de cada membro da tribo ou clã em favor da existência coletiva através da sanção e punição daqueles que se desvinculassem das regras comunitárias, pois tudo que era produzido tinha como foco a coletividade. Ao contrário, no mundo moderno prevalece a solidariedade orgânica, a qual também propicia a existência da sociedade, mas por meio do direito restitutivo garante a adesão dos indivíduos ao mundo social ao mesmo tempo em que aumenta a noção de individualidade deles propiciada pela descentralização das funções e atividades profissionais, ou seja, de uma divisão do trabalho mais complexa. O fato de assumirem diferentes atividades faz com que os indivíduos promovam a coesão social a partir do momento que cada um passe a exercer uma função que lhe realize e garanta sua sobrevivência, de maneira que a rede de profissões estabelecida conduza à necessidade que uns têm em relação aos outros, o que não apaga o nosso desejo de estarmos em sociedade mesmo obtendo um maior individualismo. Antes da sociedade ser formada a partir dos indivíduos, na verdade, é o contrário que prevalece, o que faz da sociedade um fato social *sui generis* que sempre antecede e está acima dos indivíduos.

3

O “CLÃ DA CAVEIRA”: DISTINÇÃO E *ETHOS* GUERREIRO NA “CONVERSÃO DOS CONVERTIDOS”

O caminho que leva ao ingresso a uma tropa especial ou especializada de Polícia Militar, ou melhor, a fazer parte de um Batalhão de Operações Policiais Especiais e ao seletivo “clã da caveira” tem início com a participação e consequente aprovação nos processos de seleção interna organizados para os diversos cursos ofertados pelo BOPE. Como dissemos no capítulo anterior atualmente o BOPE diz respeito a um conjunto de várias tropas especiais e especializadas (motopatrulhamento tático, canil, policiamento de choque), de modo que cada uma delas realiza um curso específico de ingresso para aqueles e aquelas que queiram compor os quadros das respectivas especialidades. De acordo com a crença nativa, tais cursos variam de acordo com os objetivos a serem alcançados, ou seja, eles são adaptados (em relação às instruções práticas e teóricas a serem repassadas para os alunos durante a formação) de acordo com as exigências das funções que serão desempenhadas pelos policiais após aprovados no curso para o qual se propuseram participar.

No Brasil, até hoje, o Curso de Operações Especiais (COEsp) que ganhou certa notoriedade ao longo do tempo, desde sua criação, é aquele realizado no Rio de Janeiro que, como já ressaltamos, foi o primeiro curso de tropas especiais

de uma PM em nosso país a adotar o símbolo da faca na caveira como emblema. Esse prestígio aumentou ainda mais após a exibição dos filmes Tropa de elite I e II, visto que o BOPE do Rio de Janeiro era um dos elementos centrais dos filmes, representado especialmente pela figura do personagem capitão Nascimento, que era um policial “caveira” do BOPE carioca. De toda forma, nos últimos anos, vários Estados brasileiros têm realizado o COEsp, o qual, não importa onde aconteça, geralmente atrai policiais militares de outras PMs, bem como, profissionais de outras instituições como as Forças Armadas, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal. Independentemente de qual seja o curso realizado para qualquer um dos segmentos que compõem o BOPE, na “essência”, todos eles serão marcados pelo treinamento rígido e a exigência física e psicológica de seus participantes, os quais, comumente, têm o perfil de que nem todos chegarão até o fim, pois muitos desistem ao longo do caminho.

No caso do COEsp, em particular, que é o curso direcionado para os PMs que irão desempenhar funções dos “operações especiais”, os “legítimos caveiras”, digamos assim, como participar de ocorrências com reféns, fazer incursões em ambientes controlados pelo crime organizado como as favelas cariocas, invadir estabelecimentos prisionais durante rebeliões, desarmar bombas, parece-nos que as exigências se potencializam para que realmente os alunos em curso entendam o que está em jogo nessas circunstâncias. Não é apenas provar que se é capaz de superar os obstáculos e adquirir as habilidades necessárias para exercer a função que a participação no curso demanda a *posteriori*, mas o troféu (brevê, na cultura militar) que se conquista ao final, ou seja, o direito legítimo de poder usar o emblema da caveira em sua farda e poder ser chamado também pela alcunha de “caveira”. Podemos destacar essa condição pela fala de um PM “caveira” do

Distrito Federal: *“Os outros cursos não eram e nunca seriam como um caveira”*.¹⁵⁸

Esse caráter simbólico diferenciador do COEsp em relação aos outros cursos realizados para ingresso no BOPE, como o de motopatrulhamento tático, por exemplo, soma-se a outros componentes que demarcam o lugar que o COEsp ocupa na crença coletiva institucional nas PMs. Nesse sentido, o COEsp é o curso que possui maior duração e que, certamente, mobiliza a todos que queiram ser instrutores do curso pelo prestígio e “senso de distinção” que passam a operar para aqueles que são reconhecidos como “instrutores dos caveiras”.

Como esclarecimento, para se habilitar a participar de qualquer um dos cursos que permitem o ingresso às tropas especiais ou especializadas que compõem o BOPE, no caso dos PMs, é preciso que os candidatos já pertençam à instituição, ou melhor, já sejam policiais. Como existem duas formas de ingresso às instituições PM, ou para a função de soldado ou para se tornar um tenente passando pelo Curso de Formação de Oficiais¹⁵⁹, nesse caso, em ambos os cursos de formação,

¹⁵⁸ Castro (2011, p. 29, grifos da autora).

¹⁵⁹ Para conhecimento, segundo o modelo hierárquico das Polícias Militares em todo o Brasil, as prerrogativas funcionais são estabelecidas a partir de dois quadros distintos: o das Praças (soldado, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e subtenente) e dos Oficiais (segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel). Ao primeiro, em tese, cabem as funções de execução, inclusive o policiamento ostensivo fardado, nas ruas e, ao segundo, as funções de comando, gestão e fiscalização. Como as PMs funcionam em um regime de hierarquia verticalizado, tem-se que, mesmo nos respectivos quadros, a cada posição assumida pelas Praças em um nível acima da disposição hierárquica, assume-se também função de comando em relação ao subordinado das escalas inferiores. No entanto, cumpre aos Oficiais tomarem as decisões que modificam as políticas internas, além de comandarem os

todos os alunos passam por processos pedagógicos que visam moldá-los para que adquiram o *ethos* da profissão, especialmente no que diz respeito à internalização do “espírito militar”.¹⁶⁰

Essa transformação identitária para que o aluno PM seja disciplinado e condicionado a se reconhecer como policial e especialmente como militar faz parte de um processo de “socialização secundária”¹⁶¹ por meio do qual a instituição produz uma “mortificação do eu”¹⁶², ou seja, tenta apagar os valores anteriores da vida dos novos ingressantes à carreira PM. Só que, inicialmente, esse processo de despersonalização e criação de uma nova identidade sócio-profissional acaba privilegiando o lado militar da profissão em detrimento das características policiais.¹⁶³ Por isso que se torna comum os PMs relatarem que “polícia de verdade” se aprende na rua, após formado, porque no quartel, durante o período de formação, se aprende a ser primeiramente militar.

Pelotões, Companhias, Batalhões e *Staff* das Polícias Militares. Por fim, temos ainda os alunos-oficiais que são considerados Praças especiais. Eles assumem essa prerrogativa até o momento do Aspirantado (estágio probatório), quando, ao término do estágio, são declarados segundos-tenentes e passam a fazer parte do Círculo dos Oficiais. Portanto, as Praças possuem graduações e os Oficiais postos (patentes).

¹⁶⁰ Castro (2004).

¹⁶¹ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁶² GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹⁶³ FRANÇA, Fábio Gomes de. “O Soldado é algo que se fabrica”: notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. **Revista TOMO**, n. 34, p. 359-392, jan./jun. 2019b, p. 367; SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”**: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

Podemos ainda considerar esse processo de socialização como uma “conversão” ou “alternação”¹⁶⁴, ou até mesmo a incorporação de um novo *habitus*¹⁶⁵, que consiste nesse caso na apreensão subjetiva dos valores externos (linguagem, formas de comportamento baseadas em preceitos morais regulamentados como o respeito obrigatório pautado na obediência hierárquica, culto a símbolos e tradições, organização do espaço e objetos por meio de modelos padronizados). Esse *habitus* adquirido é reproduzido pela junção de um *ethos* moral e uma *hexis* corporal que delimitam objetivamente a existência do campo¹⁶⁶ policial militar como modelo de interação do conhecimento cognitivo-intelectual e prático-operativo. Como resultado, descortina-se um campo de disputas por capitais variados (podendo ser econômicos, culturais, simbólicos, sociais) pelos grupos que surgem de acordo com o *habitus* que os PMs adquirem, que no caso específico das Polícias Militares podem ser entre Oficiais (comandantes) e Praças (executores), “antigos” (PMs que adquirem certos direitos pela precedência hierárquica) e “modernos” (aqueles que sempre estarão classificados depois de alguém que é mais antigo na hierarquia formal e simbólica) e “especiais” (integrantes do BOPE) e “comuns” ou “convencionais” (os que não são do BOPE, ou seja, todos os outros policiais militares).

Em relação aos PMs que resolvem ingressar nas tropas especiais, diríamos que ocorre uma “conversão dos convertidos”.¹⁶⁷ Seria uma nova “socialização secundária”, ou seja, é uma nova internalização de valores para aqueles que já são

¹⁶⁴ BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2012.

¹⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007; BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

¹⁶⁶ Bourdieu (2007).

¹⁶⁷ Storani (2008).

policiais militares e possuem o *habitus* PM. Nessa nova socialização uma “pedagogia do sofrimento”¹⁶⁸ experienciada nos cursos anteriores quando do ingresso na PM é ampliada. Para compreendermos melhor esse processo faremos um recorte, focando especificamente no COEsp, destacando suas características e lembrando que nos outros cursos das tropas especializadas do BOPE o treinamento rígido acontece, mas em um grau menos acentuado. É a partir desse ponto que até mesmo no próprio BOPE surgem diferenciações entre aqueles que são “cursados” e “caveiras” de verdade (os que fizeram o COEsp) e os que não possuem o COEsp. Como descreve um PM caveira do Distrito Federal ao se referir a um PM das Rondas Ostensivas Tático Móvel: “*Comuns vestidos de preto*”.¹⁶⁹ Como destacamos no capítulo anterior, é um dilema que coloca em lados opostos “especiais” e “especializados”.

O processo seletivo para participação no COEsp tem início com o lançamento do edital. Desde esse momento as dificuldades se mostram pelas diversas etapas que são colocadas aos candidatos. Em sua totalidade quase todas são eliminatórias. Nossa intenção aqui não é descrever exaustivamente o funcionamento do curso¹⁷⁰, mas apenas pontuar sua importância e relevância em relação ao fato de que, concluí-lo significa obter como triunfo máximo o direito de carregar consigo o emblema “legítimo” da faca na caveira, bem como, poder ser reconhecido pelos companheiros do BOPE e demais policiais como um “caveira”.

Cada edital lançado para o COEsp nas diversas Polícias Militares que ofertam o processo seletivo tem suas peculiaridades, mas todos geralmente seguem certa padronização

¹⁶⁸ França e Gomes (2015).

¹⁶⁹ Castro (2011, p. 30, grifos da autora).

¹⁷⁰ Para um melhor conhecimento do Curso de Operações Especiais e suas particularidades ver Storani (2008).

adotando, por meio de etapas sucessivas, após a inscrição: uma análise documental, uma avaliação do quadro de saúde do candidato mediante a análise de vários exames médicos e, o teste de aptidão física. Como dissemos cada processo seletivo, de acordo com o Estado, pode apresentar alguma variação em relação às etapas antes mencionadas. Como comparação, apresentamos no quadro abaixo alguns trechos relacionados às etapas eliminatórias dos editais lançados para o COEsp dos Estados do Mato Grosso do Sul e Piauí, em 2017.

TABELA 2

COESP (MATO GROSSO DO SUL)	COESP (PIAUI)
VAGAS: 40	VAGAS: 50
DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS	DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS
<p>a. Ser Oficial ou Praça da PMMS, ou de outra corporação policial;</p> <p>b. Possuir habilitação válida para condução de autos;</p> <p>c. Estar no mínimo, no comportamento BOM (praças);</p> <p>d. Estar no desempenho da função Policial Militar (atividade fim);</p> <p>e. Não estar em gozo de licença especial (LE), para tratamento de saúde (LTS) ou licença para tratar de interesse particular (LTIP);</p> <p>f. Não estar frequentando curso interno ou externo, seja ou não do interesse da corporação;</p> <p>g. Não estar agregado, em qualquer das situações previstas no Estatuto dos Policiais Militares;</p> <p>h. Não estar respondendo à averiguação, Sindicância, IPM ou Processo Judicial ofensivos ao decoro</p>	<p>a) Ser oficial ou praça da PMPI do serviço ativo, o de outra corporação policial militar, civil, federal e FFAA devendo está no serviço ativo;</p> <p>b) Possuir habilitação válida para condução de Autos, no mínimo categoria B;</p> <p>c) Está no desempenho de função policial militar;</p> <p>d) Se praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM;</p> <p>e) Se do sexo feminino, não está no período de gestação;</p> <p>f) Não estar no gozo de Licença Especial (L.E), para tratar de interesse particular (LTIP), para tratamento de saúde de pessoa da família (LPSPF), ou com dispensa médica;</p>

da classe, à dignidade Policial Militar e que causem descrédito para a Corporação, ou ter sido condenado por crime ou contravenção nas condições acima previstas;

i. Ter parecer “APTO” da junta de saúde da PMMS, ou da instituição a que pertença;

j. Ter conceito favorável de seu Comandante ou Chefe;

k. **Ser voluntário;**

l. Possuir conceito “apto” no último Teste de Aptidão Física realizado em sua unidade;

m. Ter sido aprovado na seleção específica para o ingresso no I CO-Esp regulado por este edital;

n. Os requisitos deverão ser mantidos até a data da matrícula;

o. Ter cumprido o estágio probatório, conforme regulado em lei.

g) Não estar frequentando curso interno ou externo, seja ou não do interesse da corporação;

h) Não estar agregado em quaisquer situações previstas no Estatuto dos Policiais Militares;

i) Não estar em cumprimento de pena de suspensão de cargo ou função prevista no Código Penal Militar;

j) Não se encontrar em cumprimento de sentença condenatória transitada em julgada, com pena privativa de liberdade ou em gozo de sursis;

k) Não estar respondendo à averiguação, sindicância, IPM ou processo judicial ofensivo ao decoro da classe, à dignidade policial militar e que causa descrédito a corporação ou ter sido condenado por crime ou contravenção nas condições acima previstas;

l) Ter parecer “APTO” da Junta Médica de Saúde da PMPI, ou da instituição a que pertence;

m) Ter sido aprovado na seleção específica para o ingresso no CO-ESP regulado neste edital;

n) **Ser voluntário par frequentar o COESP**, e caso conclua o curso, ser transferido (os militares da PMPI) para o BOPE, sem ônus para o Estado;

o) Apresentação dos documentos solicitados no ato da inscrição;

p) Os candidatos indicados pelas Polícias Militares de outros Estados, bem como os indicados pelas Forças Armadas, Polícias Civis,

	<p>Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal deverão observar as mesmas condições acima mencionadas, devendo os respectivos Comandantes Gerais, Diretores ou equivalentes fazerem a indicação ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí dos nomes dos interessados, onde disputarão as 10 (dez) vagas disponibilizadas, classificando os melhores colocados no ECF e TPT.</p>
<p>ETAPA DOCUMENTAL</p> <p>1) Ofício de indicação de policial militar contendo informações conforme modelo I; 2) Cópia da CNH válida; 3) Requerimento do Policial Militar, conforme modelo II; 4) Cópia da última ata de TAF realizada na OPM ou certidão comprovando a aptidão do candidato; 5) Certidão que comprove não estar em gozo de LE, LTS ou LTIP; 6) Certidão de antecedentes da justiça criminal comum; 7) Certidão de antecedentes da justiça criminal federal; e 8) Certidão que comprove não estar respondendo procedimentos administrativos por fatos ofensivos ao decoro da classe e à dignidade Policial Militar e que causem descrédito para a Corporação.</p>	<p>ETAPA DOCUMENTAL</p> <p>a) Ofício de indicação policial militar contendo informações do item 2.1; b) Cópia da CNH válida; c) Certidão que comprova que não está em gozo de L.E, L.T.I.P, L.P.S.P.F ou Dispensa Médica; d) Certidão negativa de antecedentes da justiça criminal comum e militar; e) Certidão negativa de antecedentes da justiça criminal federal; f) Certidão que comprove não está respondendo procedimentos administrativos por fatos ofensivos ao decoro da classe e à dignidade policial militar e que cause descrédito da corporação; g) Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme modelo no “anexo –IV”; h) Cópia do RG; i) Parecer de exame toxicológico com resultado negativo para presença de resíduos de substâncias</p>

	entorpecentes ilícitas no organismo do candidato, conforme o item 10 deste edital.
<p>DA INSPEÇÃO DE SAÚDE</p> <p>Eletrocardiograma com laudo; Parecer do cardiologista; Audiometria com laudo; Hemograma completo; Glicemia (jejum); Ureia; Creatinina; VDRL ou sorologia para Lues; Colesterol total; Colesterol fração (HDL); Triglicerídeos; Raio "X" do tórax; PSA total PSA livre, somente para candidatos masculino com idade superior a 50 anos.</p> <p>Aos candidatos de outras instituições caberá a apresentação de ata de inspeção de saúde com parecer apto, nos moldes da PMMS. Os exames poderão ser realizados nos locais onde o candidato reside, tendo, apenas que ser confeccionado por profissional competente da área médica.</p> <p>O candidato deverá apresentar a comissão de seleção na data do TAF carteira de vacinação comprovando estar imunizado contra a febre amarela, hepatite B e tétano.</p>	<p>DA INSPEÇÃO DE SAÚDE</p> <p>a) Teste ergométrico, b) Hemograma, c) Hemoglobina glicosilada, d) Creatina, e) Colesterol, f) Triglicerídeos, g) RX do Tórax PA e perfil, h) Sumário de urina (EAS), i) TGO/TGP e Gama GT, j) PSA total e livre (acima de 40 anos), k) BhCG (para mulheres) l) Audiometria com laudo e m) Otológico com laudo.</p> <p>O candidato deverá apresentar a comissão de seleção na data do ECF carteira de vacinação comprovando estar imunizado contra a febre amarela, hepatite B, tétano e pneumonia.</p> <p>Ficam proibidos de fazer o ECF os policiais e militares femininos que estiverem em período gestacional devidamente comprovado e atestado pela DS, bem como no período de resguardo, assim como recomendação médica de que estão inaptos a realizarem cursos da PMPI.</p> <p>Aos candidatos de outras instituições caberá a apresentação de ata de inspeção de saúde com parecer apto, nos moldes da PMPI.</p>

TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA
<p>Flexões de braço em barra fixa (Índice mínimo de 8 repetições).</p> <p>Abdominais (Posição remador com índice mínimo de 42 repetições em 1 minuto).</p> <p>Natação (Percorrer 200 metros em qualquer estilo de nado até o tempo máximo de 5 minutos).</p> <p>Salto da Plataforma (Plataforma de 10 metros com no máximo duas tentativas)</p> <p>Flutuabilidade (Flutuar no meio líquido com o corpo na posição vertical utilizando-se de pernas e braços, num tempo mínimo de 30 (trinta) minutos, equipado com calça, camisa, gandola, cinto, meias e coturno. É vedado segurar na borda da piscina, usar de outro artifício como meio de descanso durante a prova ou adotar a posição horizontal para realizar a flutuação).</p> <p>Apneia Dinâmica (Percorrer no mínimo 25 metros submerso em piscina de forma ininterrupta).</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Flexão de braços na barra fixa (mínimo 10) – pontuação;2. Abdominal remador (mínimo 35/minuto) – pontuação;3. Corrida de 12 minutos (mínimo 2.400m) – pontuação;4. Corrida de 100 m (máximo 20 segundos) – pontuação;5. Natação 200m (máximo 5 minutos) – pontuação;6. Flexão de braços sobre o solo (mínimo de 35 repetições) – pontuação.7. Corrida de 10 km (máximo 1 hora) – pontuação <p>TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Subida na corda sem auxílio dos pés (6m) – eliminatória;2. Transposição de muro da PPM – eliminatória;3. Transporte de carga (100m/45 segundos) – pontuação;4. Apnéia estática (mínimo 40 segundos) – pontuação;5. Apnéia dinâmica (15m) – eliminatória;6. Flutuação com uniforme operacional (30 minutos) – eliminatória;7. Passagem no pórtico – eliminatória

	<p>EXAME PSICOLÓGICO</p> <p>O exame de aptidão psicológica será realizado por profissionais regulamente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.</p> <p>O exame psicológico não terá caráter eliminatório, tendo como finalidade detectar se o candidato está apto para atuar em situações de estresse elevado com controle emocional necessário para esse tipo de ação, além de proporcionar o autoconhecimento por parte do candidato, buscando uma melhor adequação às normas do curso.</p>
	<p>TESTE DE PROFICIÊNCIA EM TIRO</p> <p>Será submetido ao TPT os candidatos aprovados na Inspeção de Saúde, ECF e ter sido submetido ao Exame Psicológico na quantidade do número de vagas oferecidas.</p> <p>Caso o candidato não seja aprovado no TPT, será chamado o candidato subsequente melhor classificado para ser submetido ao teste, obedecendo a distribuição de vagas entre postos e graduação e as destinadas as coirmãs.</p>

	<p>Serão realizados 24(vinte e quatro) disparos com pistola calibre .40 a uma distância de 5(cinco) metros, por candidato, dividido em 6(seis) séries de 4(quatro) tiros. Tempo de 10(dez) segundos para cada série em alvo multicor.</p> <p>Para ser considerado aprovado no TPT o candidato deverá atingir um percentual de 60% do total de pontos.</p>
	<p>EXAME TOXICOLÓGICO</p> <p>Todos os candidatos deverão ser submetidos ao exame que visa constatar a presença de resíduos de substâncias entorpecentes ilícitas no organismo.</p> <p>Para a realização do exame, o candidato deverá fornecer amostra de material orgânico, que será analisado para confecção de um parecer: negativo ou positivo para a presença de substâncias entorpecentes ilícitas na amostra analisada.</p> <p>O parecer do exame deverá ser apresentado no ato da inscrição pelos candidatos da PMPI.</p> <p>Os candidatos de instituições coirmãs deverão ser submetidos ao exame toxicológico em suas corporações de origem,</p>

	<p>apresentando o parecer no momento da apresentação para participação no processo seletivo.</p> <p>Somente será inscrito no processo seletivo os candidatos que apresentarem parecer negativo para presença de resíduos de substâncias entorpecentes ilícitas no seu organismo.</p> <p>As despesas com referido exame é de responsabilidade de cada candidato.</p>
--	---

FONTE: Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul nº 111, de 20 de junho de 2016; Edital nº 001 do BOPE da Polícia Militar do Estado do Piauí, 2017.

Como podemos notar nos editais de ambos os Estados, o processo de seleção que envolve os candidatos que pleiteiam ingressar no COEsp é composto de uma ampla série de mecanismos objetivos em quase toda sua totalidade de caráter eliminatório. As etapas acontecem de forma gradativa, de maneira que para participar da etapa posterior é preciso ser aprovado (a) na etapa antecedente. Observa-se também que os dois editais possuem itens em comum, mas no edital da PM do Piauí destacamos a presença do Exame Psicológico não eliminatório, um Exame de Proficiência em Tiro e um Exame Toxicológico. O que fica claro é que, desde a inscrição, o COEsp mostra ser um curso que em muito supera, em relação ao grau de dificuldade física, os concursos públicos realizados pelas PMs em todo o Brasil para ingresso na carreira policial, nos quais o maior grau de concorrência se destaca pelo exame intelectual, etapa essa ausente para o ingresso no COEsp, o que

parece indicar, de antemão, que o objetivo buscado ao final do curso é exatamente a produção de um “corpo-arma”.¹⁷¹

Dentre tantos itens que se encontram nos editais, destacamos o **voluntarismo** dos que resolvem se inscrever para o processo seletivo, bem como, inúmeros impedimentos de ordem administrativa e judicial (Não estar em cumprimento de pena de suspensão de cargo ou função prevista no Código Penal Militar; Não se encontrar em cumprimento de sentença condenatória transitada em julgado, com pena privativa de liberdade ou em gozo de sursis; Não estar respondendo à averiguação, sindicância, IPM ou processo judicial ofensivo ao decoro da classe, à dignidade policial militar e que causa descrédito à corporação ou ter sido condenado por crime ou contravenção) que, na verdade, sinalizam para a construção de um argumento moral que visa selecionar os melhores, eliminando, assim, aqueles que podem macular a imagem do BOPE.

No caso de ser voluntário, torna-se uma concepção fundamental, visto que esse é um dos principais recursos utilizados durante o curso pelos coordenadores e instrutores para “perturbar”, digamos assim, com a condição psicológica dos alunos, pois a todo o momento, em meio aos ritos de sofrimento, será utilizada a retórica de que, eles foram voluntários para entrar no curso, também devem ser para sair, afinal, para quê ficar sofrendo?

No entanto, como resposta a esse sofrimento pedagógico, desde o período de inscrição, quando os candidatos ainda não têm a menor noção se conseguirão chegar até o final, na formatura do curso, a força simbólica da insígnia da faca na caveira está lá presente. Ela dialoga com cada candidato, mostrando-se tão real como se estivesse materialmente representada, e traduzindo a energia moral que irradia da

¹⁷¹ Pereira (2019).

existência coletiva sintetizada no BOPE, ou melhor, como revela um candidato ao COEsp do Rio de Janeiro: “Só em falar com os colegas do meu Batalhão, de minha vontade em me inscrever no curso passei a me sentir diferente, já me via como um *caveira*. Passei a sair para as missões me sentindo mais ousado, mais determinado. Esse negócio mexe com a gente!”.¹⁷²

Quando do início do curso, podemos dizer que o COEsp trata-se de um rito de passagem¹⁷³, o qual se consolida como um estado de mudança a realizar-se a partir de três fases: a separação, a margem ou “limem” e agregação.¹⁷⁴ Na primeira fase ocorre o afastamento do indivíduo das relações fixas que estabelecia na estrutura social a qual pertencia e dos laços culturais que até então o acompanharam. Na fase liminar, o indivíduo passa a se localizar em uma posição intermédia e ambígua, onde as hierarquias são temporariamente suspensas, servindo de preparação para iniciá-lo no novo mundo cultural que o receberá pronto na terceira fase que é a agregação. Como um rito de passagem o COEsp também pode ser compreendido como um “processo ritual”¹⁷⁵, devido ao acentuado destaque dado aos atributos da liminaridade quando os alunos passam a experienciar as atividades inerentes ao curso em si, ou melhor,

Como seres liminares, não possuem “status”, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, nada que as possa distinguir de seus colegas neófitos ou em processo de iniciação. Seu comportamento é normalmente passivo e humilde. A liminaridade implica que o alto

¹⁷² Storani (2008, p. 49).

¹⁷³ Idem, 2008.

¹⁷⁴ GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

¹⁷⁵ TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

não poderia ser alto sem que o baixo existisse. Outras características são a submissão e o silêncio. Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios.¹⁷⁶

Como se vê, na fase liminar cria-se um estado grupal conhecido por “*communitas*”,¹⁷⁷ na qual, inexistindo a hierarquia, os neófitos passam a ocupar posições igualitárias, ao contrário da estrutura social anterior onde eles conviviam, regida culturalmente por normas, costumes e valores, em certo sentido, compartilhados de forma fixa, de acordo com as regras grupais. Só que, “a “*communitas*” em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre os indivíduos convertem-se em relações, governadas por normas, entre pessoas sociais”.¹⁷⁸ A relação dialética entre estrutura social e a “*communitas*” enquanto uma antiestrutura acaba, por fim, fortalecendo a primeira e revigorando os padrões existentes e compartilhados pela coletividade já consolidada, nesse caso, a própria estrutura do BOPE e seus integrantes.

Um ponto importante a ser destacado é que, torna-se fato comum ser criada uma “rede de informações”¹⁷⁹ informal por parte dos futuros coordenadores do curso sobre a vida pregressa institucional dos futuros alunos como forma de proteção da imagem e do conjunto de valores morais defendido pelos integrantes do BOPE. Nesse sentido, não importa a

¹⁷⁶ Ibidem, p. 117-127.

¹⁷⁷ Idem, 1974.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 161.

¹⁷⁹ Castro (2011); Storani (2008).

capacidade particular de cada um dos candidatos. Mesmo que eles tenham potencial físico e cognitivo para concluir o curso, ainda assim, não possuir as aptidões morais para ser um integrante do BOPE é uma regra tácita e determinante para sua eliminação, o que mobiliza os coordenadores, quando do início do curso, a causar uma “pressão” física e psicológica maior nesses alunos¹⁸⁰ identificados como não possuindo o perfil para serem um caveira ou bopeano.

A seleção é aberta a todos que quiserem se inscrever e o processo seletivo inicial é ponderado por critérios objetivos. Entretanto, quando inseridos no curso a valoração perde muitas vezes a objetividade anterior e aos instrutores e coordenadores é dado amplo poder. Obviamente é preciso legitimar o afastamento do aluno, existindo critérios para isso. A questão é que em casos de sujeitos tidos como impróprios as cobranças lhes são maiores e a “pressão” também, sendo que a estratégia utilizada é fazer com que eles mesmos peçam baixa, ou como popularmente conhecido: peçam para sair. Assim a coordenação eximi-se da responsabilidade sob a voga de que o aluno não tinha perfil compatível, não suportou as demandas, ou simplesmente, não era bom o suficiente.¹⁸¹

De forma geral, O COEsp é organizado para ocorrer em quatro fases ao longo de alguns meses. O período de duração varia em cada Estado da Federação onde é realizado, mas, em média, o curso se estrutura entre quatro e cinco meses. Como é comum em cursos militares tanto das Forças Armadas

¹⁸⁰ Esse fato pode ser claramente observado em cenas do filme Tropa de elite I, quando durante a realização do COESP o capitão Nascimento exerce “pressão” sobre o capitão Fábio para que ele desista, devido à sua vida pregressa na PM do Rio de Janeiro pautada na corrupção e ações ilegais. Ver Tropa de elite (2007).

¹⁸¹ Castro (2011, p. 68).

quanto para as PMs, o sinal de largada é dado com a “semana zero” (início da fase de “separação”), que consiste em uma fase inicial¹⁸² na qual a Coordenação responsável acerta os parâmetros e pendências administrativas como a realização formal das matrículas, a reavaliação física dos alunos, bem como, um dos pontos principais, é repassada a lista do “enxoval”, ou melhor, de todo o material individual que os alunos precisam utilizar para a “sobrevivência”, digamos assim, ao longo do curso.

Nessa semana inicial destacam-se as instruções de primeiros socorros e as orientações sobre o asseio pessoal que deve ser realizado pelos alunos, sempre seguindo a ideia de como essas situações podem ser feitas em condições hostis, como se fosse um ambiente de guerra. Como qualquer outro processo de despojamento da identidade anterior na cultura militar, é nesse momento que são designados números de identificação aos alunos, ou a “numérica”¹⁸³, classificando-se do primeiro ao último número da turma de acordo com o posto ou graduação do sistema de classificação da hierarquia policial militar.¹⁸⁴ Como exemplo, se tivermos uma turma formada com 1 tenente, 5 sargentos e 1 soldado, o tenente será designado como “01” (zero-um) e o soldado como “07” (zero-sete). Sempre que os instrutores do curso se referirem aos alunos utilizarão a numérica como referência, até mesmo no contato e chamado direto com o próprio aluno, assim como os

¹⁸² Assim como descrevem Turner (1974) e Genep (2011) sobre a fase de separação nos ritos de passagem.

¹⁸³ Castro (2011).

¹⁸⁴ Neste ponto é interessante observarmos que existe uma fronteira tênue entre as fases de separação e liminaridade, tratando-se de situações fluidas, pois o uso da numérica já indica as condições onde a hierarquia entre os alunos passa a ser provisoriamente suspensa. Por isso falarmos de processos rituais quando descrevemos essas situações.

alunos para se expressarem utilizar-se-ão do número que os caracterizam para identificarem a si mesmos. A numérica substitui o antigo nome de guerra comumente usado pelos alunos quando ingressaram na carreira policial militar.

De certa forma, o uso da numérica, mesmo que ainda respeite certa hierarquia privilegiando os Oficiais com os primeiros números, ao contrário, geralmente no desenrolar do curso, são os alunos identificados com os menores números, partindo do zero-um, que sofrerão a pressão psicológica inicial dos instrutores ao assumirem a função de “xerife do turno de alunos”. Este fica responsável por determinado tempo por repassar as “alterações da turma”, como a falta de alguém ou, o que é mais comum nesses cursos de operações especiais, por ser o portador de reivindicações de todos os alunos diante da Coordenação. Outro critério de escolha do “xerife” é aleatório e ocorre quando a coordenação percebe insegurança por parte de alguém, elegendo essa pessoa para assumir a “xerifância”.¹⁸⁵

A numérica pode ser descrita, materialmente falando, como um pequeno pedaço de tecido branco, cortado de forma quadrada com o número correspondente ao aluno pintado na cor preta. Esse pequeno pedaço de tecido deve ser preso na calça, na camisa (parte das costas), na cobertura (boné) utilizado pelo aluno, no fuzil que o aluno transporta, assim como o número deve ser descrito em todos os itens pessoais do aluno, de forma que a caracterização do aluno a partir do número que ele passou a adotar esteja presente de forma nítida para ser visualizado pelos coordenadores e instrutores, pois em um processo liminar como esse todos são iguais quando tratados pela “numérica”. Isso significa até mesmo que, no COEsp participantes da equipe de instrução como um sargento, por exemplo, podem xingar e participar das

¹⁸⁵ Storani (2008).

humilhações morais coletivas impostas aos alunos (fazer “pressão”, como geralmente se diz) que são seus superiores na hierarquia formal da Polícia Militar.¹⁸⁶ Em resumo, a numérica assume a dupla função de servir para o despojamento da identidade PM anterior e para igualar todos os alunos (não importa se Praças ou Oficiais) à mesma condição de subordinação temporariamente,¹⁸⁷ compondo, como dito, uma *communitas*.¹⁸⁸

Em tese, quando geralmente indagados sobre as condições de funcionamento dessas regras implícitas ao curso, que não estão formalizadas em manuais ou documentos oficiais, como a possibilidade de um inferior hierárquico humilhar vexatoriamente um superior hierárquico durante um curso para operações especiais, as justificativas dos coordenadores e instrutores é afirmar que faz parte da “doutrina”. Diríamos que, a doutrina diz respeito a um rol de prescrições baseadas em conhecimentos práticos que vão sendo moldados ou reafirmados ao longo do tempo sem um embasamento científico para isso, mas defendido sob o ponto de vista técnico para a aplicação no campo de atuação policial militar. Uma das doutrinas que vêm se mantendo com unanimidade entre os grupos de operações especiais de modo geral é “o trinômio Treinamento, Ensino e Operação”¹⁸⁹, o que enseja na perpetuidade de uma forma específica de repasse de conhecimentos em vista das atividades nas quais serão empregados.

Como a própria definição da palavra deixa claro, se pesquisada em qualquer dicionário, doutrina trata-se de um conjunto de ideias a serem ensinadas ou transmitidas, que

¹⁸⁶ Castro (2011).

¹⁸⁷ Idem, 2011.

¹⁸⁸ Turner (1974).

¹⁸⁹ BETINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. **COT: Charlie, Oscar, Tango:** por dentro do grupo de operações especiais da polícia federal. São Paulo: Ícone, 2010, p. 30.

podem provir de várias áreas do conhecimento, mas no caso dos PMs, em especial os do BOPE, mais aproxima-se de um guia para condutas a serem adotadas, que são apreendidas de forma comparativa ao que pode ocorrer na realidade. As falas abaixo, destacando a noção doutrinária de controle emocional a partir da visão de Oficiais do Distrito Federal entrevistados em um estudo sobre tropas especiais são elucidativas:

“Todo aluno tem que ter essa consciência de que quando ele estiver no curso ele é uma numérica. Ele é um ser igual a qualquer outro que está dentro do curso. Ele sai da condição de chefe, de oficial, de sargento, de cabo para condição de aluno, então, ele tem que aceitar isso. Os que não aceitam, geralmente, não terminam o curso, porque a própria doutrina prega isso. Como é que eu (patente) vou aguentar uma ofensa sua que é estudante, que está numa passeata e etc, eu estou fazendo meu trabalho ali e você esta fazendo uma reivindicação legítima, às vezes você vai abusar, você vai me xingar, vai me cuspir e eu tenho que ter minha capacidade doutrinária de aguentar isso. Então quando o aluno não se predispõe a aguentar determinadas ofensas dentro do curso agente já sabe que ele não vai aguentar determinadas ofensas na rua, então ele é desligado”.¹⁹⁰

“Na instrução dos bombeiros o policial aloprou com o bombeiro: eu vou meter a porrada nesse cara! Foi pra cima. Pronto acabou, ali acabou, foi desligado. O policial demonstrar descontrole emocional é quesito fatal. Cheguei nele e falei: vem cá. A gente até chama pelo nome, deixa de chamar pelo número. Porque você fez isso? Ah, não admito o cara me chamar disso. Mas isso aqui é uma situação de curso. Então você extrapolou, você sabe que você não é obrigado a passar por isso, aqui tem regras, então infelizmente você está desligado. O cara chorou? Chorou. Ai tentou conversar comigo e eu disse “meu irmão, não tem como”.¹⁹¹

¹⁹⁰ Castro (2011, p. 82).

¹⁹¹ Ibidem, p. 105.

A ideia de despojamento da identidade de PM convencional continua por meio de regras militares já atuantes em momentos pretéritos como o corte de cabelo, que nesse caso é raspado, além da exigência com a limpeza dos uniformes que devem sempre estar com aparência igual em relação à manutenção de um padrão, mesmo que nas instruções os alunos tenham contato com situações que os deixarão com o estado de limpeza sempre alterado. Todos também receberão um fuzil de madeira que os acompanharão em todos os instantes, como um fiel companheiro. Perdê-lo é um símbolo de morte e motivo de desligamento no curso, cuja metáfora infere na entrega de sua localização a um suposto inimigo ou na falta de responsabilidade com seu principal instrumento de trabalho. Como parte do curso ocorre geralmente em uma região de mata fechada ou montanhosa, ou os dois ao mesmo tempo, sempre próximo de um rio, lago natural ou represado, ou uma lagoa, que passa a servir de local de treinamento e de asseio, logo os alunos são obrigados a construírem barracas para se alojarem, quebrando a lógica militar de divisão de alojamentos e refeitórios para Praças e Oficiais.

No curso, todos os alunos são iguais, pois entre eles não existe hierarquia. O ponto interessante a se observar é que toda a estrutura segue a composição e ritmo de exercícios de sobrevivência militares para uma guerra com a racionalização de todos os recursos disponíveis, especialmente água e comida. Na fase seguinte do curso, após a semana zero, é onde tem início a realidade prática que traduz a mística encontrada como lema da Seção de Instrução Especializada do BOPE do Rio de Janeiro na qual se lê **“Treinamento duro, combate fático”**.¹⁹² É o início da “semana do inferno”.

¹⁹² Pinheiro Neto (2013, p. 35).

O nome da segunda fase é sugestivo em relação ao que os alunos irão encontrar. É o momento da “liminaridade”¹⁹³ em pleno funcionamento. É nessa fase, como já destacamos anteriormente, que o COEsp ocorre em áreas de mata fechada próximas a regiões de ambiente aquático disponível para a realização de algumas das atividades. Um local ou Base de Instrução é preparado especialmente para essa fase, onde se destacam a “área cerimonial” e o “cemitério cerimonial”. Além disso, ressaltamos que “o crânio, com a faca trespassada, é o símbolo estampado em todos os locais de referência da Base da Instrução: na entrada da base; na porta de entrada da barraca da coordenação do curso; na área do cerimonial. O símbolo determina os locais das cerimônias e aqueles que não podem ser “profanados” pelos neófitos”.¹⁹⁴



FIGURA 15: Momento de instrução durante o XV COEsp do Distrito Federal (2017) com a bandeira do símbolo da faca na caveira hasteada.

FONTE: <<https://www.youtube.com/watch?v=wT40hG7BGW8>>.

¹⁹³ Gennepe (2011); Turner (1974).

¹⁹⁴ Storani (2008, p. 75).

Nessa fase também uma “pedagogia do sofrimento” é utilizada pela equipe de instrutores e pela Coordenação no sentido estrito do termo, pois as atividades se prolongam por quase todo o dia entrando até pela madrugada (chegam a durar 22 horas) sempre exigindo esforço físico e psicológico de todos. Tanto o currículo formal como o oculto são mobilizados, visto que, para além das aulas desgastantes, os alunos precisam enfrentar os constantes cerimoniais liderados pela Coordenação na “Área Cerimonial”. Em cursos realizados no Sul e Sudeste do Brasil, por exemplo, a realização se dá no período de inverno, acrescentado o frio como mais um adversário a ser superado pelos alunos em meio a tantas outras atividades duríssimas que precisam ser vencidas. O frio é destacado por entrevistados e observações que narram a realização do Curso de Operações Especiais no Distrito Federal e Rio de Janeiro.

“Muito, muito frio. O cara perde a vergonha, abraça o cara mesmo pra se esquentar, funga no ouvido, porque o frio é tão intenso que você esquece o que é que vão pensar de mim. Ele que é sanar a deficiência dele (...) isso é a função de união e de sobrevivência do curso”.¹⁹⁵

“Um membro da equipe não agüentou o frio e a culpa é do turno que não o protegeu! Xerife! O turno ficará mais quinze minutos na água além do previsto, e o aluno ‘hipotérmico’ não poderá sentir mais frio! Dê seu jeito!”.¹⁹⁶

A água fria, estimada em 15º Celsius, começava a produzir os seus primeiros resultados. Um aluno que não parava de tremer foi retirado de dentro d’água, pela equipe de instrução, e atendido pelos para-médicos. Ele apresentava os lábios e as unhas arroxeadas, o corpo entorpecido e temperatura

¹⁹⁵ Castro (2011, p. 66).

¹⁹⁶ Storani (2008, p. 11).

abaixo de 35º Celsius, um quadro típico de hipotermia. O aluno foi agasalhado e tomou um copo de chocolate quente, dado pela equipe de instrução. Alguns minutos depois de restabelecida coloração das unhas, lábios e a temperatura corporal, o instrutor “concedeu” duas opções ao aluno: “pede para sair” ou “volta para a água”. Optando retornar para a água, o instrutor brada para o xerife: “O turno ficará 15 min a mais no exercício na água, por ter deixado um companheiro entrar em hipotermia”. A partir deste fato, os alunos começaram a se mobilizar dentro da água, e passaram a se aproximar um do outro se abraçando e mantendo os corpos em contato. Colocaram os hipotérmicos no interior do grupo e se juntaram, de forma que não houvesse espaço entre eles. Este fato fez com que o instrutor pronunciasse: “Se não resolverem os enigmas do curso, não sobreviverão!”.¹⁹⁷

Segundo a “doutrina” acerca das exigências que fazem parte da exaustiva “semana do inferno”, que em muitas situações possuem mais critérios morais do que concepções técnicas, em momentos que envolvem a presença do frio nas atividades, por exemplo, as situações descritas acima clarificam que a finalidade é fazer com que os alunos aprendam a protegerem-se uns aos outros em uma clara alusão ao ditado de que “a união faz a força”. Eles devem superar valores culturais como o machismo e literalmente têm de saber como trabalhar em equipe para conseguir sair daquela situação adversa, já que “os instrutores costumam dizer que “o inferno é verde, molhado e frio”. Muitos “pedem para sair”, ou seja, pedem desligamento do curso”¹⁹⁸ nessas horas. Outro momento que parece em muito contribuir para o espírito de união que passa a surgir entre os alunos do COEsp é a hora da alimentação, situação na qual todos passam igualmente pela prova de fogo como descrevemos abaixo:

¹⁹⁷ Ibidem, p. 104-105.

¹⁹⁸ Pinheiro Neto (2013, p. 38).

O Coordenador do curso, que chegava ao local, repreendeu o xerife pelo péssimo desempenho do turno naquele dia, e na demora em cumprir as ordens. Reclamando do atraso na instrução, o Coordenador determinou que toda a comida fosse misturada em uma só panela, para ganhar tempo na distribuição da refeição e no seu consumo. Com esta ordem o auxiliar de instrução, responsável pela “linha de servir”, colocou o arroz, a carne ensopada, a farofa e a goiabada, na panela do feijão, misturado tudo com suas próprias mãos. Após preparar a mistura, jogou-a no chão à frente dos alunos. A ordem do coordenador foi clara para o turno: “Comam tudo pois é tudo de vocês e o turno tem cinco minutos pra isto”.¹⁹⁹

Nesse período os alunos são testados até o limite, mesmo porque no COEsp funcionam dois currículos harmonicamente: um de cunho formal, pois no COEsp os alunos têm matérias que ocorrem de acordo com um currículo pré-estabelecido, e outro oculto, que diz respeito aos valores morais que orbitam o grupo de alunos. As avaliações morais pelos instrutores reforçam a vigilância sobre os alunos, especialmente depois das informações iniciais que chegam aos instrutores sobre os participantes do curso, como já mencionado, antes mesmo que eles comecem o COEsp.

Tendo o COEsp do BOPE do Rio de Janeiro como exemplo, no plano formal os alunos têm aulas de “Instrução Tática Individual, Vida na Selva, Operações em Altura, Treinamento Físico Específico, Combate Corpo a Corpo, Técnicas Especiais de Tiro, Combate Policial em Áreas de Alto Risco, Combate em Ambientes Confinados, Resgate de Reféns, Gerenciamento de Crises, Explosivos e Demolições entre outras.”²⁰⁰ Para termos uma ideia de como essas aulas visam obter o limite máximo de cada um, os exemplos abaixo são recortes interessantes da

¹⁹⁹ Storani (2008, p. 99-102).

²⁰⁰ Pinheiro Neto (2013, p. 31).

pedagogia utilizada no COEsp, quando currículo formal e oculto parecem funcionar com o mesmo propósito em contextos diferentes:

O instrutor chamou um dos alunos para se posicionar próximo a ele, determinando que o neófito lhe batesse no rosto, com um golpe de mão aberta. O aluno obedeceu, aplicando o golpe sem muita precisão e força. O instrutor o repreendeu e determinou que repetisse. O neófito, uma vez mais, vacilou no cumprimento da ordem no que, de imediato, o instrutor desferiu um certeiro e forte tapa no rosto do aluno, fazendo sua cabeça se voltar para trás. O aluno, ainda atônito, recebeu novamente a ordem para bater no rosto do instrutor, o que foi realizado da forma determinada (Fato ocorrido no Rio de Janeiro).

Alguns alunos eram molhados e era solicitado por parte da equipe de instrutores que desferissem tapas uns nos outros. Apesar de serem contrários às práticas, as executavam, e não se importavam quando eram alvos da agressão, por saberem da condição que estavam e que a recusa podia implicar em punições à turma (Fato ocorrido no Distrito Federal).²⁰¹

“Ser desligado” do curso por quebrar qualquer uma das regras remete-nos a destacar a existência de um “cemitério” simbólico onde os alunos depositam uma cruz com sua numérica para mostrar que estão mortos no curso, que não conseguiram vencer o desafio. Essa observação é um bom indicativo de como a formação dos caveiras carrega consigo algo de “sagrado”: a vitória sobre a morte materializada na conquista do símbolo da faca na caveira. Tanto que, geralmente, existem nesses cursos uma “Área de Inspeção” próxima à “Área de Cerimonial” na Base de Instrução que serve para os alunos serem literalmente “inspecionados” todos os dias e que é construída em um local oposto ao cemitério criando-se “espaços antagônicos constituído pelo “cemitério dos

²⁰¹ Castro (2011, p. 41).

fracos” e o local de posicionamento da equipe de instrução, os *caveiras*.”²⁰² Oposições simbólicas são nitidamente traçadas nesses posicionamentos como vida e morte, fortes e fracos, limpos e sujos, puros e impuros, sagrado e profano.



FIGURA 16: “Cemitério simbólico” do COEsp de Minas Gerais (2019).
FONTE: <<https://www.youtube.com/watch?v=1JwXLCoZa8c>>.



FIGURA 17: “Cemitério simbólico do XV COEsp do Paraná (2016).
FONTE: <<https://www.youtube.com/watch?v=qiFqx1TPbiY>>.

²⁰² Storani (2008, p. 75).

Cada desistente do curso que tem plantada uma cruz com seu número de identificação é um modo simbólico do clã da caveira expulsar as impurezas que podem lhe contaminar com a fraqueza dos não-capacitados, aqueles sem condições de triunfar até o fim. Conseqüentemente, também não corresponderão ao perfil traçado pelo BOPE do policial preparado para suportar qualquer situação para cumprir a missão que lhe é designada, pois não é à toa que a máxima dos bopeanos consiste em ser dito que “missão dada é missão cumprida”. Um ritual maori, com características próximas, serve-nos de exemplo:

Se o dualismo marca o pensamento inteiro dos homens primitivos, não influencia menos sua atividade religiosa, sua adoração. Esta influência é sentida mais do que em qualquer outro lugar na cerimônia *tira*, que ocorre com freqüência no ritual Maori e serve aos mais diversos fins. O sacerdote faz dois pequenos montes num pedaço de chão sagrado, dos quais um, o masculino, é dedicado ao Céu, enquanto que o outro, o feminino, é dedicado à Terra. Em cada um ele erige um pau: um chamado de “vara da vida” e colocado no leste, é o emblema e o foco da saúde, força e vida; o outro, colocado no oeste, é a “vara da morte” e o emblema e foco de todo o mal. O detalhe dos ritos varia de acordo com o objetivo procurado, mas o tema fundamental é o mesmo: por um lado, repelir para o pólo da mortalidade todas as impurezas e males que penetraram e que ameaçam a comunidade, por outro lado, assegurar, reforçar e atrair para a tribo as influências benéficas que residem no pólo da vida. Ao fim da cerimônia, o sacerdote derruba a vara da Terra, deixando de pé a vara do Céu: é este o buscado triunfo da vida sobre a morte, a expulsão e abolição de todo o mal, do bem-estar da comunidade e da ruína de seus inimigos. Desse modo, a atividade ritual é dirigida por referência a dois pólos opostos, cada qual tendo sua função essencial no culto, e que corresponde

às duas atitudes contrárias e complementares da vida religiosa.²⁰³

Superada a “semana do inferno” tem início a terceira fase, ou “fase técnica”, a qual diz respeito ao momento no qual é repassado quase que em sua totalidade todo o currículo formal do curso. A rotina do curso não sofre alterações, permanecem ocorrendo os cerimoniais comuns de avaliação e inspeção dos alunos quanto ao trato da aparência física e da responsabilidade com os apetrechos e materiais que no curso é obrigatório o uso. Os treinamentos permanecem sem perder o ritmo da carga de exigência, só que os alunos passam a ser “testados no comando de grupos e são obrigados a atingir metas técnicas pré-estabelecidas pela coordenação do curso. Meta não atingida, aluno desligado. O ritual de desligamento se repete como no início. O “cemitério” acompanhará os alunos por todas as fases e bases, até o último dia de treinamento”.²⁰⁴

Finalmente, chegada a quarta e última fase, os alunos terão a possibilidade de colocar em prática o que aprenderam na realidade, pois se trata da fase das “operações”. Vários elementos procedimentais passam a ser cobrados e analisados dos que restaram, que geralmente são poucos, em torno de 10% dos que iniciam nas fases anteriores.²⁰⁵ Passa a estar em jogo o uso disciplinado de todo o aparato técnico apreendido nas aulas, bem como, os valores morais relacionados ao currículo informal como o espírito de companheirismo,

²⁰³ HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: tempo e Presença, n. 6, p. 99-128, 1980, p. 108.

²⁰⁴ Pinheiro Neto (2013, p. 39).

²⁰⁵ Pelo que pesquisamos nos diversos COESPs pelo Brasil, a média inicial de participantes nesses cursos oscila entre 40 e 50 policiais.

segurança pessoal e dos outros membros da patrulha, confiança uns nos outros, espírito de liderança. Podemos dizer que o COEsp tem a intenção de desenvolver competências específicas naqueles que enfrentam os duros e difíceis dias de pouco sono, humilhações físicas e psicológicas, rebaixamento da confiança em si mesmo, prolongados momentos de estresse que, na verdade, é uma anti-estrutura que funciona para valorizar, revigorar e fortalecer, por meio de uma pedagogia do sofrimento, a estrutura já existente, que passa a ganhar novos adeptos com as mesmas características de excelência que o BOPE requer. De forma sumarizada essas competências que o policial do BOPE precisa aprender a desenvolver são: “velocidade de ação, capacidade de coordenação *ad hoc*, alta resolutividade, forte competência para proteção mútua dos membros, baixas taxas de acidentes e perdas em combate, capacidade de atuar em cenários complexos e imprevisíveis”.²⁰⁶

Finalizada a quarta fase do COEsp, os alunos cumprem todos os requisitos exigidos pelo curso e finalmente participam da formatura correspondente ao rito de conclusão, o que equivale a dizer que agora os ex-alunos serão “agregados”²⁰⁷ quando consideramos o COEsp como um todo enquanto um rito de passagem.²⁰⁸ O ciclo se fecha e os novos “caveiras” voltam à normalidade da profissão PM, mas completamente modificados devido à nova socialização pela qual passaram. É na formatura que é oficializada a entrega do brevê, ou melhor, o distintivo que comumente é entregue em qualquer finalização de um curso na área militar, só que nesse caso é o da faca na caveira que é entregue, como prêmio maior pela vitória

²⁰⁶ Zanini; Migueles; Colmerauer (2014, p. 13).

²⁰⁷ Gennep (2011).

²⁰⁸ Idem, 2011; Turner (1974).

alcançada. Abaixo exemplificamos alguns dos símbolos da faca na caveira de algumas Polícias Militares brasileiras.



FIGURA 18: Símbolo da faca na caveira de várias PMs no Brasil.
FONTE: Sites das Polícias Militares.

Mesmo que as árduas experiências compartilhadas pelos poucos que conseguem vencer o COEsp esteja presa a detalhamentos técnicos que colocam em uma linha tênue a vida dos policiais do BOPE quando eles estão em operação real, é o campo simbólico que fala mais alto quando eles passam a fazer do reconhecimento deles mesmos com o símbolo que os identificam uma verdadeira complementaridade existencial, nutrida por respeito e valores de superioridade e distinção

por parte dos que formam o “clã da caveira”. As palavras de um Oficial caveira do BOPE do Rio de Janeiro deixam claro esse fenômeno:

“No meu [curso] eu entrei com determinação e foco, eu não saía (sic) de lá de jeito nenhum, cheguei até queimar boa parte da minha mão, mas não saía (sic) de lá de jeito nenhum. E durante o curso é uma lógica de guerra, instrutores/alunos. Mas é muito interessante ver, por exemplo, a formatura desses cursos e o abraço entre instrutores e formandos, você sai de lá sentindo que faz parte de alguma coisa. Por exemplo, entra (sic) cinco oficiais aqui na minha sala eu vou saudar todos eles, cumprimentar, mas se um deles tiver a caveira no uniforme é diferente eu vou abraçá-lo”.²⁰⁹

Só que, o preço que se paga para se pertencer ao “clã da caveira” nem sempre se traduz em vitória. Não estamos falando daqueles que desistem voluntariamente do curso ou são desligados pelos coordenadores por terem cometido alguma infração contrária às regras. Não são raros no Brasil casos de participantes de Cursos de Operações Especiais que perdem suas vidas. Lembremos que a existência de um totem pode exigir por parte daqueles que o seguem e o protegem um sacrifício de sangue²¹⁰, cuja morte adquire um sentido de purificação do grupo, visto que se fortalece a crença de que nem todos são capazes de pertencer àquele grupo, de serem reconhecidos por aquele totem. Logo, trata-se de um grupo seletivo, diferenciado, e nada mais justo, segundo a crença nativa, do que enfrentar até as últimas consequências, como perder a própria vida, em nome do símbolo totêmico.

Foi o que ocorreu em 2003, quando um sargento da PM de Tocantins de 31 anos morreu devido a um traumatismo

²⁰⁹ Pinheiro Neto (2013, p. 41, grifo do autor).

²¹⁰ Marvin e Ingle (1999).

craniano durante treinamento de operações especiais. Enquanto a PM de Tocantins divulgou em nota oficial à imprensa que o sargento reclamou de fortes dores de cabeça durante o treinamento, o promotor de Justiça responsável pela denúncia do caso revelou que outros participantes do curso denunciaram anonimamente, por medo de represálias, que o teste de resistência do treinamento era receber socos e, assim aconteceu com o sargento, que recebeu pancadas na cabeça por um minuto.²¹¹

Em 2010, um soldado de 28 anos da PM do Rio de Janeiro morreu durante treinamento no Curso de Ações Táticas (CAT) do BOPE, que é um curso mais curto que o COEsp ofertado pelo Batalhão. A morte, provavelmente, foi devido à desidratação que o levou a um quadro de insuficiência renal e crises convulsivas.²¹² Em 2013, na Bahia, quatro PMs passaram mal e dois faleceram após um Teste de Habilidade Específica (THE) para participar do Curso de Operações Policiais Especiais (COPES). O teste caracterizava-se em uma corrida de 10 km e a causa da morte de um dos PMs, um soldado, teria sido também insuficiência renal seguida de uma parada cardiorrespiratória.²¹³

Diante dos casos acima descritos, torna-se fato que, querer participar de um Curso de Operações Especiais ou qualquer outro que apresente características similares em todo o Brasil pode trazer consequências graves para a saúde dos participantes, os quais estão em busca de atributos físicos e morais que poderão torná-los policiais militares distintos

²¹¹ O ESTADÃO. ‘Morre PM que sofreu traumatismo durante treinamentos, (26/01/2003).

²¹² DOMINGO ESPETACULAR. ‘Aluno passa mal e morre durante curso de ações táticas da Polícia Militar’, (14/11/2010).

²¹³ MELO, Ruan. ‘Curso é suspenso após morte de policiais na Bahia; PM divulga fotos’, **Portal G1** (20/12/2013).

em suas Corporações. Quando as consequências chegam ao limite de tirar a vida dos ingressantes especificamente nos Cursos de Operações Especiais, surgem conflitos para uma explicação lógica acerca das causas que ocasionaram as mortes. O nosso objetivo aqui não é especular tais causas, mas no mínimo suscitar reflexões.

De um lado, as Corporações geralmente se posicionam tentando encontrar formas que responsabilizem os próprios policiais pelas consequências funestas do treinamento como acusá-los do uso de substâncias anabolizantes que aumentam a musculatura corporal e a resistência física. De outro lado, a uniformidade nas causas aparentes das mortes como insuficiência renal seguida de parada cardiorrespiratória revela um quadro comum de incidentes graves que ultimamente tem sido respondido pela área médica através da síndrome de rabdomiólise. Em um caso similar que acabou na morte de um recruta do Exército brasileiro de 18 anos, um médico especialista em medicina esportiva explica no que consiste a rabdomiólise, ou seja,

“Para que a rabdomiólise ocorra é preciso que o paciente esteja em um grau extremo de cansaço. Exercícios intensos levam a lesões musculares, tendo relação com temperatura e perda de água. O que ocorre com o paciente é o entupimento dos rins devido a lesão muscular, causando a insuficiência renal aguda. Isso pode ocorrer quando o paciente está vestindo roupas muito apertadas ou utilizando um equipamento que possa prender o fluxo sanguíneo”.²¹⁴

Nesse sentido, para além das explicações médicas, os alunos que participam dos Cursos de Operações Especiais enfrentam e assumem os riscos inerentes ao tipo de formação

²¹⁴ LIMA NETO, João Ferreira. ‘Soldado morreu por excesso de exercícios’. **Diário do Nordeste** (10/09/2015).

que acompanha o treinamento das tropas especiais. Esse voluntarismo em querer passar pelo risco acaba servindo de justificativa para coordenadores e instrutores talvez ocultarem certo grau de culpabilidade nesses processos, pois, como diz um ex-Comandante do BOPE do Rio de Janeiro durante discurso em uma aula inaugural do COEsp: *“Ninguém é bem-vindo. Ninguém os convidou. Vieram sobre suas próprias pernas e são responsáveis por seus próprios atos. Ninguém é obrigado a sofrer humilhações ou sentir dor, frio, fome ou sono. Ninguém é obrigado a ficar. Os covardes nunca tentam, os fracos ficam pelo caminho, somente os fortes e determinados conseguem atingir seus objetivos. Preparam-se!”*.²¹⁵

Nesse caso, se são voluntários, sabem o que encontram no curso, como as cenas de violência física sofrida como mostramos em exemplos anteriores, chegando até mesmo à situação-limite de perda da vida. Mas, envolvidos pela ideologia simbólica do curso, os alunos aceitam participar do jogo com seus riscos, pois querem a obtenção do prêmio final: portar o emblema da caveira ou assim ser reconhecido. “Ter a caveira no uniforme” é o inestimável prêmio obtido pelos componentes do clã da caveira, pois, “concluir o COEsp é estar no topo da hierarquia de valores de um sistema onde prevalece o *ethos* guerreiro. Nas palavras de um ex-aluno do COEsp, “*é ser reconhecido pelos demais, é se tornar referência*”.²¹⁶

“Tornar-se uma referência” e querer “ser reconhecido pelos demais” é fazer passar a operar um mecanismo de regulação social que surge como consequência de processos estruturais que socializam os indivíduos para incorporarem nova identidades, as quais criam, quando em conjunto, hierarquizações sociais dados os capitais simbólicos que entram em

²¹⁵ Storani (2008, p. 75, grifo nosso).

²¹⁶ Pinheiro Neto (2013, p. 32, grifo do autor).

disputa em um campo determinado. Para o clã da caveira, se entendido como qualquer outro campo em que lutas são travadas pelos indivíduos que o constituem, honra, prestígio, reconhecimento e bravura, por exemplo, são elementos que dão forma ao que passamos a chamar de “distinção policial militar”, mas que aqui seja melhor chamarmos de “distinção bopeana”, a qual enseja um “*ethos bopeano*”.²¹⁷

Em outro momento, desenvolvemos estudo sobre a distinção policial militar²¹⁸ relacionando a internalização do “espírito militar” por parte dos PMs e a consequente produção da violência nas ruas por eles por se sentirem distintos, superiores, melhores que as pessoas comuns em sociedade, os paisanos ou civis, que assim são pejorativamente rotulados pelos militares de forma geral.²¹⁹

Sentir-se distinto é o mesmo que reconhecer em si mesmo atributos morais vinculados à posse de elementos materiais e simbólicos relativos à construção de uma autoimagem social que em muito se desenvolve voltada a certo ideal de superioridade. Quando compartilhado por membros de um mesmo grupo, o sentimento de distinção traduz “o carisma grupal distintivo”²²⁰, que faz com que um grupo que se considera superior atribua a si mesmo virtudes não encontradas em um grupo considerado inferior, que passa a ser estigmatizado. Estamos a falar de grupos “estabelecidos” e de grupos “*outsiders*” (os estigmatizados).²²¹ Submeter-se às normas de um grupo estabelecido para se sentir superior é fazer

²¹⁷ Pereira (2019).

²¹⁸ França (2018).

²¹⁹ Castro (2004).

²²⁰ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 19.

²²¹ Idem, 2000.

com que cada membro do grupo exerça individualmente sobre si um controle efetivo dos afetos e pulsões. Gera-se, assim, a coesão grupal ao mesmo tempo em que se fortalece a ojeriza pelo contato com algum membro *outsider*.

Nessas condições, a distinção se caracteriza como “certa qualidade, mais frequentemente considerada como inata, de porte e de maneiras, é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades”.²²² No tocante aos policiais militares, a distinção funciona de modo que eles “distinguem e agrupam os agentes que mais se pareçam entre si e que sejam tão diferentes quanto possível dos integrantes de outras classes, vizinhas ou distantes”.²²³ Acerca do fenômeno da distinção nas PMs brasileiras, os estilos de vida dos policiais devem ser analisados a partir da inter-relação estabelecida com a construção de identidades profissionais. Nesse ponto, desdobra-se uma socialização moldada por técnicas específicas²²⁴ que passa a conformar a estrutura social própria aos policiais militares. Tal socialização condiciona uma trajetória profissional particular a cada um, mas voltada à crença de que deve haver uma oposição com o meio social vivenciado pelos outros, os civis.²²⁵ Tem-se, por esse olhar, que o “ser militar” enceta um modo específico de relações que determina atitudes corporais e morais baseadas em uma visão de mundo que consolida a crença em qualificativos que fortalecem a identidade profissional. Ocorre que a dimensão

²²² BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011, p. 18, grifos do autor.

²²³ Ibidem, p. 24.

²²⁴ Foucault (1987).

²²⁵ SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado**: Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

pessoal passa a se confundir com o mundo social incorporado, transformando a autonomia de quem ingressa no mundo militar em uma “subjetividade militar”.²²⁶

Os processos de distinção, no caso dos PMs, também são nutridos por um ideal de masculinidade próprio da cultura machista que se traduz por uma “matriz de masculinidade”.²²⁷ Essa característica apenas reafirma a ideia de que exércitos e polícias usam de elementos como a força e a violência para incutir o papel de virilidade aos rapazes que incorporam nessas instituições, o que acaba por fortalecer a ideologia dominadora dos homens.²²⁸²²⁹ Com a chegada das mulheres nas polícias militares, elas também passaram a reproduzir a ideologia da masculinidade para serem aceitas pelos homens, bem como a legitimar a violência como recurso apreendido a partir da formação pautada nos ritos de militarização.²³⁰ No conjunto, a disciplina militar e o ideal de masculinidade naturalizam o uso da violência e sua posse, ao

²²⁶ CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UFRS, Porto Alegre, 2003; ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. ‘Corpo e alma’ nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **RAC**, nº 2, art. 1, p. 194-211, 2010.

²²⁷ LEÓN, Adriano de. Bola no pé e caneta na mão: futebol e direito em busca do falo perdido. **Revista política e trabalho**, edição 27-30, p. 217-228, 2009.

²²⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002; FALCONNET, Georges e LEFAUCHEUR, Nadine. **A fabricação dos machos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

²²⁹ Não traçaremos um recorte de gênero acerca da presença ou não de mulheres no BOPE dos vários Estados porque, segundo nossa perspectiva, merece um empreendimento à parte pela densidade do problema, mas indicamos os trabalhos de Francisco (2013) e Pereira (2019) cujas referências se encontram ao final desta obra e ambos tratam do assunto.

²³⁰ Calazans (2003).

mesmo tempo em que o gosto por objetos como a própria farda, os vários tipos de armamento, os coturnos, facas, lanternas, cantis, cintos de guarnição para portar as armas, os coletes à prova de bala, o vocabulário castrense, as expressões viris são provas de como a distinção policial militar opera e pode ser observada.

Para os PMs, ser um policial se torna, portanto, agir em conformidade com o orgulho pessoal de usar a farda e de participar de uma instituição na qual todos também sentem a força de que “a camaradagem estrita e a solidariedade fraterna são ensinadas nos quartéis, objeto de regulamentação disciplinar e reforçadas nas ruas”.²³¹ Como exemplo, em um estudo sobre a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, percebe-se que o corporativismo entre os policiais militares gaúchos pode ser compreendido pela fala de um PM quando ele diz que: “Nós somos como uma família. Fez para um, é como se tivesse feito para todos”.²³² Em outro exemplo, a fala de outro PM também se destaca para enaltecer o corporativismo institucional: “Nós somos irmãos de farda. Temos que estar prontos para ajudar o outro. Tem que ter espírito de corpo, tem que dar apoio à pessoa que está com problema”.²³³ Como visto nas falas dos policiais, a ideia de corporativismo nas PMs se traduz na crença de que existe entre os profissionais policiais

²³¹ MUNIZ, Jaqueline. **‘Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser’**: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - PPG Ciência Política, IUPERJ, 1999, p. 98.

²³² NUMMER, Fernanda Valli. **“Ser brigadiano” ou “trabalhar na brigada”**: estilos de vida entre soldados da Brigada Militar. 2010. 260f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 199.

²³³ BRITO, Mozar José de e PEREIRA, Valéria da Glória. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 4, p. 138-165, 1996, p. 158.

militares um “espírito de corpo”, ou melhor, um vínculo de solidariedade forjado culturalmente pelo exercício da profissão.

Percebemos que descrever o espírito de corpo entre os policiais militares é falar, em certo sentido, de um atributo moral que é compartilhado por todos na instituição PM, o qual adquire um senso prático que externaliza uma crença coletiva, mas que deve ser seguida por cada policial militar em particular. Se a disciplina como técnica, contida nos regulamentos policiais militares e executada na prática sob diversos enfoques, é o que garante a interiorização do orgulho coletivo inerente aos PMs, estamos a destacar que existe uma honra policial militar que consolida a distinção policial militar, ou melhor, uma “honra disciplinar”.

Entendemos por honra o sentimento subjetivo de cunho moral que, quando em contato com a realidade gera o reconhecimento público pela sociedade das aspirações individuais em forma de prestígio ou reputação.²³⁴ Nesses termos, a honra se configura com base em modelos hierarquizados, pois ela só pode ser conquistada de acordo com a observância de comportamentos que se coadunem, por exemplo, segundo o status de quem a possui. A honra policial militar se constrói a partir da chegada de um novo integrante nos cursos de formação policial militar, não importa se no nível das Praças ou dos Oficiais. Estaríamos a tratar, nesse sentido, de um fenômeno que, por ser fortalecido por prescrições regulamentares acaba por se caracterizar como um dos principais fatores de distinção nas ruas entre policiais militares e paisanos. E para que o policial militar exerça atributos distintivos que o diferencie e o enalteça perante o público interno e, especialmente,

²³⁴ PITT-RIVERS, Julian. “A doença da honra”. Em: CZECHOWSKY, Nicole (Org.). **A honra: Imagem de si ou o dom de si – Um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&M, 1992.

externo, “parece ser preciso se manter vigilante em uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre ‘honrar a farda’ ‘em cada ação realizada’, ‘em cada ideal alcançado’, ‘em cada exemplo deixado’”.²³⁵

A honra policial militar nos leva a observar que existem regulamentações formais que, aliadas a condições simbólicas próprias à instituição PM, como os diversos ritos que sustentam sua cultura e elementos distintivos como o fardamento, concretizam um fenômeno que passa a ser interiorizado por cada membro, criando uma rede de coerções mútuas. Essa rede funciona nas cobranças formais e informais entre os diversos segmentos hierárquicos, como entre os próprios pares de mesmo posto ou graduação, criando um controle social recíproco entre todos, de modo que os desvios e erros de comportamento passam a atingir o “pundonor policial militar”, ou melhor, a honra ou dignidade do grupo.

A honra também opera como fator articulador de manutenção do status de cada membro da corporação, que evita a reprovação alheia – dos demais companheiros de farda, não importa se subordinados, pares ou superiores – para manter o orgulho de pertencer àqueles que honram a farda que vestem e, ao mesmo tempo, de manter a distinção perante o público externo – com o diferencial de também evitarem-se as diversas punições com força de lei e que perseguem a todo instante os PMs. Por esse mote, os policiais militares, “durante a maior parte de suas vidas na atividade, vestem as fardas, portam as armas e usam os distintivos de suas corporações, estando neles expressa a dignidade autoproclamada do grupo”.²³⁶

²³⁵ Muniz (1999, p. 100).

²³⁶ Sá (2002, p. 67).

Não poderia ser diferente com os policiais caveiras do BOPE. No caso deles, existe até mesmo uma sobreposição identitária, já que o novo *habitus* adquirido pela passagem no COEsp cria uma nova forma de distinção diferenciando-os agora dos próprios policiais militares que passam a ser considerados comuns ou convencionais, visto não serem “caveiras”. Em todo o Brasil, no contato direto com policiais de tropas especiais²³⁷, é fácil verificarmos como eles se autodenominam de “caveiras” e utilizam também tal referência para tratarem-se uns aos outros. É recorrente a forma como os policiais caveiras reportam-se distintivamente aos outros policiais militares denominando-os como PMs da “tropa comum” ou de “convencionais”. No filme *Tropa de elite I*, em um dos trechos da narrativa feita ao longo da película pelo protagonista, o capitão Nascimento, ele define bem o sentido da distinção entre os especiais e os convencionais:

“Os policiais convencionais não são treinados pra guerra. Eu não sou um policial convencional. Eu sou do BOPE, da tropa de elite da Polícia Militar. Na teoria, a gente faz parte da Polícia Militar. Na prática o BOPE é outra polícia. Nosso símbolo mostra o que acontece quando a gente entra na favela e a nossa farda não é azul²³⁸, é preta. O BOPE foi criado pra intervir quando a polícia convencional não consegue dar jeito”.²³⁹

Essa construção da distinção entre especiais e convencionais começa a ser operada desde os momentos iniciais do

²³⁷ Castro (2011).

²³⁸ Cor da farda dos policiais militares considerados “convencionais” no Rio de Janeiro.

²³⁹ **TROPA de Elite**. Produção de José Padilha. Rio de Janeiro: Zanzen Produções, 2007. 1 DVD (113 minutos): DVD, NTSC, son., col., com narrativas. Port.

curso, quando começam a acontecer os primeiros pedidos de desistência por parte dos candidatos ao COEsp ou qualquer outro curso similar. As palavras de um instrutor ao se reportar aos candidatos de uma edição do COEsp do BOPE no Rio de Janeiro durante a atividade de flutuação em uma piscina são esclarecedoras: *“Senhores! Vamos acabar com esse sofrimento. Qual a razão para tanta dor? Tudo isso por causa de um pedaço de metal com uma caveira [referência ao brevê metálico de Operações Especiais]? Voltem para as suas unidades de **convencionais** e nos deixem continuar nossa guerra, há muito que fazer. Não nos façam perder tempo!”*²⁴⁰ Vê-se que, o sentimento que é manifestado para provocar os candidatos que estão passando por uma situação de grande dificuldade na atividade não é, por exemplo, o de deixar claro que eles perderão a chance de aprender a realizar uma incursão operacional com mais técnica e agilidade se entrarem para o BOPE. Ao invés disso, se enaltece a perda pelo símbolo da caveira não alcançado, com o acréscimo do retorno ao local de trabalho de origem na PM onde se encontram os convencionais, vistos de forma inferior.

Na verdade, tanto os membros do BOPE como os outros policiais considerados comuns ou convencionais fazem parte de uma mesma instituição: a Polícia Militar. Não é o fato dos membros do BOPE terem participado de um curso que os habilitaram a realizar atividades operacionais específicas que os colocarão em um lugar diferenciado na hierarquia PM. Tudo permanece como antes. Ninguém deixará de ser tenente, sargento ou cabo porque participou do COEsp. No entanto, como vimos, são as características do COEsp e seus modos de socialização que nutrem o sentido da “distinção bopeana”, que passará a ser reforçada cotidianamente depois

²⁴⁰ Storani (2008, p. 65, grifo nosso).

que os caveiras passam a trabalhar no BOPE colocando em prática as técnicas e conhecimentos apreendidos no curso de formação. Como uma cultura organizacional à parte e específica, constrói-se uma idealização a partir das experiências, crenças, valores e sentimentos compartilhados iniciados no curso, cuja dor²⁴¹ nos treinamentos opera criando um pacto de união, que só os que passaram pela experiência podem compreender. Em contrapartida, “a dificuldade em suportar o treinamento do BOPE e o companheirismo entre os componentes do grupo acentuam essa visão de diferenciação”²⁴² em relação aos demais policiais.

Essa apreciação nos faz perceber que estamos em um plano no qual a dimensão simbólica adquire centralidade nesse debate, e logo revela que novas identidades passam a ser constituídas por meio de um processo de configuração que coloca bopeanos e convencionais em lados opostos, até porque “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença”.²⁴³ Isso significa dizer que, como já destacamos anteriormente, na relação entre “nós” e “eles” surgem processos de distinção, mas que só passam a existir porque uma relação dialética se estabelece quando um grupo só se afirma pela negação do outro, inferiorizando-o. E na relação entre bopeanos e convencionais possuir a prerrogativa de usar o símbolo da faca na caveira

²⁴¹ Castro (2011).

²⁴² Pacheco (2014, p. 71).

²⁴³ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 40, grifos da autora.

parece-nos ser o principal elemento balizador nessa distinção, o que nos leva a retomar a perspectiva durkheimiana quando consideramos que o símbolo da faca na caveira possui algo de sagrado, carregando consigo a força da coletividade ao mesmo tempo em que possibilita a gênese de processos classificatórios:

Utilizando a religião como um modelo de como os processos simbólicos funcionam, ele (Durkheim) mostrou que as relações sociais são produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos, os quais classificam as coisas em dois grupos: as sagradas e as profanas. Não existe nada inerentemente ou essencialmente “sagrado” nas coisas. Os artefatos e ideias são sagrados apenas porque são simbolizados e representados como tais. Ele sugeriu que as representações que se encontram nas religiões “primitivas” – tais como os fetiches, as máscaras, os objetos rituais e os totêmicos – eram considerados sagrados porque corporificavam as normas e os valores da sociedade, contribuindo, assim, para unificá-la culturalmente. Segundo Durkheim, se quisermos compreender os significados partilhados que caracterizam os diferentes aspectos da vida social, temos que examinar como eles são classificados simbolicamente. Assim, o pão que é comido em casa é visto simplesmente como um elemento da vida cotidiana, mas, quando especialmente preparado e partido na mesa da comunhão, torna-se sagrado, podendo simbolizar o corpo de Cristo. A vida social em geral, argumentava Durkheim, é estruturada por essas tensões entre o sagrado e o profano e é por meio de rituais como, por exemplo, as reuniões coletivas dos movimentos religiosos ou as refeições em comum, que o sentido é produzido. É nesses momentos que ideias e valores são cognitivamente apropriados pelos indivíduos.²⁴⁴

²⁴⁴ Woodward (2013, p. 41).

A longa transcrição nos deixa claro que, é nos rituais que o sentimento de pertencimento grupal e, ao mesmo tempo de rechaço a quem não fez parte desse encontro em busca do sentido sagrado do grupo adquire força existencial a partir de “ideias” e “valores” que os indivíduos passam a adotar para si mesmos, cujas origens são de ordem coletiva. Cerimônias como a hora da refeição no COEsp, como vimos, é um forte indicativo desse fenômeno, e o símbolo da faca na caveira, certamente, torna-se o ponto máximo de crença na distinção porque foi para obtê-lo que sacrifícios foram feitos.

Assim como o símbolo da faca na caveira a farda preta do BOPE²⁴⁵ também é um demarcador da distinção bopeana. Em conjunto, “o árduo treinamento que discursivamente prova o caráter do policial e o torna o rápido, poderoso e eficaz em combate também dignifica o uso da referida indumentária e o ato de ostentar o brasão da caveira”.²⁴⁶ Ainda mais, como símbolos de orgulho para os policiais do BOPE, o treinamento, a farda e especialmente a faca na caveira “os distingue dos demais, os diferencia, posto que apenas eles têm a honra de usá-los. Mais ainda, qualquer um, policial ou não, que perceba tais símbolos, imediatamente identifica quem os usa como membros da famosa tropa de elite, não como ‘policiais militares comuns’”.²⁴⁷ As palavras de alguns PMs do BOPE de Santa Catarina entrevistados em um estudo sobre o mandato policial dessa tropa especial reforçam nossa compreensão:

“A farda é como se fosse um troféu. Pra conseguir este troféu tem de vencer um desafio, que são os dias do curso. Fico chateado às vezes que muitos que não são de operações

²⁴⁵ Gomes (2010); Pacheco (2014).

²⁴⁶ Pacheco (2014, p. 72).

²⁴⁷ Ibidem, p. 72.

especiais usam esses símbolos. Passamos por tanto sacrifício pra conquistar e pra mim este treinamento, tanto da parte física como mental e moral, serve de medida pra provar a diferença dos que não fizeram”.²⁴⁸

Vitória. Vitória sobre a morte, sobre o mal, sobre a criminalidade. Associo com honra, lealdade, honestidade. Esse símbolo é universal. Tem de ser respeitado. Não é pra assustar; é pra ser respeitado. Esse profissional que conquistou esse mérito (**ter uma caveira no peito, no braço...uma marca que vou levar pra sempre!**), tem muito conhecimento, passou por muita coisa. Então tem de ser respeitado. Vou passar pra minha filha muita coisa que aprendi: a questão de ética, profissionalismo, sobrevivência, respeitar o companheiro. Hoje em dia a gente fala em sobrevivência, sobre aquele profissional que sai pra rua a serviço, na hora o que tiver de acontecer...tem todo tipo de ocorrência. Se tiver muito perigo tem de entender que ele é um ser humano, como qualquer outra pessoa...tem toda uma história. Então um BOPE hoje, como batalhão, como uma instituição dentro de outra instituição...espero que venha mais profissionais pra cá e sejam dignos de uma farda preta. Não é questão de vaidade, não, mas não pode simplesmente ir lá e comprar uma farda preta. Só um policial de operações especiais que podia usar essa farda. Então, pra eu usar essa farda, precisei suar. Pra vestir essa camisa, deixei minha família de lado, muita coisa de lado. Então, se essa pessoa vier pra usar a farda preta, que ela honre e respeite isso. Seria engraçado se eu pensasse diferente, né?²⁴⁹

Em acréscimo, colocadas as principais características que demonstram a existência da “distinção bopeana”, ou seja, possuir o direito de usar o símbolo da faca na caveira, bem como, a farda preta, o que deve ser esclarecido é que o essencialismo por trás da “mística” de uma tropa forjada

²⁴⁸ Gomes (2010, p. 264).

²⁴⁹ Ibidem, p. 232, grifo nosso.

moralmente para ser incorruptível e que se comporta de acordo com valores considerados superiores em relação aos demais policiais militares torna-se um discurso que fortalece certa estigmatização da instituição PM como um todo. Podemos assegurar que essa “mística” de uma tropa que se considerada moralmente superior pode ser encontrada em qualquer uma das tropas especiais no Brasil, mas, ao final, o BOPE não deixa de ser apenas uma parte da Polícia Militar.

Por mais que os erros apontados pela sociedade como um todo acerca das PMs não se apliquem em certa medida ao BOPE e sim aos policiais considerados convencionais, “considerar o policial que não é do BOPE automaticamente como corrupto, fraco e passivo é incorrer numa generalização grosseira e alienada da difícil realidade desses homens e mulheres que enfrentam situações de tensão quase diariamente e têm missão igualmente complexa”.²⁵⁰ Ainda mais, “há de se considerar também que o BOPE não é sempre bem-visto, posto que sua eficácia em combate caminha de mãos dadas com a brutalidade e acusações de tortura, o que não é concebido como um exemplo de polícia a ser aplicado num modelo democrático”.²⁵¹

Assim, a idealização por parte dos integrantes do BOPE acerca de seus próprios valores demonstra uma dimensão ambígua dessas tropas. Nessa conjuntura, as realizações e consequências que surgem a partir das identidades forjadas simbolicamente dos integrantes das forças especiais e também, em certo sentido, das tropas especializadas, nos leva ao encontro de um dos principais capitais simbólicos adquiridos com a passagem pelo COESP e com a relação que se estabelece com o símbolo da faca na caveira: o *ethos* guerreiro. Não por

²⁵⁰ Pacheco (2014, p. 73).

²⁵¹ Pacheco (2014, p. 74).

acaso, os “caveiras” afirmarem que eles são a última “*ratio*”, ou melhor, o último recurso a ser empregado quando não existem mais formas de resolver determinado conflito como uma situação com refém ou uma favela que precisa ser invadida através do confronto com o poderio bélico dos traficantes.

Nessa relação dos integrantes do BOPE com a demonstração de um *ethos* guerreiro uma observação deve ser levantada. Como vimos até aqui, se a força do “eu coletivo”²⁵² representado materialmente pelo símbolo da faca na caveira é o que nutre a crença, sentimentos e ações dos bopeanos fazendo-os enxergarem o mundo que os circunda a partir da classificação de pessoas e outros elementos de forma dual como se fossem sagradas ou profanas²⁵³, logo, a mística do símbolo em significar a “vitória sobre a morte” apresenta certa fragilidade, porque a faca na caveira representa também ao mesmo tempo a vida e a morte, o justo e o injusto, o bem e o mal, o puro e o impuro, a vitória e a derrota.

Todas essas representações passam a ser operadas conjuntamente pelos bopeanos todas as vezes que eles entram em ação colocando o *ethos* guerreiro em prática. Por certa romantização e idealização da figura desse policial diferenciado, reconhecido por sua capacidade técnica e operacional, geralmente as consequências negativas das operações tendem a ser racionalizadas em nome da perspectiva ideológica de que a atuação é para combater o mal, simbolizado pelos criminosos, bandidos, vagabundos e traficantes de droga.

Destacar o lado sagrado dos policiais caveiras tem se tornado uma retórica até mesmo em produções

²⁵² Storani (2008).

²⁵³ Durkheim (2008).

acadêmicas²⁵⁴ realizadas por ex-caveiras do BOPE e pesquisadores civis, nas quais a medida de análise reside no desempenho dos integrantes do Batalhão referenciado pela excelência para o combate urbano devido às características desenvolvidas a partir do COEsp como liderança, confiança, lealdade, respeito, coragem, trabalho em equipe, tomada de decisão descentralizada, entre outras. O lado profano não é observado, o que oculta o fato de que os bopeanos também podem praticar violência ilegítima, o que mostra que eles, dependendo da perspectiva adotada, na verdade ressuscitam a caveira e sua representação de morte e mergulham nesse papel.

A metáfora contida no filme *Tropa de elite I*, especialmente nas figuras dos personagens capitão Nascimento e do aspirante André é prova cabal de como a força de um símbolo age motivando comportamentos de forma dual. Nesse caso, a transformação ao longo da trama do segundo personagem que, ao perder o amigo assassinado por traficantes faz de tudo para matar o responsável, inclusive várias situações de tortura para descobrir informações sobre o paradeiro do “chefe do morro”, fica clara ao mostrar que quando em proveito próprio, a morte pode ser usada na quebra dos mandamentos do grupo. “Agressividade controlada” e “controle emocional” como dois dos mandamentos do BOPE²⁵⁵ tornam-se retórica quando algum integrante passa a usar de forma naturalizada o lado profano do grupo, sustentado pela crença de que é um “caveira”.

²⁵⁴ Ver Pinheiro Neto (2013); Zanini; Migueles e Colmerauer (2014).

²⁵⁵ Os onze mandamentos adotados pelo BOPE e pelas operações especiais de modo geral são: Agressividade controlada, controle emocional, disciplina consciente, espírito de corpo, flexibilidade, honestidade, iniciativa, lealdade, liderança, perseverança e versatilidade. Ver Betini e Tomazi (2010).

E mesmo que o filme *Tropa de elite* seja uma ficção, o choque que causou em toda a sociedade pelo nível de realidade apresentado se explica exatamente por ter sido baseado no livro *Elite da tropa*, escrito por um cientista político e dois ex-caveiras do BOPE, além do que, o roteiro do filme ainda contou com a consultoria de outro ex-caveira.²⁵⁶ Em entrevista para uma rede de televisão aberta, o hoje coronel Amêndola, fundador do BOPE do Rio de Janeiro, ao ver cenas do filme, confirma que a ficção retrata a realidade, mas também racionaliza o sentido dado à preparação dos homens do BOPE por meio de uma pedagogia violenta: *“Todo curso tem isso, mas é obrigatório pra que ele passe o pior que puder passar no curso para demonstrar que tem reais condições de se formar naquele curso e aí sim é garantido para aquela tropa de elite que aquele homem está capacitado a enfrentar qualquer tipo de missão, a mais difícil que tiver, o delinquente mais perigoso que tiver e vencer aquela missão”*.²⁵⁷

Se refrões como “Tropa de elite, osso duro de roer. Pega um pega geral, e também vai pegar você”²⁵⁸ não deve nos incomodar, já que claramente indica uma relação de ameaça, violência e medo, então parece haver algo de errado nos objetivos desses grupos que ao invés de proteção social parecem alimentar a própria lógica de existência deles mesmos nutridos pelo desejo de obter status, honra e certo poder de autoridade imposta pelo medo. Falas de moradores de comunidades do Rio de Janeiro em entrevista revelam o medo quando

²⁵⁶ Trata-se de Paulo Storani, que escreveu sua Dissertação de Mestrado em Antropologia exatamente sobre os ritos de passagem no COEsp. Ver Storani (2018).

²⁵⁷ DOMINGO ESPETACULAR. ‘Aluno passa mal e morre durante curso de ações táticas da Polícia Militar’, (14/11/2010).

²⁵⁸ Trecho da música *Tropa de elite* da banda Tihuana, que foi tema do filme de nome homônimo. Ver TIHUANA. *Tropa de elite* [2007].

da chegada de policiais do BOPE no “caveirão” (o veículo blindado utilizado para incursões nas favelas) ou das formas de agir dos “policiais caveiras”:

“Aqui é assim, tiro todo dia. Violência. O Caveirão²⁵⁹. O Caveirão é o símbolo, o símbolo da temeridade. Quando ele chega, todo mundo se apavora porque, segundo as crianças, eles falam coisas horríveis independente de quem é. Se é bandido, se é morador da comunidade, não importa. Dizem **“vou te pegar, vou te matar, vou sugar a tua alma”**. As crianças têm pavor do Caveirão. Como se fosse um ser de outro mundo, quando falam “o Caveirão chegou”, é o fim do mundo, entram em pânico. E as mães, quando ouvem falar que chegou o Caveirão na comunidade, vêm correndo, entram nas salas para levar as crianças, em pânico” (Professora do ensino público).²⁶⁰

“O Bope faz coisas horríveis. No lugar onde moro eles arrombam as casas, botam abaixo as portas e vão entrando. Se tiver homem lá dentro, matam. Graças a Deus, nunca pegaram meu marido dentro de casa, porque se pegarem homem dentro de casa, matam. Não querem nem saber quem é. Matam direto. Mulher e criança, eles batem, eles xingam, eles falam palavrões, e às vezes violam e matam. Não têm respeito nenhum. Houve um caso com uma amiga minha. **Ela estava com uma blusa preta e eles arrancaram a blusa dela e bateram muito nela. Disseram que não pode usar preto porque preto é deles. Só deles.** Deixaram a mulher só de sutiã. Ela ficou calada. Quero ver se vierem aqui, eu vou usar uma blusa preta e não vou ficar calada, porque acho um absurdo, o maior abuso! Agora nós temos que ter roupa da cor

²⁵⁹ Veículo blindado utilizado pelo BOPE para fazer incursões nas favelas. De imediato vê-se como o nome do veículo também segue a lógica de identificação com o símbolo da caveira.

²⁶⁰ ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 70.

que eles querem para poder usar! Dentro de nossa própria casa!” (Moradora do Complexo do Alemão).²⁶¹

“A Força Nacional de Segurança Pública nunca entrou (na Comunidade). Ela ficou somente no entorno, cercando. Lá dentro somente o Bope. A Polícia Militar tinha um posto lá em cima que não tem mais. Eles invadiram uma casa lá em cima, **colocaram a bandeira preta do Bope**. A família teve de sair correndo, largou tudo. O Bope botou a polícia para correr também. Não tem mais o posto em cima porque o Bope tirou a polícia de lá. **Eles dizem que a PM é corrupta e que eles não são e têm de tomar o pedaço**” (Moradora do Complexo do Alemão).²⁶²

“Um policial militar que consegue acertar a cabeça de uma pessoa de dentro de um Caveirão a oitenta metros não é um policial mal preparado. Pode ser mal preparado de caráter, de formação, mas **tecnicamente nosso policial é ótimo. Eles mesmos dizem que o Bope é uma das polícias mais preparadas do mundo**. E acreditamos nisso porque vemos os resultados efetivos dentro da favela, onde eles atuam” (Morador da Favela do Acari).²⁶³

Certamente, se adotássemos um discurso protecionista, poderíamos desacreditar as falas dos moradores de comunidades do Rio de Janeiro, mas o interessante a se notar é como as narrativas incidem exatamente sobre os elementos simbólicos que são defendidos pelos integrantes do BOPE como a farda preta, o autorreconhecimento como a melhor tropa de combate urbano do mundo, e a naturalização de expressões de morte típicas do período de formação no COEsp como nas canções entoadas para despertar a vibração da tropa. O fato de pessoas comuns perceberem essas condições

²⁶¹ Ibidem, p. 90, grifo nosso.

²⁶² Ibidem, p. 99, grifo nosso.

²⁶³ Ibidem, p. 165, grifo nosso.

culturais não de forma analítica, mas como situações corriqueiras da vida comum, só fortalece o argumento de como o *ethos* guerreiro do BOPE está atrelado diretamente à crença coletiva de seus membros nos símbolos que os constituem, pois, como se percebe em uma passagem da obra *Elite da tropa*, escrita dentre os autores por dois ex-caveiras do BOPE: “não é fácil ingressar no BOPE. Não é para qualquer um. Temos um puta orgulho do uniforme preto e do nosso símbolo: a faca cravada na caveira. Os marginais tremem diante de nós [...] com os marginais, não tem apelação”.²⁶⁴

Por outro lado temos de reconhecer que, em relação ao papel para o qual são designados, os homens de preto do BOPE se doam para fazerem o melhor e merecem certo reconhecimento por isso, mas precisam aprender a questionar qual público eles impressionam assim como devem estar preparados para questionamentos sociais como quando as pessoas se assustam com o símbolo da faca na caveira. O sentido e o sentimento despertados pela insígnia só os bopeanos podem entender, mas enquanto clientes é a sociedade que tem o direito de questionar o serviço que está sendo oferecido a ela, e segurança não se faz com medo, mas com cooperação.

Diante da complexidade que envolve a batalha entre policiais e, especialmente traficantes no Rio de Janeiro, que acaba servindo de referência para entendermos as justificativas por parte do Estado para a utilização das tropas especiais nas favelas, certamente não deve ser fácil para homens que colocam suas vidas em risco em nome de certa idealização de manter a sociedade segura e a ordem estabelecida. Independentemente dos motivos, ao longo dos anos, policiais das tropas especiais também têm perdido suas vidas em operações

²⁶⁴SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 26.

de risco e se eles são julgados pelos erros que cometem em muitas dessas situações, temos de lembrar também que a noção de democracia só se sustenta pela existência de um aparato que represente a força física legítima por parte do Estado. Pode ser difícil se expressar nesses termos, mas diante da complexa estrutura social que atingimos para convivermos uns com os outros, que parece ser um modelo que dificilmente perderá força, visto ser nutrido por relações de poder e dominação bem mais complexas do que a própria existência da organização social, parece-nos que homens como os das tropas especiais acabam tendo de realizar ações que pessoas comuns jamais farão. E o dilema se estabelece porque, é como se ficássemos em uma linha tênue entre a “cruz e a espada”, já que é preciso que soluções sejam encontradas para os problemas de Segurança Pública ao mesmo tempo em que essas soluções, quando deflagram situações de uma guerra urbana entre policiais e traficantes, por exemplo, geram vítimas especialmente entre moradores pauperizados de regiões com as piores condições de vida que possamos imaginar.

Outro ponto a ser ressaltado é a generalização em relação aos problemas que podem surgir quando homens passam a agir impelidos pela força de elementos simbólicos na produção de violência. Assim como os “caveiras” estigmatizam os PMs considerados convencionais, seria um desrespeito apontar, a partir dos erros cometidos, que policiais dos BOPEs espalhados por todo o Brasil agem naturalizando a tortura e a morte de forma irracional e emotiva, assim como constatamos no filme *Tropa de elite*. Generalizações são sempre difíceis de serem feitas, mas é assim que a ciência se porta diante de resultados alcançados com base em amostragens de pesquisa. De todo modo, as reflexões apontadas devem servir para repensarmos práticas e evitarmos que os erros ocorram mesmo que nunca tenham acontecido, em um estado de

vigília que não deve eximir certa crítica aos “homens de preto”, pois, como homens, eles também são passíveis de falhas e precisam aprender a neutralizar o estado emotivo quando críticas são suscitadas.

Por fim, as palavras do capitão Nascimento da vida “real”, o ex-capitão do BOPE e ex-policia militar Rodrigo Pimentel, um dos autores do livro *Elite da tropa*, do qual foi extraído o roteiro para o filme baseado em eventos reais, torna-se a nossa referência para o epílogo desta obra. Na verdade não se trata de um fechamento, pelo contrário, se trata de uma reflexão em aberto que talvez seja uma forma prática de darmos sentido a uma desconstrução que caminha inversamente aos fenômenos que apontamos analiticamente nas páginas escritas até aqui. Para tanto, recolhemos trechos de entrevista realizada com Rodrigo Pimentel em 2007, quando ainda era capitão da PM e membro do BOPE, e outra anos depois quando ele reflete sobre sua saída da Corporação policia militar e do BOPE:

Entrevista de 1997²⁶⁵:

*“Eu sempre quis ser militar, talvez desde seis, sete anos de idade que a gente fala quer ser polícia depois a gente muda de ideia. Eu nunca mudei de ideia. Fui mantendo essa ideia na cabeça, e gosto muito do que faço, apesar de não ganhar um salário como gostaria. Já que eu estou polícia queria estar onde estão os melhores da polícia. Eu queria estar com o pessoal mais profissional, na melhor unidade, com o melhor armamento. Aqui no BOPE nós dispomos de um armamento um pouco melhor do que o das **unidades convencionais** e eu queria*

²⁶⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F_VWVvk-DaAXc>.

realmente ter uma ação, eu queria participar de uma ação. Acabei que não participei de uma, participei de centenas. Mas eu queria ter a oportunidade de participar de uma ação real, talvez nas Forças armadas eu não tivesse essa oportunidade.

*Eu estou participando de uma guerra. Acontece que eu tô voltando pra casa todo dia. É a única diferença. Nossa guerra é diariamente nesses morros do Rio. Esse mês no Batalhão de Operações Especiais nós tivemos quatro policiais feridos à bala. Então, eu tenho consciência que estou participando de uma guerra. Eu poderia dizer que de seis meses pra cá cem por cento de nossas missões foram em favelas. Com exceção de uma ocorrência no estabelecimento prisional com refém. Às vezes eu chego aqui de manhã, **eu boto essa farda, eu tô me sentindo invencível, dá vontade de ir pro morro e tudo mais.** De vez em quando eu chego aqui de manhã e me dá uma sensação de medo. Sabe por quê? Escurece, então eu vejo uma troca de tiro intensa na favela a gente sabe que daqui a pouco vai ser acionado pra ir pra lá. Então já dá uma sensação de medo.*

*Prazer eu não sinto não, dá uma adrenalina ela vai toda no sangue, mas prazer não sente. Sente uma sensação boa, uma vontade de tá ali, mas prazer é difícil. Quando mata a sensação é só de dever cumprido, dizer que cheguei em casa eu não dormi, eu vou tá mentindo. Mas logicamente sem sadismo. É porque houve realmente a necessidade. **Nós trabalhamos com uma farda preta, que é diferente de toda a polícia.** A polícia trabalha com uma farda cinza, então muitas vezes a gente já chegou no morro e já escutou eles (os traficantes) berrando com os outros: **“São os homens de preto, são os homens da caveira!”**. O ímpeto deles até reduz. Se fosse uma unidade convencional talvez eles até atirassem mais na gente. Uma unidade de Swat ela trabalha mais aquartelada fazendo treinamento, realizando estudos de caso. A nossa unidade trabalha quase que diariamente na rua. Operações desenvolvidas pelo BOPE*

são diuturnamente pela manhã, pela tarde, até pela madrugada nossa unidade tá envolvida em operações.

É guerrilha porque os traficantes hoje no Rio de Janeiro estão usando técnicas bem assemelhadas com a de guerrilha. Eles estão usando condutas de patrulha pra se deslocar nos morros. Eles tão utilizando armamento que não é um armamento normal de bandido. Eles estão usando fuzis de assalto, como fuzis das Forças Armadas. Tão usando fuzil AK-47 que é um fuzil de origem russa, que é um fuzil de guerrilha. Tão usando fuzis AR-15, granadas, lança rojões. Estão usando equipamentos de comunicação muito sofisticado como rádio Motorola. Armadilha também: por duas ocasiões nas favelas da zona Oeste do Rio, nós verificamos a existência de armadilhas. A rua estava armadilhada com granadas, com cordéis de tropeço, o policial passar e acionar a granada, uma técnica de guerrilha também. Até o modo que eles enterram o armamento, é uma técnica utilizada pelos guerrilheiros. Nós já estamos trabalhando aqui no BOPE hoje com equipamentos de varredura de mina. Equipamento emprestado pelo Exército brasileiro pra varrer mina, nós tamo usando esse equipamento com o intuito de localizar armamento enterrado.

Dia 20 de abril, eu tive a oportunidade de chegar no quartel pela madrugada e tava na varanda da Unidade olhando pros morros, quando eu percebi uma munição traçante voando de um morro pro outro, uma guerra de traficante usando munição traçante e eu fiquei pensando comigo: qual é a outra capital do mundo que se pode ver uma cena dessa que não esteja em guerra? Rio de Janeiro não está em guerra. Ela não vive uma guerra civil. Se vive uma guerra nos morros entre traficantes e policiais ou entre traficantes e traficante mesmo.

Eu não vejo fim, não vejo luz no fim do túnel. Não vejo soluções. Não é com ação policial que será resolvido. Por mais que você mate um traficante ou prenda, tem sempre um outro

pra assumir, talvez esse outro que assuma, por ser mais novo, vimos agora surgindo a Facção Comando Vermelho Jovem, ele até tem um ímpeto mais violento. Talvez aquele traficante, quase trinta anos de idade, ele seja uma pessoa mais equilibrada do que o de dezesseis que tá assumindo. Tô cansado de não ver retorno do que a gente tem feito”.

Entrevista de 2010²⁶⁶:

“Eu me formei na polícia em 91. Tinha acabado a guerra fria, então me formei no auge da guerra às drogas, então havia a ideia da satanização das drogas no mundo. Fui oficial da Polícia Militar comandando equipes de polícia de operações especiais invadindo favelas com o pretexto de combater o tráfico e perdi vários amigos, presenciei várias mortes. E um dia minha esposa se formou numa escola de bom nível, num MBA, e na formatura da minha esposa pelo menos dos 40 convidados da formatura uns vinte consumiam drogas. Eu saí dali, fui pra casa, conversei com a minha esposa, “nós perdemos essa guerra”. Essa guerra, do jeito que a gente conduz esse enfrentamento, essas matanças, isso não tá gerando nenhum resultado prático, então acho que não vale a pena eu continuar mais no BOPE.

Esse foi exatamente o dia em que eu me toquei de que o que eu fazia não trazia nenhum efeito prático pra redução da violência no Rio de Janeiro. Essa é uma experiência: a da guerra perdida. A experiência da ineficácia do combate em favela se deu no ano de 97, numa operação no Morro do Turano, onde uma equipe do BOPE invadiu a favela numa sexta-feira à noite, invasão era o termo que nós usávamos, o termo técnico, e a nossa equipe de oito policiais pra que não fosse alvo dos disparos de traficantes, nós nos abrigamos atrás de uma casa. Tinha

²⁶⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYquV5fcL_E>.

*um senhor, que era presidente da Associação dos Moradores do Morro da Matinha, que era um pedaço do Morro do Turano. **Utilizamos a casa dele como escudo.** Nenhum policial do BOPE efetuou nenhum disparo. **No final de uns dois minutos esse senhor abria a janela e nos chamava de assassinos: “Seus assassinos, vocês mataram minha esposa!”.** Nós entramos pela escada lateral na casa dele e a esposa tava morta na cama. E ele conseguiu dizer pra gente: **‘Eu sei que vocês não atiraram, mas minha esposa morreu porque vocês estavam aqui! Porque vocês usaram minha casa de escudo!’** E eu tentava explicar pra ele que a gente não tinha culpa nenhuma daquilo afinal de contas quem tinha matado a esposa eram os traficantes. Lógico que a esposa dele morreu porque nós estávamos ali.*

*Esse talvez tenha sido a minha descoberta de que a operação policial não agradava ninguém; não agradava morador, não agradava o policial, não gerava nenhum resultado prático. É um acúmulo de experiência que vai te convencendo que aquilo não funciona, mas aí tem aquele dia que é o estopim e, a morte dessa senhora me deixou muito indignado, muito infeliz. E presenciar pessoas do meu meio, do meio convívio, da minha classe social consumindo drogas numa festa numa forma mais natural, no momento em que policiais sob o meu comando morriam nessas intervenções pra tentar tirar aquelas drogas de circulação, aquilo também foi um balde de água gelada. Nesse momento, foi um momento de entender que tudo que eu estava fazendo estava errado. Esses dois momentos na minha vida foram momentos assim que me despertaram pra ineficácia da operação policial em favela como estratégia de controle da violência. Eu devo a esses dois momentos tudo que aconteceu à frente: o roteiro do filme *Tropa de elite*, a confecção do livro, a minha saída da Polícia Militar, o meu ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro pra estudar sociologia. Esses dois*

*momentos provocaram questionamento. Eu tenho absoluta certeza que hoje eu consigo produzir algo muito mais eficaz em Segurança Pública realizando comentários, roteirizando filmes, escrevendo livros, **é muito mais eficaz do que eu estar lá dentro numa favela operando. Eu não acredito mais nessa forma.***

Que fiquem as reflexões!

ENFIM, O BREVÊ!

Durante o final da edição do XV Curso de Operações Especiais do Distrito Federal²⁶⁷, em 2017, a cerimônia de entrega dos distintivos da faca na caveira aos alunos concludentes resume bem o percurso que realizamos nesta obra. Os coordenadores passam por cada aluno individualmente, que estão em forma²⁶⁸ e sem camisa, pregando literalmente o símbolo de metal na carne dos concludentes. A maneira viril de esmurrar o símbolo no peito de cada um dos novos “policiais caveiras”, ao mesmo tempo em que se esbraveja ferozmente “caveira” repetidas vezes, marca não apenas a carne e o corpo de homens que lutaram e sofreram para chegar até aquele momento, mas também a alma, que a partir de então já não é mais a mesma de quando iniciaram o COEsp. As lágrimas derramadas não representam apenas a dor física pelo ato de ter o corpo cravejado pela peça de metal, como apenas mais uma cena do conjunto do curso e seu sacrifício de sangue totêmico, mas também revela a emoção notória de ter chegado até ali, em meio aos vários instantes em que a

²⁶⁷ Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wT40hG7BGW8>>.

²⁶⁸ Dispositivo comum à vida militar no qual os indivíduos ficam em uma posição estática, em sentido ou descansar (situações típicas da cultura militar), ocupando um espaço delimitado em uma formação quadrada ou retangular, de maneira que todos fiquem um atrás do outro, bem como, um ao lado do outro por meio de distâncias iguais, cujas prescrições são previstas nos regulamentos militares. Mesmo quando é permitido “aliviar” a posição, ou seja, podendo-se mexer em forma, sem ser na posição de sentido ou descansar, ainda assim, os militares não podem abandonar seus locais, estando “à vontade”, porém em forma.

palavra desistência talvez tenha ocupado a consciência e até mesmo o inconsciente de cada um.

Essa cena de formatura de um COEsp é um dos exemplos que nos levou a querer aprofundar a discussão acadêmica já existente na área sociológica exatamente sobre o valor que é dado pelos membros do BOPE à insígnia da faca na caveira. Assim como a bandeira é bem mais que um “pedaço de pano”, como aprendemos com Durkheim, os valores morais compartilhados e reafirmados devido aos processos de socialização do COEsp também fazem da insígnia da faca na caveira bem mais que um metal. Trata-se de uma força “inexplicável” pelos bopeanos e policiais caveiras, já que o símbolo habilita também uma condição existencial do encontro dele com o homem que o carrega, em uma fusão totêmica, o que faz da faca na caveira um modelo de totem com características particulares, mas que nos revela a força da coletividade ou um “eu coletivo” que se materializa pela presença da caveira em lugares, veículos, fardas, objetos e pessoas.

Mas não se trata de um totem comum, é um totem que exige um sacrifício de sangue para ostentá-lo, para mantê-lo, ou melhor, um sacrifício de vida e morte iniciado nos ritos de passagem do COEsp e continuamente realimentado pela morte dos que perdem sua vida em combate, na guerra urbana metaforicamente construída pela inabilidade do Estado em resolver seus conflitos. Assim, nossa interpretação encontrou no totemismo uma compreensão plausível para um fenômeno que apresenta características semelhantes quanto à força estrutural que impele à adoção de novos comportamentos e crenças, ao mesmo tempo em que se revela simbolicamente e materialmente por aquilo que a representa: a faca na caveira. Nossa intenção não tinha como objetivo os “dramas sociais” experienciados no COEsp como estudo anterior já o

fez²⁶⁹, apesar de termos explorado um pouco dessa dimensão, mas focamos em analisar o símbolo por ele mesmo e a energia que ele representa, bem como, as consequências advindas da transformação do comportamento de indivíduos que passam a agir em nome da relação que estabelecem com essa insígnia. Logo, nosso foco esteve centrado na estrutura simbólica e quais são os seus efeitos na indução de comportamentos distintos e violentos por parte dos “homens de preto” ou “caveiras”.

Para tanto, revisitamos a perspectiva durkheimiana um tanto já criticada em meio aos estudos sobre o totemismo, mas que acreditamos ter certa validade quando nos possibilitou um exercício analítico pelo qual chegamos à ideia da “distinção bopeana” e do *ethos* guerreiro não enquanto ação simbólica, mas como parte de uma estrutura coercitiva que impede à ação, que impede qualquer outra forma de atuação pelos “caveiras” há não ser pelo exercício da violência. Nesse caminho, repensamos a interpretação da caveira como “vitória sobre a morte” a partir de outro olhar, porque ela é ao mesmo tempo vida e morte, pois depende dos sentimentos mobilizados pelos PMs do BOPE para que saibamos qual lado da caveira será utilizado. Na idealização de que o BOPE assume o lado do bem contra os traficantes que são o mal a ser combatido, efeitos e consequências são racionalizados e neutralizados quando erros são cometidos, especialmente quando os moradores pobres das periferias são as vítimas da guerra urbana que se estabelece.

O que queremos deixar claro é que é preciso, assim como o fez o capitão Nascimento da vida real, certa reflexão, já que a própria palavra vem do latim *reflectere* e significa “voltar atrás”, acerca do que esses profissionais tornam-se

²⁶⁹ Storani (2008).

após passar por uma nova conversão identitária nas PMs, já que usam de uma inteligência técnica e instrumental, ou melhor, um “adestramento intelectual”²⁷⁰ para serem reconhecidos como uma tropa de elite de alta performance. O que propomos é a busca de uma “inteligência ao mesmo tempo emocional e racional” que os faça perceberem a força que os símbolos têm em nossas vidas, já que eles representam a existência de uma coletividade que nos impele moralmente a agir em nome de algo maior que sentimos, mas não compreendemos. Abaixo descrevemos as palavras de um PM caveira do Rio de Janeiro ao narrar uma história verídica, que talvez traduza o papel esperado realmente desses homens quando passam a entender o sentido da missão de um aplicador da lei, invertendo as concepções de que a abstração não explica a realidade, ou seja, é preciso sair da realidade para encontrar a abstração:

A equipe (do BOPE carioca) tinha sido convocada para entrar na Vila Cruzeiro, uma favela conflagrada, às 4 horas da manhã. Os traficantes lutavam pelo controle do tráfico no topo do morro e uma ação policial firme era necessária. Ao chegar com o carro blindado, normalmente utilizado para essas operações (e que recebeu o apelido de “Caveirão”), o policial avista uma criança de aproximadamente 2 ou 3 anos de idade amarrada aos trilhos de trem que os bandidos fincam no chão de cimento para impedir a subida da polícia. Era uma criança pequena usada como escudo humano pelos traficantes. A mãe parecia não estar à vista. O policial relata que naquela época tinha um filho da mesma idade. Chocado com a violência da cena, se arrisca: sai do blindado com um colete à prova de balas na

²⁷⁰ Soares; Batista e Pimentel (2008, p. 17).

mão, corre e envolve a criança. Consegue soltá-la e tirá-la em segurança da linha de tiro. Perguntamos (entrevistador): isso não colocou a criança em risco? Não seria melhor ter voltado, para que os traficantes soltassem a criança depois da polícia sair de cena? Ele nos afirma: era mais provável eles deixarem o bebê desidratando ao sol. Vocês acham que algum deles estava preocupado com a criança? A mãe provavelmente era uma viciada em drogas com dívidas, ou amante de um traficante de outra facção.

*Com a criança a salvo, o policial, como ele mesmo afirma, subiu “cego”. A revolta por tanta covardia criou tamanha reação emocional que eles não saíram do morro até que a luta terminasse. Quando falam da sua missão e da consciência da importância da libertação dos cativos, é isso que têm em mente. Falam continuamente da importância da libertação dos cativos como uma missão de natureza quase espiritual. Mas mais tarde, de cabeça mais fria, pondera: subimos com isso na cabeça. Subimos com ódio. Não podemos. Não temos esse direito. Somos pais de família. **Somos policiais, não somos bandidos. Não somos como eles.**²⁷¹*

Entendemos, a partir da cena antes narrada, que exista a boa vontade dos homens que integram as forças especiais e especializadas Brasil afora na busca pela prática do bem de acordo com o sentido que eles passam a compreender sobre o que isso significa. Mas também parece-nos que, após os ritos de sofrimento nos cursos que doutrinam para o ingresso no BOPE, são os próprios alunos que têm uma faca simbólica engravada em seus corpos fazendo-os se sentirem uma elite de super-humanos, que mais parecem justiceiros nos sentimentos que expressam, do que policiais que buscam defender a

²⁷¹ Zanini; Migueles e Colmerauer (2014, p. 49-50, grifo nosso).

cidadania. Os olhos da caveira expressam ira quando observamos o símbolo do BOPE, já que em um crânio comum as órbitas são dois orifícios redondos e sem expressão.

Ao contrário dos valores emotivos que os símbolos nos despertam, incentivando-nos a tomarmos medidas morais de ação de acordo com certos contextos, esperamos que esta obra seja um momento para a reflexão e amadurecimento profissional para aqueles que fazem parte dessa difícil profissão, ainda mais quando voluntariamente assumem o ônus de representarem a si mesmos como algo diferenciado, já que quando disseram a eles que “Nunca serão!”, o tempo impossível foi transformado em realidade pela superação e sacrifício. Aqui, ao contrário, o exercício é a suspensão da medida moral para a neutralização de sentimentos, o que talvez nos ajude a obter certa compreensão desses processos que nos captam em meio à cultura institucional que nos forja. O que buscamos é o encontro do pensamento crítico com ele mesmo o que, para a realidade aqui estudada, trata-se de um valioso momento, quem sabe, da construção de novas possibilidades ou até mesmo do resgate de velhas que nunca foram alcançadas, pois, como visto no exemplo acima: ***“Somos policiais, não somos bandidos. Não somos como eles”.***

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ASSUNTOS MILITARES. 'BOPE – 36º Curso de Ações Táticas (CAT)', (23/06/2015). Disponível em: <<http://www.assuntosmilitares.jor.br/2015/06/bope-36-curso-de-acoes-taticas-cat.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. **COT: Charlie, Oscar, Tango**: por dentro do grupo de operações especiais da polícia federal. São Paulo: Ícone, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2012/Dez/21/resolucao-no-8-de-20-de-dezembro-de-2012-dispoe>>.

BRITO, Mozar José de e PEREIRA, Valéria da Glória. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 4, p. 138-165, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8031>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais:** um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UFRS, Porto Alegre, 2003.

CASTRO, Celso. **O espírito militar:** um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, Priscila Aurora Landim de. **Os convencionais e os especiais:** um estudo sobre a construção da identidade do batalhão de operações especiais da PMDF. 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2011.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro.** Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

_____. Breves reflexões sobre a simbologia do crânio transpassado pelo punhal de *Comandos* nas Forças Especiais de Polícia no Brasil. In.: GRECO, Rogério. **Atividade policial:** aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. Niterói-RJ: Impetus, 2014. p. 369-376.

DENÉCÉ, Éric. **A história secreta das forças especiais**: de 1939 a nossos dias. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

DOMINGO ESPETACULAR. 'Aluno passa mal e morre durante curso de ações táticas da Polícia Militar', (14/11/2010). Disponível em: <<http://noticias.r7.com/domingo-espetacular/videos/aluno-passa-mal-e-morre-durante-curso-de-acoes-taticas-da-policia-militar-21102015>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DURKHEIM, Émile. DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a acção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1975?].

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 2007.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In.: MAUSS, Marcel (Org.). **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALCONNET, Georges e LEFAUCHEUR, Nadine. **A fabricação dos machos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda., 1974

FOPESP (FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS). Disponível em: <<http://fopesp.blogspot.com/2016/07/a-cultura-das-operacoes-especiais.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRANÇA, Fábio Gomes de. A ‘distinção policial militar’: Por uma compreensão da violência policial militar a partir da série ‘*Black Mirror*’. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 235-258, maio/ago 2018. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/19467>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. “O Soldado é algo que se fabrica”: notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. **Revista TOMO**, n. 34, p. 359-392, jan./jun. 2019b, p. 367. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/10378> >. Acesso em: 02 mar 2020.

FRANÇA, Fábio Gomes de. GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 142-159, ago/set 2015. Disponível em: <<http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/506/213>>. Acesso em: 14 jul 2017.

FRANCISCO, Renata de Souza. **Tropa de elite no feminino**: a participação feminina no batalhão de operações policiais especiais do Rio de Janeiro – BOPE. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em

Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOMES, Maíra Marchi. **O lado negro do preto: o fardo da farda: narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de Polícia**. 2010. 476f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GOMIDE, Raphael. 'Retirada da caveira como símbolo do Bope gera crise na PM da Paraíba'. Último Segundo, (03/04/2013). Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-04-03/retirada-da-caveira-como-simbolo-do-bope-gera-crise-na-pm-da-paraiba.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GRUNENBERGER, Richard. **A história da SS**. São Paulo: Record, 1970.

HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: tempo e Presença, n. 6, p. 99-128, 1980.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HØLSCHER, Joost. **Death's head**: the history of the military & crossbones badge. [S. l.: s.n.], 2013, ISBN 978-90-820326-0-4.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**: teoria política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JÁ É NOTÍCIA. ‘Forças de segurança trabalham para recapturar foragidos do Baldomero Cavalcanti’, (24/07/2016). Disponível em: <<http://www.jaenoticia.com.br/noticia/31079/Forcas-de-seguranca-trabalham-para-recapturar-foragidos-do-Baldomero-Cavalcanti>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KEEGAN, John. **Waffen-SS**: soldados da morte. Rio de Janeiro: Editora renas Ltda., 1973.

KOEHL, Robert Lewis. **História revelada da SS**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

LEÓN, Adriano de. Bola no pé e caneta na mão: futebol e direito em busca do falo perdido. **Revista política e trabalho**, edição 27-30, p. 217-228, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Totemismo hoje**. Petrópolis: Vozes, 1975.

LIMA NETO, João Ferreira. ‘Soldado morreu por excesso de exercícios’. **Diário do Nordeste** (10/09/2015). Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/soldado-morreu-por-excesso-de-exercicios-1.1382906>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

LINTON, Ralph. Totemism and the American Expeditionary Force. **American Anthropologist**, N. S., 26, 1924.

MANN, Chris. **SS-Totenkopf**: the history of the 'death's head' division 1940-45. London: Amber Bookd Ltd, 2011.

MANVELL, Roger. **SS e gestapo**: a caveira sinistra. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda., 1974.

MARVIN, Carolyn; INGLE, David W. **Blood sacrifice and the nation**: totem rituals and the american flag. Cambridge UK; New York: Cambridge University Press, 1999.

MELO, Ruan. 'Curso é suspenso após morte de policiais na Bahia; PM divulga fotos', Portal G1 (20/12/2013). <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/12/curso-e-suspenso-apos-morte-de-policiais-na-bahia-pm-divulga-fotos.html>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

MENDONÇA, Alba Valéria. 'Policiais militares comemoram a liberação da tatuagem na corporação, no Rio'. Portal G!, (02/05/2007). Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL28264-5606,00-POLICIAIS+MILITARES+COMEMORAM+A+LIBERACAO+DA+TATUAGEM+NA+CORPORACAO+NO+RIO.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MONTERO, Paula. A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: Desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 98, p. 125-142, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100007>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MUNIZ, Jaqueline. '**Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**': Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

1999. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - PPG Ciência Política, IUPERJ, 1999.

NUMMER, Fernanda Valli. **“Ser brigadiano” ou “trabalhar na brigada”**: estilos de vida entre soldados da Brigada Militar. 2010. 260f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

O ESTADÃO. ‘Morre PM que sofreu traumatismo durante treinamentos, (26/01/2003). Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,morre-pm-que-sofreu-traumatismo-durante-treinamentos,20030126p4707>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

OLIVEIRA, Jhonathan. ‘Após polêmica, comandante da PM proíbe uso de caveira’, **Jornal da Paraíba** (22/03/2013). Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/103420_apos-polemica--comandante-da-pm-proibe-uso-de-caveira>. Acesso em: 28 mar. 2020.

OLIVEIRA, Onivan Elias de. **O símbolo da caveira e de animal nas forças especiais militares e policiais no Brasil e as interpretações**: uma (in)justiça para quem interpreta diante de contextos imaginários ideológicos, 2013. Disponível em: <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2013/04/Artigo-Onivan-Simbolo-Caveira.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ORTIZ, Renato. Apresentação. In.: DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008.

PACHECO, Thiago da Silva. A construção da diferença: o BOPE e seus agentes nas estruturas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 6, n. 5, p. 64-75, 2014. Disponível em: <<https://www.ispre-vista.rj.gov.br:4433/Edicao2014.html>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim. **Corpo-arma**: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. 132f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PINHEIRO NETO, Alberto. **A competência essencial do BOPE**: uma análise exploratória. 2013. 79f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

PITT-RIVERS, Julian. “A doença da honra”. Em: CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A honra: Imagem de si ou o dom de si – Um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&M, 1992. p. 17-32.

POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. Resolução nº 003, Boletim Geral, de 21 de março de 2013.

PORTAL G1 PARAÍBA. ‘Comandante da PM da Paraíba proíbe uso de caveira como símbolo’ (22/03/2013). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/03/comandante-da-pm-da-paraiba-proibe-uso-de-caveira-como-simbolo.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

RILEY, Alexander. Flags, totem bodies, and the meanings of 9/11: a durkheimian tour of a september 11th ceremony at the flight 93 chapel. **Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de Sociologie**, 39 (4), p. 719-740, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279046250_Flags_Totem_Bodies_and_the_Meanings_of_911_A_Durkheimian_Tour_of_a_September_11th_Ceremony_at_the_Flight_93_Chapel>.

RONDÔNIA AGORA. ‘BOPE abre inscrições para Curso de Operações Especiais’, (31/10/2018). Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/geral/bope-abre-inscricoes-para-curso-de-operacoes-especiais>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANCHEZ, Pascal. The elementary forms in twentieth-century anthropological thought. **L'Année Sociologique**, v. 62, p. 483-500, 2012/2. Disponível em: <http://www.cairn-int.info/article-E_ANSO_122_0483--the-elementary-forms-in-twentiethcentur.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANZ, Fernando Quesada. **Estandartes militares em El mundo antiguo.** Madrid: Signifer Libros, 2007.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000).** 2011. 282f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SCOTT, John. Representações coletivas. In.: SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”:** uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da tropa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

STORANI, Paulo. **“Vitória sobre a morte: a glória prometida: o “rito de passagem” na construção da identidade dos operações especiais do BOPE.** 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

_____. **Vá e vença: decifrando a tropa de elite.** Rio de Janeiro: BestSeller, 2018.

TIHUANA. Tropa de elite [2007]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R7PqvzSwU9s>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

TROPA de Elite. Produção de José Padilha. Rio de Janeiro: Zanzen Produções, 2007. 1 DVD (113 minutos): DVD, NTSC, son., col., com narrativas. Port.

TURNER, Victor W. **O processo ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WOLF, Walter B. **A brief story of the rainbow division.** New York: Rand, McNally & CO., 1919.

ZANINI, Marco Túlio; MIGUELES, Carmen; COLMERAUER, Márcio. **A ponta da lança:** intangíveis em equipes de alto desempenho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Redes sociais consultadas

Disponível (online) em: <<https://www.facebook.com/istoesser-gipe/posts/439961099547438/>>.

Sites consultados

Disponível (online) em: <https://www.google.com.br/search?q=general++von+mackensen+toten-kopf&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=IDhZsCTYpJf4xM%253A%252CZJo3dGfIWp5vIM%252C_&usg=__3SarA-GsTwl5UicB3rHKt0yE4m4M%3D&sa=X&ved=0ahUKEwizj-2m6tbXAhVBUZAKHbrdACIQ9QEIOzAI#imgdii=7fIA-LiUIw6gKfM:&imgcr=3D0l6x32creXIM:>>.

Disponível (online) em:

<https://ww2db.com/image.php?image_id=10642>.

Vídeos consultados

Disponível (online) em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qvi-6xEdlPQ>>.

Disponível (online) em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wT40hG7BGW8>>.

Disponível (online) em: <https://www.youtube.com/watch?v=F_VWVkJDaAXc>.

Disponível (online) em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYquV5fcL_E>.

Disponível (online) em: <https://www.youtube.com/watch?v=qiF_xq1TPbiY>.

Disponível (online) em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1JwXLCoZa8c>>.

Como os policiais dos Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE) se relacionam com o símbolo da faca na caveira que os identifica? Como a mística que envolve o símbolo possibilita processos de “distinção” entre policiais das tropas de operações policiais especiais e os convencionais? Como o *ethos* guerreiro do BOPE se transforma na *raison d'être* desses grupos? São essas perguntas que procuramos responder nesta obra, voltada para profissionais de Segurança Pública, cientistas sociais, jornalistas e todos aqueles que queiram compreender objetivamente um pouco mais sobre o BOPE (das Polícias Militares em todo o Brasil) e sua “faca na caveira”.



Fábio Gomes de França é mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor de Criminologia e autor, entre outras obras, de *A Razão Militar* e *a Banalidade do Mal: Escritos Sociofilosóficos* (Editora Appris).

